

# Vida

# Contemporânea

r e v i s t a m e n s a l

DIRECTOR: CUNHA LEAL

Turvam-se os ares...

VIDA CULTURAL

O grande êrro do passado, *por Manuel Maria Coelho*

Nova civilização jurídica, *por Vasco da Gama Fernandes*

VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA

A queda do comércio internacional, em 1929-1934, *por Salvado de Carvalho*

VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA

A indústria do forasteiro em Portugal, *por Aquilino Ribeiro*

Bibliografia naval, *por César Ferreira*

VIDA COLONIAL

Actualidade colonial, *por João Pinheiro*

VIDA INTERNACIONAL

Considerações sôbre a guerra, II, *por Nuno Rodrigues dos Santos*

S

U

MI

Á

R

II

O

Silvestre Brito

da Luz & C.<sup>A</sup>



CORTIÇAS



CHANÇA

1730

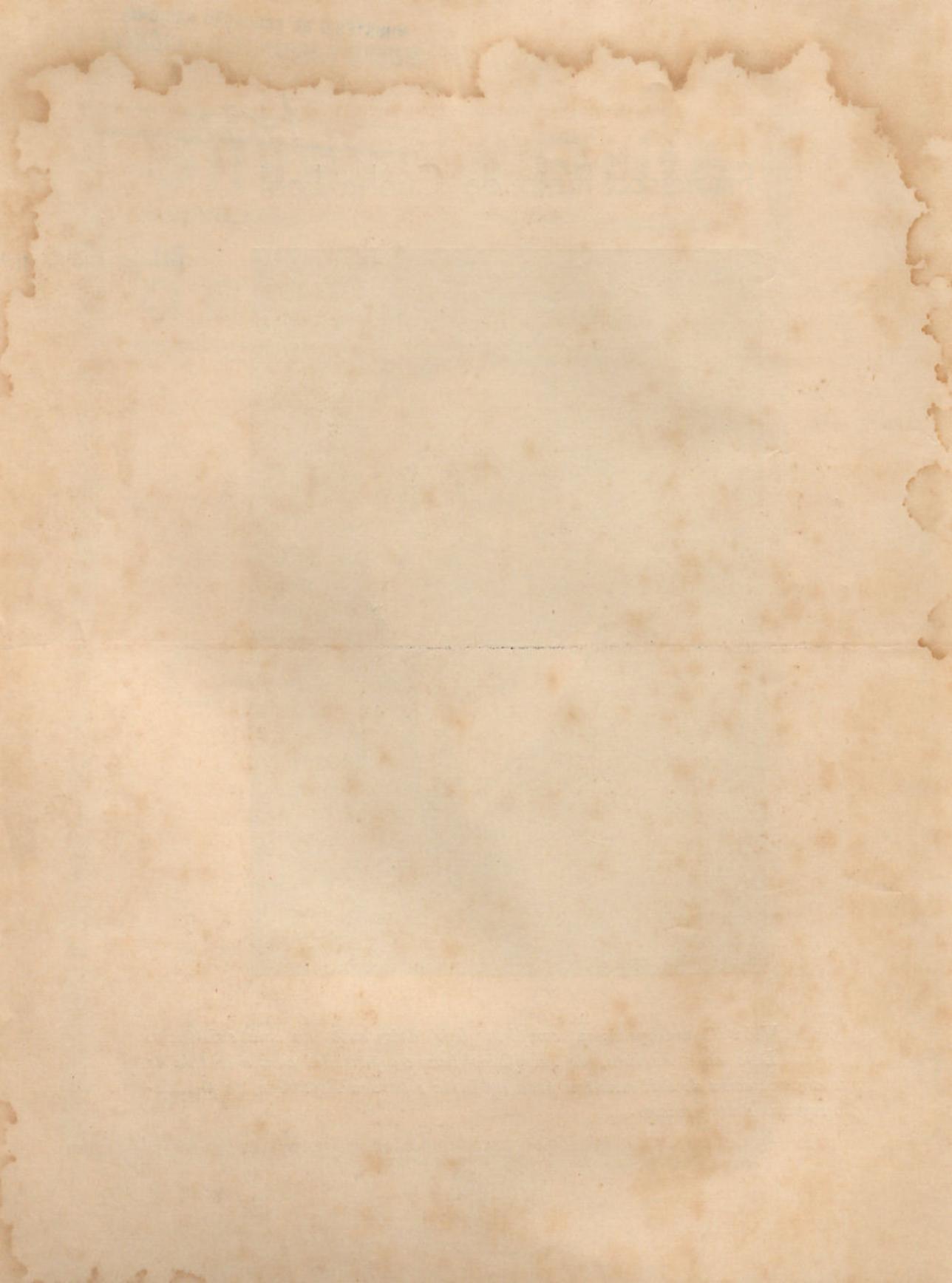
Francisco Pinto da Cunha Leal

Est. 6 Tab. 6 H.º 18



*Vida Contemporânea completa hoje dois anos da sua existência.  
Dois anos de luta, de sacrificios bem compensados com a certeza de  
que alguma coisa de útil resultou para a Pátria e para a República, da publica-  
ção regular desta revista.*





# VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

<p>REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIAS: Rua Cidade da Horta, 49, 1.º LISBOA — PORTUGAL Preço 5\$00</p>	<p>REDACTOR PRINCIPAL Vasco da Gama Fernandes CHEFE DA REDACÇÃO Álvaro Machado EDITOR E SECRETÁRIO DA REDACÇÃO Victor Júdice da Costa ADMINISTRADOR António Casanovas Augustine</p>	<p>COMPOSTO E IMPRESSO Sociedade Astória, L.<sup>da</sup> REGUEIRÃO DOS ANJOS, 68 LISBOA</p>
---	---	--

## TURVAM-SE OS ARES...

Com o número de Abril de 1936 completa a «*Vida Contemporânea*» dois anos duma existência digna e honrada, no decurso da qual o seu director e os seus eminentes colaboradores tiveram o ensejo de realizar uma obra de doutrinação que suporta confronto com a de qualquer outra revista portuguesa de todos os tempos. Quisérámos neste número de agora, à laia de comemoração, oferecer aos olhos dos nossos prezados leitores o regalo de um panorama idílico da *res* mundial. Infelizmente, não nos permite tal atitude o nosso velho e inveterado respeito pela verdade. Nesta hora trágica, ruge com desmarcada violência a tempestade económica e financeira, reina a confusão nos espíritos e nas praças públicas e — ¡desgraça das desgraças! — a paz entre os povos é unânimemente reputada em perigo pelos conspícuos escabichadores de subtilezas e destemperos diplomáticos.

Como a gravidade dêste último problema sobrepuja a dos outros, muito embora haja entre todos êles uma relação funcional de interdependência, perdoe-se-nos que também nós nos atrevamos a meter a nossa colherada no controvertido assunto da maior ou menor probabilidade de nova hecatombe bélica em época próxima. Fá-lo-emos não com a mal disfarçada pretensão de dar novidades aos doutos na matéria, mas sim com o propósito de esclarecer os nossos leitores sôbre o verdadeiro alcance dos perigos que impendem sôbre Portugal e sôbre a melhor forma de preveni-los.

É mais do que provável que estas simples e despretenciosas

palavras tenham o mau sestro de levar um arripio de significativa indignação ou surprêsa à epiderme dos patriotas exaltados. ¶ Pois é lá possível que a velha e gloriosa nação portuguesa, que estabilizou as suas fronteiras geográficas e talhou sôbre a Terra o seu domínio colonial há mais tempo do que qualquer outra nacionalidade, possa ver-se ameaçada por impertinentes ambições alheias?! Aos que arrancarem do seu arsenal linguístico os tropos mais inflamados para os malgastarem em apóstrofes dêste quilate, dir-lhes-emos, sem fúrias deselegantes, nem revoltas desnecessárias, que a existência dos individuos ou das colectividades marcantes tem sempre decorrido no passado, está decorrendo no presente e há de decorrer no futuro por entre perigos de tôda a ordem. A vida tranqüila e segura é apanágio da mediocridade, só existindo, por consequente, para aquelas pessoas e países que não fazem sombra, nem provocam inveja a quem quer que seja. A vida perigosa deve, pois, ser aceite como um facto inevitável pelos sêres individuais e colectivos que não se resignem a mergulhar no pântano da insignificância e, ao mesmo tempo, como uma verdadeira escola de dinamismo, isto é, de intensificação e aproveitamento da sua energia potencial.

Quando alvitramos que Portugal possa correr alguns perigos, de modo algum queremos significar que êle venha a perder qualquer coisa — seja uma polegada quadrada de terreno, seja um punhado de colonos: pretendemos apenas dar a entender que o nosso país, pôsto alerta pelas imprudências de linguagem de certos estadistas estrangeiros, menos comedidos ou mais levianos, quanto aos apetites despertados pelo seu empório colonial, saberá encontrar argumentos para afirmar luminosamente os seus direitos e praticar actos de administração necessários para reforçá-los cada vez mais, e, se a tal extremo houvesse de chegar-se — *quod Deus avertat* —, não hesitará em defender êsses direitos pela fôrça das armas, para o que é preciso ir dispondo as coisas sem precipitações, é certo, mas também sem vagares, que resultariam irónicos no meio da febril actividade com que as nações em pêso estão reforçando os seus armamentos. Em tudo o que toca à defesa da integridade do território português de aquém e além-mar há no país uma autêntica comunidade de propósitos e de sentimentos, a par da inevitável divergência de critérios.

Não antecipemos, porém, começando por onde devêramos acabar.

\* \* \*

A guerra de 1914-18 pôs em convulsão o universo inteiro. Acabada a hedionda chacina, os vencedores, como sempre, *ditaram* aos

vencidos as suas condições, que naturalmente foram duras. Apesar disso, porém, nem todos dentre aqueles se deram por satisfeitos. A Itália, por exemplo, considerou-se vilmente ludibriada e espoliada pela França e Inglaterra que curaram de repartir entre si o avantajado bôlo colonial germânico, sob a forma eufemística de *mandatos* conferidos pela Sociedade das Nações. Partindo da hipótese de que os domínios ultramarinos de um país representam *fatalmente* um escoadouro para os seus excedentes populacionais, tese cuja falsidade o próprio Nitti, com ser italiano, demonstrou com comezinhos exemplos caseiros, a Itália passou a supor-se privada de meios de solucionar a sua crise interna por culpa dos seus parceiros na guerra mundial.

A comunidade internacional do *post-bellum* encontrou-se, pois, dividida em dois grupos: o dos países contentes com a sua sorte e, por conseguinte, partidários da manutenção da carta política traçada arbitrariamente nos tratados da paz, embora sob a hipócrita invocação do *princípio das nacionalidades*; e o grupo dos países maltratados ou insuficientemente beneficiados nessa partilha e aspirando por isso a melhorar a sua situação pela *política do revisionismo*, ou seja, por modificações substanciais introduzidas nos pactos com que se havia pôsto têrmo à guerra. A França assumiu quâsi automaticamente a chefatura do primeiro grupo de potências, como a Alemanha se colocou à cabeça do segundo. A Inglaterra, essa, começou por situar-se na linha de demarcação dos dois grupos, no que se limitou a obedecer àquele velho mandamento da sua política externa, que a leva a não hostilizar o vencido de ontem, não vá dar-se o caso de convir fazer dêle o aliado de amanhã. A Itália, a seu turno, manifestou certa simpatia pela tese revisionista, como processo de ir forçando a França e até a Inglaterra, temerosa, em certos momentos, duma excessiva agitação internacional, a fazerem-lhe concessões de maior ou menor alcance. À custa dêste método obteve a Itália certas rectificações de fronteiras coloniais que redundaram para ela na aquisição de algumas centenas de milhares de quilómetros quadrados de novos territórios. Com um rictus de amargura, constatava mais tarde Mussolini que nesse período febril de negociações êle se transformara em autêntico *coleccionador de desertos*.

O princípio director da actividade diplomática da França até certa data consistia em *organizar a segurança colectiva sob a égide da Sociedade das Nações*, o que, trocado em miúdos, equivale a dizer que a grande nação latina pretendia obter a colaboração da quâsi totalidade dos povos civilizados para a cristalização da actual partilha política do território europeu e dos outros continentes. Quando

presidente do conselho, o inquieto e ambicioso Tardieu propôs em Genebra que os vários Estados componentes da Liga pusessem à disposição desta uma parte das suas forças, e entre elas as aeronáuticas, para se chegar assim à criação de um verdadeiro Super-Estado com capacidade para impor a sua vontade e para tornar efectivas as suas sanções. A Inglaterra e a maior parte dos povos recusaram a sua adesão a uma proposta que então lhes pareceu excessivamente ousada, e esta sumiu-se pelo buraco do ponto.

No entretanto verificou-se na Alemanha o advento ao poder do nacional-socialismo cujos propósitos de rearmamento se manifestaram às escâncaras. Hitler conseguiu manobrar a Polónia, firmando as duas um tratado de não-agressão que afasta por dez anos a hipótese de qualquer conflito originado nas questões irritantes do *Corredor de Dantzig* e das minorias alemãs encravadas na Silésia polaca. Esquecendo o muito que devia à amizade da França, a Polónia começou a destacar-se dela e a aproximar-se do *Reich*.

A política externa da França passou então a ser orientada segundo outra directriz mais consentânea com as realidades da hora presente: já que resultava, de momento, impossível dotar a Sociedade das Nações com um aparelho de força, susceptível de inspirar respeito aos que sentissem a tentação de perturbar a paz e capaz de impô-lo à viva força aos que não houvessem conseguido resistir a essa pecaminosa tentação, ao menos que as regiões europeias caracterizadas por maior inquietação e instabilidade política fôssem protegidas contra a deflagração de qualquer conflito bélico por meio de pactos regionais, enquadrados dentro do convénio societário de Genebra e tendo, como signatárias, as potências directa e imediatamente interessadas e outras servindo de garantes, embora não pertencendo ao grupo dos países acantonados nesses pontos nevrálgicos do Velho Continente.

Dar-se-ia assim continuidade à política diplomática iniciada com o Tratado de Locarno pelo falecido Briand, num dos muitos rasgos do seu instinto quasi genial. A França aspirou e aspira ainda a cobrir a Europa com uma rede destes pactos, ligando-se todos eles às disposições do instrumento constitutivo da sociedade genebrina, como os detalhes das cartas topográficas se ligam aos marcos das triangulações geodésicas. Atentar contra a paz em qualquer ponto do continente europeu equivaleria, nestas condições, a arremeter, como um louco furioso, contra o obstáculo irremovível duma extensa coligação de povos. A tal estado de perturbação não chegariam por certo os mais impacientes dentre os mais ousados. No início desta segunda fase da sua política, a França pretendia instituir um Lo-

caro Oriental, a que se se seguiria, quando as circunstâncias o permitissem, um Locarno Danubiano. O primeiro teria, por avalistas, a França e a Rússia e far-se-ia sob os benévolos auspícios da Grã-Bretanha. A intransigência irremovível da Alemanha, levando a reboque a Polónia, inutilizou essa tentativa, da qual ficou, como vestígio, o Tratado franco-russo, que foi concebido por Paul Boncour e cujas negociações, encetadas pelo desditoso Barthou, foram concluídas por Laval.

Por esta forma sinuosa pensava, pois, a França em revigorizar a Sociedade das Nações. Esbarraram, porém, as suas arremetidas de encontro à obstinação teutónica, aliás perfeitamente compreensível. Em vez de consentirem um tal reforço de energia e autoridade, as circunstâncias determinaram, pelo contrário, o enfraquecimento do grande organismo internacional, fazendo diminuir o seu grau de universalidade, já sensivelmente prejudicado pelo facto de os Estados Unidos da América do Norte lhe haverem recusado a sua adesão. É que, havendo a Sociedade das Nações reprovado com palavras, que não com actos, as investidas do imperialismo nipónico contra a China, das quais resultou a improvisação dum Mandchukuo só nominalmente autónomo, o Império do Sol Nascente, que apenas se encontrava na primeira fase da sua expansão e que não queria ver perturbada a sua actividade futura pelas reprimendas e chamadas à ordem da Liga, resolveu retirar-se de tão *incómoda* instituição. Algum tempo depois, a Alemanha seguiu-lhe na pegada, tomando como pretexto o facto de não se lhe reconhecer na Conferência do Desarmamento a igualdade jurídica, em matéria de armamentos, com os povos triunfantes na guerra de 1914-18. Note-se que a tese germânica não deixava de ter certa força jurídica. É que o Tratado de Versailles, impondo o desarmamento unilateral dos vencidos, preceituava ao mesmo tempo que os vencedores se fôsem aproximando lentamente da situação de facto criada desde logo aos primeiros. Desde que os vencedores não tinham cumprido a sua promessa, os vencidos reclamavam imperativamente que os desonerassem da sua obrigação. Em abôno da verdade, deve dizer-se que até fins de 1934 a Inglaterra empregou os mais enérgicos esforços no sentido de obter êsse desarmamento geral. À concepção francesa da paz obtida pela segurança colectiva, com ou sem pactos regionais, ela achava mil vezes preferível a concepção da paz resultante automaticamente da limitação dos armamentos de modo a tornar impossíveis as ofensivas bélicas. Foi a falência momentânea da sua tese que acabou por levá-la à adopção da tese gaulesa.

Retornemos, porém, à Alemanha. Depois de romper com a Sociedade das Nações, intensificou o seu rearmamento, até aí mais ou menos mascarado, acabando por violar explicitamente o tratado de Versailles com a lei de 16 de março de 1935, que de novo instituiu o serviço militar obrigatório após um eclipse de 16 anos. A sua atitude belicosa provocou sério alarme em tôdas as classes sociais da Grã-Bretanha. Resignando-se ao mal menor, ao contrário da França que se limitou a lavrar o seu protesto contra a derrogação, pela vontade de um só, de certas cláusulas de um contrato plurilateral, a Inglaterra, com o seu senso das realidades, tratou de conter o avanço da armada de guerra germânica, para o que negociou com a Alemanha um convênio regulador das proporções entre as respectivas frotas, não sem que isso tivesse provocado o amuo e abespinhamento dos dirigentes da política gaulesa.

¿Qual tem sido a atitude da Itália para com a Alemanha nazista? Ela que, por questões de similitude ideológica, vira com manifesta boa vontade o acesso de Hitler ao poder, dentro em pouco encontrava-se em franca oposição com êle. É que a Itália mussoliniana assumira a função de potência protectora da independência da Áustria cuja absorpção pela Alemanha faria surgir o problema das indevidas apropriações que a primeira realizou na zona do Tirol. Ora o hitlerismo tenta apossar-se da Áustria gradual e progressivamente, criando primeiro um movimento nazi austríaco, dando-lhe depois fôrça e meios de acção para se apoderar do poder e concertando, a seguir, com êle o *Anschluss*, ou seja, uma união aduaneira entre os dois países — fase precursora da definitiva absorpção política. Dentro dêste programa, surgiu em determinada data em Viena um movimento nacional-socialista, que foi sufocado, não sem que, antes disso, os revolucionários tivessem assassinado o chanceler Dollfuss. Sem mais detença, sem um minuto sequer de hesitação, Mussolini concentrou algumas divisões na zona fronteira de Brenner. Se o nazismo austríaco tivesse triunfado, ter-se-ia provavelmente desencadeado nova guerra. O insucesso da operação insurreccional permitiu conservar-se a paz — ¿por quanto tempo? — nesta pobre e escaumentada Europa.

A Alemanha foi assim surgindo, pouco a pouco, aos olhos da França, da Inglaterra e da Itália como o inimigo comum. Isto explica a *conferência de Stresa* donde saiu a constituição duma espécie de frente visando a estabilização política da Europa central. Era mais do que uma vulgar reunião de diplomatas ou de chefes de govêrno:

era uma séria advertência a Hitler para conter as suas ambições dentro dos limites marcados por um elementar bom senso.

\* \* \*

Foi precisamente a partir desta data que, inesperadamente ou, pelo menos, sem a devida preparação diplomática, a Itália começou a agitar diante do mundo civilizado o espectro da sua empresa etiópica, sob o pretexto não só da insegurança das suas colónias da Eritreia e Somália em face de repetidas incursões dos chefes abissínios fronteiriços, mas também da necessidade premente de novos territórios para o efeito da instalação daqueles italianos que a mãe-pátria já não pode alimentar. Já em artigo inserido na «*Vida Contemporânea*» mostrámos a inanidade de tais pretextos, que não passam de subterfúgios da natureza daqueles de que, na velha fábula, o leão se serve para devorar o misérrimo cordeiro.

O que neste particular nos importa, acima de tudo, é o exame do «processus» psicológico que incitou a Itália a meter-se em tão altas cavalarias coloniais. Em primeiro lugar, devemos pôr em relêvo que a linguagem mavórtica de Mussolini criara na sua pátria um estado de excitação que estava requerendo imperativamente a intercalação de um episódio bélico na sua trajectória de homem público: ora de todos os conflitos possíveis um ataque contra os pobres abexins surgia como o menos perigoso e o menos mortífero. Em segundo lugar, a Itália partia da hipótese de que a sua amizade e colaboração no sentido da salvaguarda da paz europeia se haviam tornado tão preciosas para a Inglaterra e França que estas lhe perdoariam com relativa facilidade... um devaneio no sertão. Em terceiro lugar, a Itália admitia que, no caso extremo de um fundo descontentamento britânico, êste não ultrapassaria nas suas manifestações os limites de comedimento que caracterizaram os protestos da Sociedade das Nações contra a criação do Mandchukuo ou contra a violação, por parte da Alemanha, das cláusulas militares do tratado de Versailles.

No entender da política mussoliniana, o essencial consistiria em dar à Inglaterra a certeza duma amizade inalterável e, portanto, a garantia de que a sua acção na Etiópia por forma alguma afectava o interesse britânico. Neste ponto, porém, falhou por completo a diplomacia italiana, a-pesar-da sua fama de subtileza, porque confundiu o circunstancial com o permanente. As amizades entre os povos são episódicas, fazem-se e desfazem-se: as posições que êles ocupam sôbre a Terra é que são essenciais. Ora a posição que para a Itália resultaria no noroeste africano da conquista de grande parte

da Abissínia passaria a constituir um pesadelo eterno para a segurança das comunicações do império britânico. Eis a razão por que os homens públicos da Inglaterra se acolheram à sombra de Genebra, dando solene adesão ao *princípio da segurança colectiva*, obsessão do *Quai d'Orsay* desde 1919, se bem que no caso ítalo-etíope Laval se tenha furtado paradoxalmente a tôdas as suas consequências no preciso instante em que a grande potência insular, tão namorada para isso durante anos, o abraçou, abrindo nova era na política do *Foreign Office*. A Itália, pelo facto de desencadear uma guerra contra a Abissínia, foi solenemente considerada como agressora pela Sociedade das Nações, incidindo sôbre ela, além desta condenação moral, sanções de carácter económico e financeiro que, infelizmente, não tiveram o condão de conter o belicismo da Itália, embora a estejam arruinando insensivelmente.

Este episódio perturbou o complexo das relações internacionais europeias, desfazendo o precário equilíbrio instável penosamente architectado durante anos e anos de pacíficas negociações, semelhantes ao fazer e desfazer da teia de Penelope. Na actualidade, a Itália não se encontra em condições de garantir a independência da Áustria, já porque carece de força efectiva para tal, já porque lhe não convém assumir este papel na hora em que se esboça entre ela e a Alemanha um namôro diplomático, que, a ser coroado por uma aliança efectiva, seria mais um passo gigantesco dado no sentido da guerra. Para substituir a Itália na sua antiga função a respeito da Áustria, esboça-se uma aproximação entre esta e os Estados da «*Pequena Entente*» e fala-se mesmo em requerer para êsse efeito o aval da Rússia, que, de novo, seria chamada, como no tempo do tzarismo, a intervir na zona danubiana.

Por outro lado, o rearmamento da Alemanha, levado a efeito com pressa cada vez mais febril, vai intensificando até ao paroxismo a inquietação da França e da Grã-Bretanha e está encaminhando as coisas no sentido da reconstituição do antigo bloco anglo-franco-russo, o que viria demonstrar que certas alianças se impõem como ditames da fatalidade, independentemente das simpatias ou antipatias dos povos e da semelhança ou dissemelhança dos seus regímenes políticos: a democracia francesa e a inglesa não se furtaram ontem à aliança com o autocratismo dos Romanoff, como hoje se não estão esquivando à aproximação com a ditadura do proletariado, que suprimiu sumariamente os sobreditos Romanoff. Acrescente-se que isto tudo se está fazendo neste momento, não contra Genebra, mas sim como complemento da política de segurança colectiva superiormente dirigida pela Sociedade das Nações — política que, aliás,

está sendo submetida a bem dura prova por môr da guerra ítalo-etíope.

\* \* \*

É no meio desta confusão que a Alemanha, querendo aproveitá-la, lança o grito de guerra das reivindicações coloniais, o que corresponde a uma fase já avançada na obra de destruição sistemática do *Diktat* versalhês. Reclama, pura e simplesmente, a restituição das suas antigas colônias, que, tendo-lhe sido extorquidas sob o pretexto de incapacidade moral para tutelar povos de civilização inferior, foram atribuídas a outros povos, que não o nosso, sob a forma de *mandatos* da Sociedade das Nações. Ao parlamento britânico chegaram distintamente os ecos de tais reivindicações, ouvindo-se, da banda dos Trabalhistas e de Lloyd George, palavras de simpatia e até de aquiescência para com elas. O primeiro ministro inglês durante o período calamitoso da grande guerra não se esqueceu de pôr em destaque a anormalidade representada, segundo êle, pelo facto de pequenos povos, como a Bélgica; a Holanda e Portugal, disporem de vastos domínios coloniais, ao contrário do que sucede com a Alemanha e a Itália, não obstante serem grandes potências. Seria caso para perguntar a Lloyd George porque é que Sua Senhoria, tendo sido um dos chefes de govêrno que negociaram e assinaram os tratados da paz, não se lembrou de deixar a Alemanha investida na posse das suas colônias, o que nos pouparia agora estas discussões, e, pelo contrário, reclamou e obteve para a Inglaterra uma talhada leonina na partilha dêsses despojos ultramarinos. Seria ainda caso para perguntar-lhe se outros países, tais como a Polónia, a Espanha, a Tchecoslováquia, a Yugoslávia e a Roménia, não poderiam reclamar também possessões coloniais em homenagem ao seu conteúdo populacional e se não caberia à Grã-Bretanha a maior quota de sacrifício para se dar satisfação a estas ambições de legitimidade em absoluto contestável.

Com efeito, abordando êste assunto com compreensível mau humor, o jornal belga *Soir* constatava que a Inglaterra tem 81 hectares de território colonial por habitante, a Bélgica 31, Portugal 36, a Holanda 27 e a França 35. Portanto, numa redistribuição equitativa dos domínios ultramarinos, a Inglaterra, por cada sacrifício de 1 consentido pelas restantes nações coloniais, teria de resignar-se a um sacrifício à volta de 2,5. E se, posta no taboleiro a discussão dêste problema, houvesse que considerar e atender tôdas as reclamações fundadas em razões de prestígio e volume populacional e em apeti-

tes mais ou menos legítimos, seria a altura de a gente inquirir o que é que restaria, por fim, da imponente arquitectura do império colonial britânico. Cremos bem que o próprio Lloyd George, bom inglês como os que o são, seria incapaz de encarar a hipótese sem um estremecimento de todo o seu organismo.

De resto, o argumento de que há povos favorecidos e povos desfavorecidos em matéria de colónias, além de desconhecer a génese histórica dos impérios ultramarinos, que não resultaram duma partilha amigável das regiões de além-mar, não vale, em si, um pataco falso porque tem o mau sestro de esquecer ou ignorar o princípio fundamental que, segundo os contemporâneos, caracteriza o fenómeno de colonização, a saber: a tutela colonizadora deve ter como finalidade principal e quasi exclusiva servir o interesse dos elementos colonizados. Isto está explícito e implícito nas disposições do Pacto de Genebra, e o esquecimento sistemático desta regra por parte da Alemanha — repetimos — serviu de pretexto a Lloyd George para, em 1919, promover a expropriação do império colonial d'este país. ¡Com que facilidade os homens esquecem o que os outros homens a eles próprios fizeram no passado! Verdade seja que a pesada carga dos anos pode servir para justificação de certos eclipses intellectuais...

Todo êste escarcéu colonial tomou, como pretexto, as palavras, pelo menos imprudentes, com que Samuel Hoare manifestou em Genebra e em Londres a simpatia do govêrno e do povo britânico pela idea de um convénio internacional visando a uma distribuição equitativa das matérias primas de origem colonial. Em artigo publicado no número de fevereiro da «*Vida Contemporânea*» tivemos ensejo de demonstrar que um projecto desta natureza era inane e de nenhum modo poderia saciar fomes e sêdes coloniais. Em todo o caso, sempre foi servindo de ponto de partida para uma manobra diplomática de ampla envergadura que levou o sobressalto a tôdas as pequenas nações coloniais e não deixou de inquietar a própria França.

Portugal, se não deve exagerar a gravidade do perigo, não deve também despresá-lo como coisa de somenos. Os métodos lógicos de reacção contra êle já foram esboçados sumariamente no comêço d'este artigo. Em primeiro lugar, há que esclarecer por via diplomática as intenções de tôdas quantas potências possam favorecer-nos ou prejudicar-nos no tocante a êste problema. Em segundo lugar, há que organizar uma larga propaganda acêrca da evolução histórica do nosso império colonial, acêrca dos serviços prestados por nós tanto aos indígenas como à causa da civilização e acêrca

ainda dos nossos projectos futuros em matéria de colonização. Em terceiro lugar, há que excitar um pouco o ritmo da nossa obra no Ultramar. Em quarto lugar, há que aumentar a capacidade defensiva militar das nossas colónias por meios extraordinários facultados na hora própria e preparar o gradual e progressivo acréscimo dos seus meios ordinários de resistência. No artigo que publicámos no número de fevereiro desta revista, dissemos já qual era o nosso pensamento neste último capítulo. Dispensamo-nos, portanto, de repetições que se tornariam fastidiantes para os leitores habituais da «*Vida Contemporânea*», que são os que principalmente nos interessam.

Se Portugal proceder assim no que respeita às suas colónias, todos nós poderemos aguardar com relativa filosofia o futuro, repetindo com os nossos botões a velha frase do Marquês de Pombal: «um homem em sua casa tem tanta fôrça que, ainda depois de morto, são precisos quatro homens para de lá o tirarem»!

\* \* \*

¿Será a questão colonial aquela que provocará a deflagração da guerra mundial? Não o cremos. ¿Será o conflito ítalo-etíope? Não o cremos igualmente. ¿E haverá então guerra? Aqui a nossa resposta tem de ser afirmativa, porque uma corrida gigantesca de armamentos, como aquela a que estamos assistindo e que não tem comparação com nenhuma outra registada ao longo dos séculos, tem forçosamente que desembocar na guerra. O pretexto para ela será o mais inesperado e chegará na hora própria quando os povos, semelhando bombas carregadas, estiverem preparados para fazerem explosão. ¿E onde se iniciará o conflito? ¿Na Europa oriental, ocidental ou central? ¿Nos confins orientais da Ásia? Só Deus o sabe e deixemo-lo a contas com o seu segrêdo.

Quando a guerra vier, nesse dia cerrar-se-á inexoravelmente uma página da vida dos povos na qual o génio humano inscreveu algumas conquistas sublimes nos domínios do material e do espiritual e, a par delas, algumas receitas para a destruição catastrófica da civilização.



# VIDA CULTURAL

## O grande êrro do passado

*(Continuação dos números anteriores)*

POR MANUEL MARIA COELHO

Essas escolas adquirem celebridade e são procuradas pelos homens de estudo de maior nomeada da época. Uns 47 anos depois que Carlos Magno fôra coroado imperador, em Roma, veio a Paris um irlandês de nome João Scot Erígenes. É uma das personagens mais bem caracterizadas de então. Não é um simples erudito. Raciocina. Lê e comenta Santo Agostinho. Lê Boécio. Mas não mistura ao acaso e sem discernimento a noção teológica e a noção filosófica, e, assim, cria um sistema em que o cristianismo e o neo-platonismo se fundem, mais ou menos felizmente.

Entretanto, êsse mesmo J. Scot Erígenes faz uma nova tradução do falso Denis o Areopagista, que já fôra traduzido por Halduino. É a daquele que anda em tôdas as mãos, e é por ela que o ascetismo cristão rígido e frio adquire uma nova feição sentimental que conquista os místicos.

Não falo do célebre irlandês senão porque é com êle que a igreja invade os domínios da filosofia e lhe imprime o carácter teológico, que é para ela uma implacável túnica de Nessus de que ainda não pôde desembaraçar-se.

São o falso Denis e o falso Isídoro que, com o apoio dado ao catolicismo nascente pela realeza, prestam à civilização ocidental, que desde então toma a direcção espiritual do mundo, o carácter e as feições com as quais a vida dos povos se nos apresenta inconseqüente, incerta, tumultuária, muitas vezes contraditória. Porque é um dos fenómenos mais desconcertantes das sociedades aquele que acusa um esquecimento completo dos acontecimentos e de suas causas imediatas ou remotas, deixando que os homens se precipitem em volta de quimeras sem atenção por quaisquer sacrifícios, incluindo o da sua própria personalidade e o da própria existência.

Êste estado psíquico, que parece dever classificar-se como um estado de tendência normal para uma psicopatia radical, tem sido aproveitado conscientemente umas vezes, inconscientemente outras, pelos fazedores e pelos cultores

das religiões. Isto explica o cuidado que uns e outros têm posto em fazerem-se rodear de um aparato deslumbrante e eminentemente teatral, e explica completamente os motivos pelos quais o catolicismo se afasta tão inteiramente da maneira como Cristo se fêz encarnar tão humildemente, e tão humildemente viveu, a-pesar-de, como Deus ser omnisciente e onnipotente, e, portanto, conhecer com exactidão absoluta as conseqüências mais afastadas dos seus actos e das suas palavras.

¿Mas como poderia combater-se tal tendência se o conhecimento do ser humano era tão imperfeito, e, se nem sequer se fazia idea do que fôsem as causas dos estados patológicos dos indivíduos, quanto mais as dos estados patológicos colectivos?

Notemos, de passagem, que estes últimos ou são negados, ainda hoje, por muitos, ou são, por alguns outros, explicados de uma maneira que não afirma nem a sinceridade nem a cultura elevada do espírito dos seus autores.

Assim as sociedades que se elaboram durante o período do feudalismo e posteriormente completam a sua organização são regidas pelos preceitos que derivam de uma idea que se desenha nitidamente no papado do grande Gregório VII, nos fins do século XI, e se dá como realizada, ao começar o século XVI, no pontificado de Bonifácio VIII, com a bula *Unam Sanctam*.

E, a-pesar-de tôdas as lutas e de todos os progressos materiais e intellectuais, o trabalho de reconquista do predomínio da teologia sôbre a ciência continua insistentemente, tenazmente, nas trevas ou à luz do dia, com vária fortuna, em tôda a parte onde o europeu, herdeiro da educação que lhe foi administrada pela escolástica, pôde pelo valor das armas exercer o seu domínio e insinuar a sua orientação espiritual.

Mas não é a história da filosofia que eu aqui pretendo fazer nem mesmo a história do cristianismo. O que procuro é investigar por efeito de que influências é que o espírito guerreiro, bem natural nos povos bárbaros, adquiriu, por contacto e, mais ainda, pela penetração da moral cristã, tão avêssa, fundamentalmente, ao orgulho e à tirania, êsse *processus* orgânico que converteu as hordas em legiões, postas à disposição do poder teocrático. Como é que os exércitos se constituíram para, de uma maneira metódica, cuidadosamente sistematizada, bem proporcionada, completamente providos de instrumentos de morte, servirem as paixões mais censuráveis, as ambições mais repugnantes de um pequeno grupo de indivíduos que querem viver do trabalho daqueles mesmos a quem tiranizam.

Porque a história da humanidade é sinteticamente isto: milhares ou milhões de indivíduos, sob as ordens de um chefe, armando-se o melhor que podem, impõem a sua vontade a outros milhares ou milhões de indivíduos que, desta vez, não tomaram a iniciativa da luta. ¿Quais os pretextos invocados? Todos servem, e a fábula do lobo e do cordeiro diz de uma forma definitiva a que imperativo categórico se obedeceu.

Ora a lei de Cristo é a lei da paz e da humildade, e, todavia, é com o cristianismo que a lei da força, que a lei da tirania, que a lei da violência se amplificam e se convertem num código indefectível ao qual é cada vez mais difícil opor uma resistência congruente.

Com Carlos, o Calvo, instituiu-se o feudalismo e daí até à instituição das comunas, isto é, dos fins do século IX até os princípios do século XIII, na Europa central, que é o laboratório da civilização ocidental, não há senão lutas tremendas, desordens sem conta, brutalidades sem nome elevadas à categoria de fenómenos produzidos pela Providência para maior glória de Deus. É a divisão do império de Carlos Magno; a formação do império germânico; a luta ingrata do papado e do império, ou seja o papa Gregório VII contra Henrique IV da Alemanha; é a *Liga lombarda* e a rivalidade entre os dois grupos de *Guelfos* e *Gibelinos*, desencadeando-se numa guerra tremenda; são as cruzadas do oriente e as do ocidente. É esse longo período de quatro séculos em que o papado não passa um momento da sua vida sem que faça lançar os povos uns contra os outros por diferentes razões aparentes; mas no fundo apenas pela ambição da sua supremacia, querendo pôr todos os órgãos das sociedades a constituir-se, sob a sua única soberania, dispondo dos bens da terra a seu talante.

¿Careço eu de dizer a quem lê estas palavras as violências, as crueldades, as horríveis torturas, as cobardes sevícias a que foi submetida a pobre humanidade durante esse período sinistro da história?

Ao começar o último quarto do século IV em que Odoacro depõe, substituindo-o, o último monarca do império romano ocidental, a interferência da igreja nos negócios públicos da nova organização política da Europa é manifesta, com S. Jerónimo, com Santo Agostinho e com Santo Hilário. E se este século é aquele em que há por toda a Europa o tumultuar de ambições e de batalhas sem conta, é também o mesmo em que o cristianismo pôde lançar à terra, assim profundamente laborada e adubada de imenso sangue humano derramado, a semente pura e estreme da sua doutrina de mansidão e de fraternidade. E, contudo, essa semente, desnaturando-se, veio dar frutos de rebelião e de ferocidade de que hoje, e cada dia mais requintadamente, a humanidade se alimenta.

Não quero, nem é o meu assunto, pôr em relêvo os exageros que levaram o cristianismo a tomar sobre si a responsabilidade da errada direcção a que foram conduzidas as sociedades fundadas sobre as ruínas da Roma antiga. Mas, para que se não pense que dou à história feições que lhe não são peculiares, cito duas ou três frases de Santo Agostinho, que é talvez o mais escutado doutor da igreja, para que se avalie a que extremos pode levar o fanatismo religioso:

«Todos os homens merecem a maldição»;

«A salvação não se encontra senão na igreja católica»;

«Deus disse: não matarás. Mas se não há proibição não há crime, e se Deus por uma prescrição geral ou especial mandar matar, o homicídio é uma virtude»;

«Imaginemos um homem de excelentes costumes; se não tem fé, isso de nada lhe serve. Se um outro homem não tiver tão bons costumes, mas tiver fé, pode obter a salvação que aquele não obterá.»

Poderia citar dezenas e dezenas destas prescrições. ¿Mas para quê?

Sem a menor dúvida, a doutrina da violência legitimou-se assim, e o Cristo, a quem os judeus deram como cetro um pedaço de cana verde, veio a empunhar a espada flumejante das vitórias profanas que os príncipes cristãos alcançaram ao longo dos séculos. ¿Ontem vimos, na Grande Guerra, a Alemanha e a Áustria anunciarem a vitória, e, paralelamente, a anunciarem os seus adversários, a França, a Inglaterra, a Bélgica, a Roménia, Portugal, etc., etc., uns e outros, sempre, em nome de Deus, do Deus de Santo Agostinho! Hoje sucede o mesmo. Amanhã será a continuação de ontem e de hoje.

Se continuarmos a consultar a história assistimos da mesma maneira ao desenrolar de lutas sangrentas que são a consequência necessária do espírito imperialista, de conquista, de domínio em nome de Deus, sempre e sempre para maior glória de Deus. E de tal modo e de tal arte que as lutas para a conquista da liberdade, da emancipação, da democracia são conduzidas da mesma maneira feroz e sanguinolenta, porque a moral cristã, desmentindo a palavra do seu fundador preferiu fazer uso da que lhe veio do ensino do Velho Testamento em que se aconselha a vingança até à terceira, senão até à centésima geração, olho por olho, dente por dente.

Horrível, tóda esta moral vinda da Palestina.

Os herdeiros de J. S. Erigenes na cultura sucedem-se, do século IX por diante, com Roscelin, Guilherme de Champeaux, Abélard; com S. Tomás de Aquino, Roger Bacon; com Duns Scot, Guilherme Ockam; até que chega o século XV e a Renascença e em seguida a Reforma, numa reacção oportuna mas em nada radical, trazem o gérmen da transformação indispensável da moral e da filosofia, detidas nos conventos e nas universidades que a igreja fundara.

A germinação operou-se; e Erasmo, Rabelais, Montaigne, e depois Charon, Giordano Bruno e Campanella lançam jorros de luz que espancam a treva que subjuga os espíritos. Mas essa luz deslumbra-os mais que os ilumina e o concílio de Trento de 1545 a 1563, em que a teocracia italiana se impõe ao resto da cristandade, porque, nesse concílio há 189 prelados italianos enquanto que os estrangeiros são apenas 66, adopta medidas que tendem a impedir todos os protestos contra a nefasta influência do papado nos negócios públicos. Para se avaliar do temor da publicidade da discussão dos actos do clero e das suas doutrinas, é suficiente lembrar que o papa Paulo IV fez publicar, então, o *Index librorum prohibitorum*.

Ao Doutor António de Carvalho

# Nova civilização jurídica

(Ensaio jurídico-penal)

POR VASCO DA GAMA FERNANDES

## 1 — À maneira de preâmbulo

Os estudos embora superficiais a que nos temos lançado para descortinar, no confusionismo intelectual que envolve a ciência penal, um caminho seguro e lógico fizeram criar no nosso espírito a necessidade de trocar estas despretenhiosas impressões com os nossos escassos leitores. Empreendemos êste modesto trabalho na convicção, portanto, de que, longe de fazer obra perfeita, nos limitávamos, pelo contrário, a fornecer a quem mais saiba e possa, umas pedrinhas frágeis para a construção do magestoso edifício do amanhã jurídico, já que as esperanças dos que sentem na alma alvoroçada o sentimento do Direito se inclinam para o porvir e nunca para um passado que deslustra ou para um presente que deshonra.

Fiados no adágio popular «quem dá o que tem...», aqui deixamos arquivadas estas ligeiras considerações, almejando que elas alcancem o seu único fim, incitar a curiosidade dos estudiosos para a séria meditação de problemas graves, que trazem nos seus flancos uma série aflitiva de interrogações irmanadas com algumas certezas de difícil contestação.

O autor destas modestas linhas teve a desventura de cursar direito numa Universidade portuguesa, desventura levemente adocicada com a recordação saudosa de alguns mestres cumpridores e duma camaradagem amiga embora nem sempre corajosa. Nestas condições os seus conhecimentos universitários, isto é, os ensinamentos colhidos através de fastidiantes aulas teóricas e de insuportáveis aulas práticas resumem-se àquele trágico zero com que se simboliza a sapiência do recém-formado lusitano. Se alguma coisa tem apren-

dido, mormente nos domínios da ciência penal, deve-o unicamente a um esforço probo e persistente, a um estudo aturado e corajoso que longe de estar em meio o começa agora a empolgar, inculcando-lhe na alma aquele entusiasmo que certas múmias catedráticas queriam diluir.

As aulas de Direito penal...

Estou a vê-las fotograficamente deslizando aos meus olhos nesta pacatez provinciana tão propícia aos devaneios espirituais e às revisões utilísimas de conceitos e de normas.

Professor velho, embora com prosápias de rapaz novo, articulando com ênfase, despreocupado por imodéstia, aparentemente bondoso, escondendo recessos vis, companheiro, com ambições conselheiras e alturas aristocráticas, generoso mas com vontade de matar Caim...

Horas e horas mastigando o mesmo estafado latim, repisando as teorias e os nomes de há dezenas, senão centenas de anos, insistindo em pontos de há muito combatidos pelas novas claridades, remexendo num monturo donde, embora aqui e ali guardando a maravilha de alguma flor rara, se exala o cheiro fétido dos cadáveres em putrefacção.

Pareciam um remexer de túmulos essas horríveis aulas de Penal.

Melhor, tínhamos a ilusão de navegar numa vasta necrópole onde caveiras abomináveis se concertassem para entoar o hino lúgubre da morte em contraste com a canção alegre da vida que começa ou que atinge o seu radioso zenite.

Quando elas terminavam — as aulas de Penal — e a multidão juvenil se embriagava com o sol que campeava pelas ruas, uma estranha sensação de revolta dominava as inteligências que pensavam ou os espíritos que albergavam a honrosa esperança de construir.

Mas vá de reagir! Passadas as enfadonhas aulas e obtida a aprovação a vida torturante terminava e uma nova vida começava difícil e perigosa, despeñhadeiros abrindo as fauces para tragar, precipícios morais a atrair os tíbios e os fracos...

Mas já não havia as aulas de Penal!

Que importava a luta pela existência se o que atrás se deixava nada mais era do que inutilidades amontoadas?

É com esta formação universitária, embora amenizada com preocupações intelectuais de outra ordem, que o escrevinhador destas linhas se lançou na árdua tarefa de tentar *compreender* o clima espiritual que vai dando saúde e força às novas ideas jurídicas e sociais no já arejado campo criminológico de além-fronteiras.

Não deixaremos de saudar daqui o livro maravilhoso que abriu novos horizontes no nosso espírito. Foi «La Criminologie Nouvelle», de Quintiliano Saldaña.

Através dêle mais se arreigou na nossa alma a certeza que já lá estava

latente: as nossas aulas de direito penal constituíram o pior serviço que a Universidade nos poderia prestar.

Só por isso nunca mais poderei recordá-las sem que uma profunda indignação me tolha o raciocínio.

«A missão social da ciência não é senão revelar progressivamente o grande X do desconhecido na cultura e determinar o factor acaso na invenção», escreveu o professor Saldaña nesse seu livro.

Aplicada a frase ao ensino do direito penal nas nossas Univesrisidades é caso para a gente desatar a rir, à falta de coisa pior...

Mas deixemos os mortos em paz.

A vida vai começar com os problemas que se vão debater.

## 2 — Digressão retrospectiva

Não nos parece fora de propósito lançar uma rápida vista retrospectiva para o passado do direito penal a-fim-de mais, concretamente, avaliarmos a grandeza da sua evolução.

A história do crime, di-lo algures o grande Guilhermet, é a história da própria humanidade. Quem quiser abalançar-se a um estudo probo e consciencioso das diversas fases por que tem passado esta dolorosa Humanidade, basta conhecer as modalidades, sempre originais, que vem revestindo a ciência penal no decurso já bem longo da existência do homem na superfície da terra.

Tentemos, portanto, registar essa curiosa curva evolutiva para melhor e mais afoitamente entrarmos no âmago da questão.

É claro que ao afirmarmos que a ciência penal se tem desenvolvido num crescendo louvável, nada mais queremos dizer senão isto: a ciência penal só se verifica naqueles países de declarada emancipação intelectual, nas nações que escancarando as janelas das suas fronteiras deixam que por elas entre o vendaval saudável das novas ideas. Preter der criar ciência penal ou outra qualquer ciência em terra propensa aos devaneios saudosistas, entregue à permanente recordação das glórias de antanho, é o mesmo que exigir à viva fôrça o império da luz onde só governa o negrume aterrador da treva.

Ao falarmos em *ciência* queremos com a palavra significar *civilização*. Ciência sem civilização é um paradoxo.

É o mesmo que estudar o progresso da ciência penal no meio selvagem dos Batas que no dizer de Letourneau se entregam ainda hoje à prática absurda da *antropofagia jurídica* como máxima penalidade a aplicar em certos crimes.

Postas estas considerações encaremos agora o problema.

As origens do direito penal remontam às épocas mais atrasadas da história humana. Nas civilizações orientais e nos primórdios das civilizações grega e romana, a necessidade de castigar os delitos fêz criar um direito penal rudi-

mentaríssimo — uma verdadeira época preparatória da cultura da ciência do direito penal, segundo a autorizada opinião do professor Ladislau Thot.

Como escolas participantes dessa época preparatória podemos contar a escola dos *glosadores*, a dos *canonistas*, e uma série infindável de *escolas jurídicas*, criadas pelo islamismo para a interpretação e criação do direito penal.

Acompanhando o eminente professor Thot, catedrático com C maiúsculo, da Universidade de La Plata, na sua digressão pela história do Direito Penal, verificaremos que a ciência a que nos reportamos fôra já motivo de sérias apreensões para os hebreus, chineses, persas, gregos, romanos, canonistas e maometanos.

Entre os hebreus, cuja fonte fundamental era o *Velho Testamento* completada pela *Michna* e pelas *Adições*, o delito era visto através dum prisma estreito: uma lesão dum interesse estadual e a pena como elemento reparador da violação, concernente a restituir o «equilíbrio jurídico perturbado». No segundo século antes de Cristo a ciência penal hebraica tenta e consegue descobrir novos horizontes, destacando-se nesse trabalho meritório, entre outros, o notável filósofo Filon de Alexandria, mais tarde coadjuvado por Bahya Ibu Pacuda Rabbi Gerson ben Yehuda, Maimonides, Mar Samuel.

Descortina-se já na obra destes interpretes e comentadores — no dizer de Thot — «uma benigna indulgência no tratamento penal...»

Na China antiga, confundida a ciência com a teologia, surge-nos o humanitarismo da doutrina de Confúcio, humanitarismo bem digno de realce pelo contraste que nele se observa com o proceder jurídico-penal de certos pseudo-civilizados deste decadente Ocidente.

Considerava a doutrina de Confúcio como *dirimentes* de responsabilidade criminal entre outros factos os seguintes:

1.º — Cometer o delito por vingança de uma injúria ou por ingratidão de um benefício recebido.

2.º — Cometer o delito numa repartição pública em consequência de medo, por ser forçado ao seu cometimento pelo temor que lhe inspirou tal funcionário público.

3.º — Ter sido o agente incitado à prática do delito por conselho de mulheres.

4.º — Ter o agente seguido as indicações de pessoas de posição elevada.

Percorre, como vimos, toda a obra de Confúcio um frêmito justiceiro de humanidade, revelado ainda com mais notável exuberância no castigo a aplicar aos delinquentes, na repressão dos pequenos delitos e até na condenação dos grandes crimes porque «o caminho da virtude é o começo duma vida bem governada».

Muitos foram os filósofos que se entregaram à tarefa de *comprender* a obra de Confúcio, uns, seus contemporâneos, outros, posteriores.

Entre os primeiros estavam Li que dava à pena um carácter preventivo

e Menghche, de tendências nitidamente democratas, reveladas através dos conselhos por êle formulados aos soberanos, no sentido de socorrerem os povos e elevarem o seu nível material e moral — única forma de combaterem o aumento ou mesmo a existência da criminalidade.

O rei Kiekiavus, foi quem entre os persas melhor se adaptou aos conceitos da ciência penal, propugnando medidas extintivas da criminalidade sem que êsse facto excluísse certa dose de indulgência para com o delinqüente, indulgência que poderia ir até ao perdão. Navegando nas mesmas águas a poesia persa «País das rosas» entende ainda que a pena deveria ser mais ou menos grave conforme se tratasse dum delinqüente culto ou dum delinqüente de insuficiente preparação intelectual, já que a «ciência é a arma que temos para reprimir o delito».

Os antigos filósofos da Grécia exigiam a aplicação de penas como meio moralizador e defensivo da integridade moral do Estado, entendendo Platão, verdadeiro precursor da escola clássica, que o fundamento da pena é o seu carácter de expiação, aliado à emenda individual que poderia chegar à eliminação, por morte, no caso de se tratar de delinqüente incurável. Considera também Platão certas circunstâncias agravantes ou atenuantes da responsabilidade criminal como sejam a intenção, a premeditação, etc., etc.

Aristóteles, integrado em parte na doutrina platónica, considera a pena como remédio destinado a defender a sociedade das investidas do crime.

Entre os romanos, imbuídos da exclusivista preocupação de examinar a pena pelo seu lado político, destacaram-se, como construtores duma verdadeira ciência penal, pléiades ilustres de filósofos e pensadores. Desde o imperador Augusto até à época dos escritores bizantinos, no século XV, os romanos procuraram criar uma ciência e estabelecer uma série de postulados com rígida base jurídica e social. Embora não dando ao direito penal aquele carácter autónomo que mais tarde lhe haveriam de reconhecer, os filósofos romanos, através das escolas Sabiniana e Proculciana, procuraram na interpretação mais ou menos benigna, atendendo ou não ao espírito ou à letra da lei, realizar um direito penal, notavelmente influenciado pela filosofia estóica da Grécia, que entre outros princípios consignou estes como alicerces dos futuros códigos romanos: «deve-se viver honestamente, não se deve ofender outrem e deve-se dar o seu a seu dono». Julius Paulus, entre outros, criou a máxima «Volenti non fit injuria», incitando os julgadores, também, a seguir a interpretação mais benigna em coisas penais.

Em Bizâncio, o movimento, neste particular, era também intensivo. Fundaram-se Faculdades de Direito em Constantinopla e em Beritos, onde os «civilistas latino-romanos» e os «jurisconsultos autodidatas» se entregavam ao estudo das normas penais.

Deixando para trás a influência dos *glosadores*, notável sob vários aspectos, introdutores da máxima *poena maior absorbet minorem* e propugnado-

res duma nova época de Justiça; a dos *práticos* que encaravam o direito penal sob um aspecto mais positivo na formação de regras, com o indispensável auxílio da jurisprudência e criaram verdadeiros dogmas jurídicos que orientaram obrigatoriamente a vida social d'esses tempos; a dos *canonistas*, repassada — é justo dizê-lo — de espiritualíssima bondade, mais tarde envergonhada pelos seus bispos e padres, assando homens e mulheres no espêto, livre-arbitristas ferrenhos, já que na sua maneira de ver, a *liberdade do homem é-lhe dada por si mesmo*, que consideravam a *pena* como a *medida do delicto* e incluíam nas circunstâncias atenuantes, entre outras a menoridade do delinqüente, a situação de mulher e a embriaguez, vejamos agora, já em pleno século XVII, qual a orientação que as coisas tomam nestes domínios, já que podemos considerar os homens representativos d'este século como os verdadeiros precusores do movimento filosófico e humanitário que empolgará os cientistas do século seguinte. Seria, entretanto fastidioso, demorarmo-nos na contemplação da obra de todos. Diremos somente que além de Locke e do holandês Spinoza, opositores à tese penalista da intimidação, outro homem viveu, escreveu e pensou neste tempo e cuja obra de concórdia e paz ainda hoje deveria ser lida e meditada por todos quantos se julgam fadados a desgovernar o mundo a ponta de chicote.

Esse homem foi Hobbes, autor de duas obras imperecíveis, «De cive» e «Leviathan», precursor da teoria do contracto social, mais tarde eloqüentemente defendida pela pena construtiva de Rousseau.

É também digno de conta o humanitarismo de Thomas Morns, na sua «Utopia».

O direito penal estava, como se verifica, numa fase terrivelmente embriônica. Embora, aqui e ali, surgissem vozes desassombradas clamando remédio, no exemplo dignificador de Hobbes, a verdade é que a repressão do crime e consequentemente o tratamento a aplicar ao delinqüente continuavam dirigidos pela estranha ferocidade dos que mais nada viam no criminoso senão um ente despresível, perigoso e perverso. O sofrimento atroz a que foi sujeito, já em 1762, o protestante Jean Colas, sofrimento que fêz vibrar de altiva indignação a pena vibrante do grande Voltaire, é significativo para demonstrar o atraso intelectual em que vivia a ciência penal na sua aplicação prática.

Deve-se sem dúvida ao Marquês de Beccária, — cá estou eu com êste nome a recordar as *saudosas* aulas de Penal... — o impulso meritório para uma nova era compreensiva e honrada, mental e jurídica que, analisando os problemas à luz forte da verdade, conseguiu criar um corpo de doutrina, por si só altamente defensor da personalidade eminente do autor do «Dei Delitti e Delle Pene».

Em que consistia êsse novo *espiritualismo* defendido apaixonadamente por Beccária?

Concedamos a palavra agora ao distinto escritor e jurisconsulto, doutor Palma Carlos, sem melindres, o português mais *européu* nesta árdua matéria do direito penal:

«Escola humanitária e filantrópica?

Não duvidamos — para termos de atribuir-lhe estas características — que foi ela que firmou o princípio de que para a punição do criminoso não é necessário torturá-lo, bastando corrigi-lo; de que é inútil atingir o delinqüente na sua pessoa física, pois é suficiente privá-lo da liberdade.

Por outro lado, porém, esta escola pecava por um excesso de abstracção, como justamente nota Prins.

Na verdade para ela o delinqüente não era um homem vivendo e agindo, mas um tipo abstracto, concebido pela razão pura sem atender à realidade das coisas; o delito não era uma porção de vida real, mas uma fórmula jurídica inscrita num código; a pena não era uma defesa apropriada ao ataque, mas um sistema empirico, concebido pelos teóricos que não tinham em conta a natureza do delinqüente; e toda a ciência penal estava, assim, contida nos textos e nas leis.

Tomando como ponto de partida o tipo fictício e convencional do *homem normal*, a escola clássica considerou todos os delinqüentes criados à semelhança dêsse *homem normal* e susceptíveis de serem corrigidos pela mesma pena; a prisão e, em especial, a prisão celular, tornou-se o fulcro do sistema repressivo, mas não pôde servir para a infinita variedade da natureza humana nem para as múltiplas categorias de delinqüentes que existem.

E, de facto, escreve Ferri nesse formoso livro, em que estuda *Os criminosos na arte e na literatura*, a jurisprudência clássica, de Beccária a Carrara, ocupou-se exclusivamente dos crimes; deixava os seus autores na sombra, attribuindo-lhes um tipo médio de homem como todos os outros.»

Pode e deve discordar-se, nos tempos de hoje, do aspecto panorâmico da obra de Beccária — digamos marquês do dito para contentar o sibilino mestre...

Mas será tremenda injustiça não reconhecer ao autor de «*Dei Delitti e delle Pene*» uma profunda consciência jurídica e humanitária, tendo em atenção a hora nefasta em que surgiu, como clarão rehabilitador, a corajosa afirmação das suas teorias.

As escolas jurídica, política e ascética, respectivamente orientadas por Carmignani, Rossi e Romagnosi, vieram completar o pensamento beccariano, integrando-se, consoante as suas fórmulas de interpretação, no vasto plano reformador da escola clássica.

A reacção contra os princípios clássicos, trazida pela trilogia magnífica de Lombroso, Ferri e Garófalo, veio imprimir ao direito penal uma orientação profundamente antagónica.

Lombroso, com o seu «*L'uomo delinquente*» estudava o criminoso sob os múltiplos aspectos da sua origem antropológica, embrenhando-se na embriologia, patologia e antropologia do delito, na biologia e psicologia do delinqüente nato, no exame do louco moral, do epiléptico, do delinqüente de ímpeto

e do de ocasião, completando com esta matéria os dois primeiros volumes da obra.

No terceiro volume Lombroso analisa as causas do crime e a profilaxia a aplicar.

Henrique Ferri, que na opinião de Hugo Spírito é o verdadeiro sistematizador das doutrinas da criminologia positiva, expos na obra *Sociologia criminal* o manancial inesgotável das suas teorias, umas observando os diversos factores determinativos da prática delituosa, outras defendendo a classificação dos delinquentes, e outras ainda propondo a série de medidas adequadas ao mal.

Procurando na obra de Ferri a sistematização aludida por Spírito, encontro-la luminosamente exposta nos seus «Princípios de direito criminal», colectânea das lições do mestre falecido em 1929, já então renegando, pelas suas atitudes de retrogradação medieval, os postulados de desassombro e coragem que o ilustraram no conceito da gente estudiosa.

São de Ferri algumas sínteses que se seguem. Por elas, melhor do que pelos meus apanhados, avaliará o leitor do merecimento da escola positiva:

«I — Que o *criminoso*, sendo o autor do facto proibido ao qual se deve aplicar a pena cominada pela lei e sendo por isso êle o *protagonista da justiça penal prática*, deve sê-lo também na ciência criminal.

E por isso ao estudo jurídico do crime e da pena, admiravelmente feito pelos criminalistas clássicos, é necessário propor e acrescentar o estudo do delinquent, cujo crime praticado — tendo também um valor próprio de maior ou menor gravidade moral e jurídica — é sobretudo o sintoma revelador de uma personalidade mais ou menos perigosa, para a qual se deve dirigir uma adequada defesa social. É preciso, portanto, abandonar, visto não corresponder à realidade, o critério fundamental da Escola clássica, que considerava o autor do crime como um «tipo médio», igual a quaisquer outros homens, salvo os poucos casos aparatosos e taxativamente catalogados da menor idade, loucura, surdez-mudez, embriaguez, ímpeto de cólera e de dor.

II — Que por isto, nem teórica nem praticamente, o *crime*, a *pena* e a *execução desta* se podem separar nunca do *delinquent*, que a antropologia criminal documenta ser pelo contrário sempre um homem ou permanentemente ou transitòriamente mais ou menos anormal.

III — Que êste princípio da *individualização da justiça penal*, enquanto se pode realizar completamente no momento *judiciário* e no momento *executivo* da justiça penal, no momento *legislativo* pode, ao contrário, levar-se a efeito com o critério da classificação dos delinquentes.

IV — Que o Estado — se ao mesmo tempo que proíbe e pune as acções criminosas, realiza indirectamente uma obra de educação social e moral — com a sua função soberana de justiça penal não tem porém de resolver, directamente, nenhuma missão filosófica, religiosa ou ética — que não é da sua com-

petência mas deve tão somente organizar a defesa social repressiva contra a delinquência.

V — Que entre os remédios jurídicos após o crime, o Estado deve impor a cada condenado a *indenização do dano*, assim como impõe a execução da pena.

VI — Que o *isolamento celular contínuo (isto é, também diurno)* é uma das *aberrações do Século XIX*.

VII — Que, finalmente, a pena, como a *última razão* de defesa social repressiva, não se deve proporcionar — e em medida fixa — somente à gravidade objectiva e jurídica do crime, mas deve adaptar-se também e sobretudo à *personalidade mais ou menos perigosa do delinquente*, com o sequestro por tempo indeterminado, quer dizer, enquanto o condenado não estiver readaptado à vida livre e honesta, da mesma maneira que o doente entra no hospital não por um lapso prefixo de tempo — o que seria absurdo — mas durante o tempo necessário a readaptar-se à vida ordinária.

R. Garófalo, com o sua «Criminologia» completa o grupo movimentador dos novos conceitos do positivismo contista aplicado ao delito e à repressão penal. Entendeu êle, contrariando nesse ponto a corrente socialista que, longe de se atribuir aos *fenómenos externos* o papel fundamental na determinação dos delitos, se deve, pelo contrário, filiá-la num conjunto, mais ou menos complexo de *fenómenos internos*, nas condições organo-psíquicas do delinquente, na curva da sua ancestralidade e nas suas tendências congénitas.

Garófalo desempenhou no triunvirato o papel de jurista, dando consistência legal — digamos assim — às teorias de Ferri, o sociólogo, e às conclusões de Lombroso — o antropologista.

Ao *indeterminismo* clássico opunha-se o pleno determinismo positivista.

E integrados nas duas expressões antagónicas estavam duas civilizações jurídicas opostas, dois mundos diversos que se degladiavam. Para uns, filhos espirituais de Conte, o saber humano é o fruto da experiência, constantemente renovadora de conceitos e de ideologias; para outros, a estagnação objectiva constituía o único norte a prosseguir na luta ingente contra a criminalidade.

Deve-se, sem dúvida, ao positivismo o respeito que merecem ou devem merecer todos aqueles ideais, que, embora não falhos de erros, se criaram para servir a Humanidade.

E até hoje — embora isto tanto irrite a certo reaccionário — nada nos leva a acreditar na eficiência de qualquer tentativa jurídico-penal que não leve no espírito, embora sempre em progressivo revisionismo, os ditames levantados da filosofia positivista.

A *União Internacional do Direito Penal* e a *Terza Scuola*, antes da guerra e a *Associação Internacional do Direito Penal* e a *Escola Pragmática*, no «post-bellum» consagram-se à tarefa, umas de medianeiras entre o classicismo e o positivismo, outras como a *Escola Pragmática*, fundada pela grande Sal-

daña e inspirada na filosofia de William James, embrenham-se na estrada soalheiranta para melhor ver e estudar claro.

Termina aqui êste nosso rápido apanhado das principais escolas precursoras do movimento hodierno da criminologia.

Através do insignificante estudo observaram, por certo, os leitores a tendência humanitária do direito penal para a consecução do seu fim eminentemente social.

Indaguemos agora dos seus novos aspectos. Deixaremos para estudo de maior fôlego o exame detalhado e minucioso das diversas *nuances* por que tem passado a ciência.

Por agora cuidemos de duas fontes permanentes de *criação penal*, de duas obsidiantes preocupações para os penalistas, para os homens da ciência médica e para os sociólogos: a *psicopatologia criminal* e a *endocrinologia*.

Ligadas às duas está a idea, já vigorosa e dominante, duma autêntica civilização jurídica marchando triunfante para a conquista da cidadela desconjuntada e carcomida pela lepra infamante das covardias e dos atrasos propositados.

### 3 — Nos domínios da psicopatologia criminal.

Baseados nas opiniões, fundamentadas e até a certo ponto incontestáveis, dos homens de ciência do quilate de Letourneau, Féré e Lombroso de que o crime tinha sempre a sua origem num factor mórbido, os neo-penalistas entregaram-se, aliados à ciência médica, a novos e mais interessantes estudos.

Assim cuidaram de investigar as relações existentes entre as doenças psíquicas e a natural e conseqüente predisposição criminal.

No capítulo do completo revisionismo lombrosino o neo-positivismo ganhou adeptos e conquistou terreno.

Matéria difícil e espinhosa, demandando um paciente e cuidadoso apóstolado, cheia de variantes enganadoras. À sua metódica perscrutação se entregaram espíritos não conformistas, entre os quais se destacou Wilbrand que em grupos precisos resumia os pontos a atacar para um esclarecimento razoável do problema.

Transcrevemo-los com a autoridade do mestre alemão:

1.º — Se estamos em presença duma disposição hereditária para enfermidades mentais, ou, especialmente, para formas de enfermidade, em que o sistema nervoso tenha ficado compreendido, como são a epilepsia, a coreia, etc.

2.º — Se estamos em presença de algumas perturbações somáticas que possam ter ligação casual com a perturbação mental em questão, segundo os ditames da experiência médica geral ou o exame directo do indivíduo.

3.º — A investigação de todos os momentos que, principalmente, poderiam ter dado um impulso ao aparecimento duma perturbação mental.

4.º — A observação rigorosa e contínua da pessoa em questão, relativamente à sua conduta, modo de falar, actos, expressões fisionómicas, forma de andar, etc.

5.º — A investigação retrospectiva da moral e paixões das pessoas em questão, verificando-se cuidadosamente se houve qualquer transformação, pois com ela se iniciou geralmente a enfermidade mental.

6.º — A investigação de algumas alienações casuais da faculdade sensitiva, da imaginação e volição, porque tais mudanças precedem e seguem o estado de perturbação mental.

7.º Examinar as faculdades mentais antes e durante o tempo do estado em questão, sempre que se note uma transformação. Deve observar-se que são as faculdades intuitiva e do discernimento que especialmente importa submeter a êste exame. Nos enfermos mentais e nos tarados de vícios mentais, aquelas duas faculdades jogam juntamente ou manifestam-se somente unilateral ou desordenadamente. É preciso não esquecer também que há alguns enfermos mentais que têm a facilidade de mostrar uma inteligência perspicaz em coisas que nenhuma ligação têm com as suas manias.

Algumas das suas faculdades espirituais são até, por vezes, muito activas, de modo que, com freqüência, e precisamente os mais perigosos revelam, a-pesar-da sua loucura, sagacidade e ponderação.

8.º — Quando se suspeitar de simulação, deve o individuo ser observado amiudadas vezes e sem que êle dê por isso.

9.º — Finalmente é indispensável que nos orientemos acêrca de tôdas as causas e circunstâncias do facto cometido. Os enfermos mentais praticam muitas vezes delitos sem intenção de cometerem um facto punível; por isso depois se mostram tranqüilos e não ocultam as suas façanhas, contando minuciosamente tôdas as circunstâncias que com elas se relacionam; nos seus momentos lúcidos porém, encaram-nas como factos de muito maior gravidade que a real, merecedores da máxima repulsa e até dum castigo justo».

Conclui-se da sistematização atrás enunciada que na avaliação da imputabilidade criminal tem que atender-se a um complexo de circunstâncias, algumas de rara subtilidade, demandando e exigindo mil e um cuidados para uma séria e rigorosa determinação.

No estudo da imputabilidade criminal reside, assim, tôda a eficiência da psiopatologia. Limita-se mesmo a êste campo, bem grande já, o trabalho árduo a que se têm de dedicar todos quantos almejam decortinar novos horizontes, já que na opinião do Prof. Ballet o «estado mórbido tem, na gênese do delicto uma parte preponderante, mesmo exclusiva», sendo na opinião do mestre quatro as doenças originárias dos factos criminais: 1.º, as adquiridas e transitórias; 2.º, as adquiridas, mas crônicas; 3.º, as afecções constitucionais congénitas; 4.º, as perversões instintivas.

A importância do problema é tão grande que, abandonando já as milhentas

opiniões despendidas no sentido de coligar num mesmo pensamento actuante a psicologia e a criminologia, vemos, convictos e decididos, homens de ciência a impor a construção de *manicómios criminaes*, exigindo Saporito além desses outros estabelecimentos da mesma índole como *prisões judiciais*, *penitenciárias* digamos pedagógicas, *asilos para alienados comuns*, *asilos de segurança* e *reformatórios*.

Segue o já citado Prof. Thot a opinião de Sommer na discriminação dos três grandes e fundamentais 'problemas que mais interessam à psiopatologia criminal a saber: *alcoolismo*, *epilepsia* e *enfermidades congénitas*. Não nos cumpre a nós, noviços na ciência do direito, contestar a lógica da classificação. O nosso papel aqui, meramente vulgarizador, é acompanhar a corrente saudável das novas águas científicas, arrastando as velharias trazidas pelos esgotos de métodos e princípios já falidos.

Na altura que nos parecer melhor meteremos, então, com confiança a nossa modesta foice em tão aliciante seara.

Sigamos portanto, neste particular, as pisadas dos que mais sabem:

1 — *Alcoolismo*: Não oferece dúvidas a ninguém, nem mesmo ao nosso reaccionário Código Penal, que o alcoolismo é uma das fontes mais abundantes da criminologia, atingindo, em certos países, uma cifra verdadeiramente alarmante.

Resumamos algumas opiniões autorizadas sobre a influência criminógena do alcool:

a) *Kinberg* — Divide a intoxicação alcoólica em aguda e crónica e considera os seguintes sintomas psíquicos, notavelmente orientadores da actuação criminal:

1 — Um aumento da predisposição emotiva para a ira, alegria, ansiedade, desconfiança, etc.

2 — Uma nivelação das ideas no respeitante ao seu valor ético, envolvendo um embotamento das noções e sentimentos éticos do individuo.

3 — Uma super-excitabilidade do movimento.

Ligados a estes fenómenos psíquicos, a estas alterações do equilíbrio espiritual, discrimina *Kinberg* a série de delitos a elles pertinentes:

b) *Hoppe* também determinou a *psicose alcoólica*, acompanhando-o nesse labor *Fehlinger*, *Nacke*, com a sua tese da degeneração alcoólica, *Doncaster*, *Lippick* e os seus companheiros *Burdech*, *Flemming*, *Demaux*, *Borneville* — individuos das mais variadas nacionalidades, — no estabelecimento da íntima e correlativa ligação entre o alcoolismo e a *epilepsia*.

c) *Geille* entende que o alcool debilita a liberdade, a moral, surgindo no individuo o carácter crónico-alcoólico; *Etinger* combate a ingestão abundante

de alcool por a considerar provocadora da hilaridade excessiva, gesticulação e loquacidade; e Forel, após pacientes investigações considera o alcool como o culpado de metade a três quartas partes dos crimes, à mesma conclusão tendo chegado Yvernés quanto à França.

Deve-se a Kinberg o estudo da *imputabilidade criminal* nos delitos de origem alcoólica, com o exame das psicoses alcoólicas de duração mais longa ou menos demorada.

Para êste distinto criminalista os caminhos a seguir para a análise do problema deveriam orientar-se em três sentidos:

1 — O alcoólico em geral, *pondo de lado as excepções*, não pode encarar-se como um enfermo psicológico, muito embora o possa ser sob o ponto de vista somático.

2 — Uma legislação racional contra a criminalidade alcoólica, deve basear-se na consideração de que o estado perigoso do delinqüente alcoólico pode ser provocado por um acto voluntário do mesmo.

3 — Contra esta criminalidade só pode lutar-se pela individualização.

Muitas e sábias opiniões têm aparecido nesta matéria, distinguindo-se entre elas a do eminente Vervaeck. Seria um não acabar e longe dum artigo de vulgarização êste trabalho seria um calhamaço insuportável.

Detenhamo-nos, agora, no problema da *epilepsia*:

Consideram os especializados na matéria a *epilepsia* como uma doença crónica, tendo umas vezes a sua origem no alcool ou na sífilis e outras em perturbações menstruais ou em abortos.

Há assim variadas espécies de *epilepsia*: *sintomática*, *mitior*, *gravior*, *larvada*, *latente* 'ou *psíquica*, tôdas elas mais ou menos conducentes à prática delitual, já que — nota-o o dr. Burgl — «nenhuma outra enfermidade ocasiona tão repetidas vezes erros e condemnações injustas».

Lombroso, o inolvidável mestre positivista, quedara-se já no exame desta doença, encontrando, nos delinqüentes possuidores dela, sintomas palpáveis da mais completa degenerescência e anomalias somáticas profundas, reconhecendo neles certa propensão para a destruição, para ferir e matar.

No dizer de Thot «a sua perversidade, o ódio excessivo e infundado que os avassala, a falta de resistência íntima e duma fôrça que os domine, bem como as múltiplas propensões hereditárias para o delicto, são as razões da impulsividade irresistível que os impele ao crime».

Nestas condições a *imputabilidade criminal* dos epilépticos mereceu a atenção de alguns penalistas, sendo curioso o sistema do dr. Sosa, arquivado na «Psicologia criminal» de Thot:

1.º — Um epiléptico (grande mal, vertigens, ausências, simplesmente impulsivo), que viola uma lei, cometendo um *acto extravagante* e de aparência criminosa, é inimputável.

2.º — Um epiléptico (grande mal, vertigens, ausências, simples impulsivo)

que viola uma lei, cometendo um *acto passional* e de *aparência criminoso*, é realmente responsável, mas com imputabilidade atenuada.

Resta-nos o problema da *debilidade mental congénita*, intimamente ligado à degenerescência, e observado através das suas predominantes manifestações: *cretinismo, idiotismo, imbecilidade e debilidade mental propriamente dita*.

De novo nos vemos a braços com a extensão quilométrica da matéria incomportável nos limites dum estudo desta índole.

Digamos, no entanto que em tôdas essas manifestações, sejam elas débeis ou atinjam a gravidade assustadora dos males irremediáveis, a influência criminógena agiganta-se umas vezes, outras vezes, mais ligeiramente, deixa notícia indelével da sua origem.

Os problemas ligados à sorte dos psicópatas constituem ainda sérios motivos de apreensão. A ciência, aqui e acolá consistente, tenta ainda, no âmbito recôndito dos seus laboratórios, encontrar a solução razoável e justa.

Dezenas e dezenas de homens debruçam-se ávidos sobre as retortas donde sairão as últimas palavras, as decisivas palavras.

Neste como no problema que vamos tratar a seguir tem a palavra, especialmente, a Medicina, identificada com o 'Direito nesta luminosa cruzada de Justiça.

Médicos e homens de leis serão, sem dúvida, os arautos da nova era já que no criminoso o que interessa «não é a sua pessoa mas o seu sêr» na frase lapidar do grande Ruiz Funes.

#### 4 — A endocrinologia ao serviço do direito.

A *endocrinologia* ou *doutrina das secreções internas* é, nos domínios da clínica e do Direito, um dos assuntos que mais intensamente têm activado o interêsse especulativo.

Constituiu-se já uma verdadeira e corajosa legião de cientistas, ardorosos desbravadores da selva, que ao estudo da importância e das repercursões das glândulas endócrinas têm dedicado uma preciosa atenção.

Lá fora entre outros é justo distinguir-se Nicolás Pende, com uma regular vastidão bibliográfica onde se destaca a sua «Endocrinologia e Psicologia»; Salvador Ottolinguí com o seu trabalho «A análise moderna da personalidade humana na endocrinologia e na antropologia criminal»; dr. Tullio, com o artigo «Endocrinologia e a morfologia constitucional na Antropologia criminal»; Enrique Bouquete com «As glândulas endócrinas e a personalidade moral»; Jimenez Asúa com o seu ensaio sobre «Endocrinologia y delinquencia» inserto no livro «Liberdade de amar e direito a morrer» e Ruiz Funes com a monumental obra «Endocrinologia y Criminalidad» que obteve o prêmio Lombroso 1927.

Entre nós pouco ou quâsi nada se tem escrito sobre tão aliciante embora complicada matéria.

Ultimamente o dr. António de Carvalho, espírito superior de médico e sociólogo, honrando-se e ao país na clínica de Marañon, em Madrid, publicou um volume curioso sobre «A endocrinologia e a clínica diária», aconselhável para quem deseje iniciar-se na compreensão dos novos fenómenos psico-físicos de directo intervencionismo na criminalidade.

Essa avalanche de curiosidade intelectual tem, verdadeiramente, a sua razão de ser.

Dia a dia, hora a hora, a ciência vai encontrando no funcionamento das glândulas de secreção interna motivos para novos trabalhos e para constantes preocupações já que, no entender de Pende, se podem chamar a essas glândulas os «verdadeiros registadores do relógio da vida» e nelas se filia «a personalidade psíquica de todo o indivíduo».

Todos os endocrinologistas afeitos ao estudo das repercursões das glândulas na tendência criminógena dão, assim, o seu claro assentimento à tese de Funes quando assevera que «a delinqüência não é como a loucura uma reacção essencialmente orgânica e hereditária mas sim uma *reacção psico-social*».

Ligada ao estudo da endocrinologia — como numa cadeia interminável — está uma série infinda de novos problemas, desde as relações da antropologia com a nova ciência até aos entendimentos que com ela mantêm as diversas modalidades dos tipos biológicos e dos biotipos de Kretschmer, não falando já na interferência endocrinológica nas questões transcendentais de sexuologia delitual.

O que importa saber é a existência e a consagração dum problema, enfileirando, pela sua consagrada importância na série dos «grandes temas do nosso tempo» de que nos fala algures o grande Ortega y Gasset.

Encaremos, nestas condições, o assunto.

Só os eternos cépticos, ou os teimosos a roçar pelo *masoquismo intelectual*, contestam, nos tempos que vão passando, a *realidade* clínica da endocrinologia, tão bem estudada na volumosa obra de Wilhelm Falta «Tratado das enfermidades das glândulas de secreção interna», onde as diversas doenças de origem endocrinológica ou agravadas pelo deficiente funcionamento das glândulas, perpassam como um «film» convencedor e verdadeiro.

Nos domínios da influência psíquica da endocrinologia é que a descrença invadiu uma reduzida falange de indivíduos que ao problema dedicaram, não uma série cuidadosa de observações e rectificações, mas sim algumas páginas de aprazível humor, onde o sarcasmo, aliado elegante, substituiu o exame atento e minucioso.

Entre nós os drs. Crispiniano da Fonseca e Ramada Curto, um no trabalho «O determinismo na lei penal russa» com que honrou a nossa «Vida Contemporânea» e o outro num graciosíssimo recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa, enfileiram ao lado dos ainda descntes na importância que para a criminologia, representam as novas teorias endocrinológicas.

Tenho fé que ambos — desempoeirados e inteligentes — conjuntamente com os outros da mesma índole se convençam da necessidade de coordenar os esforços neste trabalho de rectificação intelectual, o único capaz de abolir o monstruoso sistema que por êsse mundo além ainda vigora.

As *hormonas* que muitos julgavam unicamente perturbadoras do funcionamento físico são hoje preponderantes elementos de transformação na vida psíquica. De tôdas as glândulas, as tiroideas, as suprarrenais e as sexuais, têm hoje a sua influência completamente averiguada. As teorias humorais, a instabilidade psíquica — tão bem estudada por Gregório Marañon —, os reflexos das glândulas no período menstrual e na psicologia da idade crítica, o homossexualismo, etc., etc., são, entre muitas outras, algumas das questões que mais afinidades mantêm com «a ciência jovem», como tal classificada por Asúa.

Procuremos entre as dezenas de teorias criadas a propósito das ligações da endocrinologia com a criminalidade, três delas que melhor caracterizem o estado em que se encontra o problema.

1 — *Teoria de Pende*. Ruiz Funes, o admirável autor da «Endocrinologia y Criminalidad», hoje ministro no govêrno popular de Azaña, estudando minuciosamente a obra de Pende salienta assim a importância dessa teoria:

«Pende aborda o tema em 1923 servindo-se como ponto de partida da semelhança entre o *faciès* e o tipo morfológico de alguns delinquentes e de certos indivíduos endocrinopáticos. As conseqüências que se obtêm desta analogia são: que há uma relação entre as anomalias morfológicas e o carácter, observada já pela Antropologia e que deve ser desenvolvida pela Endocrinologia. É preciso afirmar, em primeiro lugar, o valor das anomalias hormónicas na constituição da personalidade.

As anomalias hormónicas dos criminosos são suficientes para explicar tôda a sua constituição bio-psíquica, mas com certas reservas. A fórmula endócrina individual não pode compreender sòmente o problema patogénico-clínico ou antropológico do indivíduo, e, sobretudo, não pode basear-se na avaliação médico-legal do delicto.

Há que enlaçar a fórmula hormónica individual com o estado primigénio dos tecidos, com a constituição geral e parcial dos órgãos.

E é necessário estudar a coordenação das anomalias hormónicas com as de outra classe, unidas por um nexo de subordinação. Êste será o problema mais completo a investigar pela Endocrinologia. Estes estudos terão aplicação nas questões do temperamento e do carácter, tomando em conta as condições autóctones do cérebro e as de todo o sistema nervoso e demonstrarão a acção combinada das condições degenerativas do ambiente, unida à dos estímulos hormónicos.

Existe uma influência das anomalias hormónicas no determinismo das anomalias morais, influência que ilumina a actuação do grande factor endógeno somático-psíquico».

2 — *Teoria de Saldaña*. Quintiliano Saldaña, considerando a *endocrinologia* como o futuro da ciência penal, encontra na etiologia das emoções a passagem assinalada das hormonas. Entende ainda que neste vasto campo experimental a endocrinologia perscruta tôda a influência múltipla dos fenómenos da alma.

3 — *Teoria de Asúa*. No entender do distinto professor «ficam modificados os problemas antro-po-sociológicos do delito pelas novas descobertas da Endocrinologia, além de que ela abre muito prometedoras perspectivas ao tratamento dos delinquentes».

A cautela o eminente professor fecha o seu notável ensaio sôbre «Endocrinologia y delinquência», com as palavras que se seguem, dignas de registo e ponderação, não vá o exagêro, por vezes, ofuscar o claro entendimento dos factos e das razões:

«Os estudos endocrinológicos são da máxima importância para as ciências penais; mas a delinquência tem múltiplos aspectos para que se lhe assinale uma única origem. O delito é também um fenómeno social oriundo de variados factores exógenos. Por muito prometedoras que sejam as investigações levadas a cabo no campo das secreções internas, nunca se poderá crer que esta doutrina seja a única interpretação do crime. Os que quiserem transformar em Endocrinologia tôda a Criminologia, empreenderão uma rota simplista unilateral».

## 5 — Alvorada jurídica

Não nos compete a nós opinar, no campo das conclusões científicas, sôbre tão complexas matérias.

O que a nossa inteligência impõe a nós próprios é a compreensão de que *algo de nuevo* se está passando nos domínios da repressão penal. Os laboratórios da ciência médica são recintos fechados e sagrados onde os homens, quantas vezes enfraquecendo o corpo e a alma se entregam ao trabalho honrado de servir o seu semelhante.

Não devassemos com a nossa ignorância êsses templos do saber onde altas mentalidades como a dum Gregório Maraño se entregam à labuta de interpretar os principais fenómenos da vida, procurando as suas origens e delimitando as suas repercursões.

A nós compete unicamente constatar os factos que a ciência revela e concordar com Ruiz Funes que «todo o subsídio científico neste problema é necessário».

Integradas no conceito de Groppali de que «a primeira atribuição do direito é garantir a personalidade tanto física, como moral dos indivíduos», as nações que se prezam de ser civilizadas lançam-se corajosamente num trabalho revisionista de produtivo e humanitário alcance social.

Não se trata já dum problema científico.

Há mais alguma coisa do que isso.

Há um sentimento moral em actuação e no dizer de Guyan «o mais puro sentimento moral é precisamente fazer o bem pelo próprio bem».

Alcobaça, Março de 1936.

## BIBLIOGRAFIA

LADISLAU THOT — «A evolução da ciência do direito penal» e «Psicopatologia criminal».

RUIZ FUNES — «Endocrinologia y Criminalidad».

WILHERLM FALTA — «Tratamiento de las enfermedades de las glândulas de secrecion interna».

ANTÓNIO DE CARVALHO — «Endocrinologia e clínica diária».

JIMENEZ ASUA — «Liberdad de amar y derecho a morir».

PALMA CARLOS — «Os novos aspectos do direito penal» e «A luta contra o crime».

GILBERT BALLEET — «Traité de pathologie mentale».

QUINTILIANO SALDAÑA — «La criminologie nouvelle».

HENRIQUE FERRI — «Princípios de direito criminal».

GARÓFALO — «Criminologia».





*vida económica e financeira*

## **A queda do comércio internacional entre 1929 e 1934**

POR SALVADO DE CARVALHO

### **1 — A poesia dos números**

O «Anuário Estatístico da Sociedade das Nações» para 1934-35 fornece-nos elementos interessantes para poder formar-se juízo seguro sobre as repercussões da crise económica na movimentação das trocas internacionais. Páginas recheadas de números alinhados com meticulosa paciência sucedem-se umas às outras convidando os estudiosos a penetrarem na intimidade dos seus segredos.

Porque é de notar que os números — já assim o pensava o longínquo e divino Platão — têm uma fisionomia corpórea por detrás da qual se esconde uma alma, com seus caprichos, seus desdêns, seu mistério e sua poesia. ¡Ai de quem supuser com fatuidade que os hieroglifos das estatísticas se entregam ao primeiro recém-vindo que poise sobre êles seu olhar cubiçoso, como marafonas submetendo-se à gula de qualquer transeunte! Não: os números só se rendem diante da obstinação dos entendidos, isto é, daqueles que os examinam com conhecimento de causa, paciência, fervor e amoroso enlêvo. Então, pùdicamente, os números deixam cair a máscara de indiferença que os recobre, animam-se quais donzelas vibrando de paixão, dizem coisas encantadoras, revelam aspectos da sua alma à primeira vista insuspeitados e transformam-se, para os felizes mortais que recebem as suas confidências, em factores de multiplicação da sua potência imaginativa.

Só os ignorantes duvidam de que, na realidade, os números possam encerrar em si e traduzir a harmonia que existe através do aparente desgrenhamento da madre natureza. Tudo está em sabê-los entender, para o que se requiere iniciação, persistência e queda natural para lidar com êles. As criaturas que não

conseguiram ultrapassar a primeira fase da apreensão dos seus segredos são induzidas nos mais graves erros, circunstância que concorre em larga escala para a formação de ideias simplistas, falsas em muitos casos, mas sempre de fácil absorção pelas grandes massas humanas. As «élites» vêm-se forçadas a lutar contra mitos gerados por obra e graça destes erros, tarefa que se torna por vezes extremamente ingrata, por isso que as ideias complexas não são facilmente acessíveis aos espíritos primários. Esta luta entre a complexidade, que encerra em si a verdade, e a simplicidade, que encerra em si a mentira, constitui, porém, uma fonte inesgotável de emoções. Armados com os números, aparentemente secos e áridos, indiferentes e nostálgicos, certos homens convertem-se então em cavaleiros andantes que, segundo a velha usança, vão, por esse mundo fora, batendo-se por sua dama, a verdade, e procurando remediar «entortos» e injustiças.

¡Eis como a invocação duma copiosa publicação estatística nos arrastou insensivelmente até aos domínios sempre sedutores do quixotismo! Neste poder evocativo se entremostra já a poesia dos números.

## 2 — A queda do valor das trocas internacionais

Vamos, porém, ao que mais importa, ou seja, no caso presente, à evolução do comércio internacional no período que abrange os anos que vão de 1929 a 1934, inclusivé. Ninguém, medianamente culto, ignora que no final de 1929 se verificou, após um instante histórico de prosperidade económica fulgurante, o brusco afundamento dos preços dos produtos industriais e agrícolas e a atenuação do comércio interno e externo das nações, acentuando-se vertiginosamente até 1932 este último fenómeno e passando a moderar-se a sua velocidade nos anos subsequentes, sem que até 1934, a avaliar pelos números das estatísticas, tenha sido detido por completo o movimento descensional das trocas.

Para que se possa avaliar com exactidão a ordem de grandeza destes factos económicos, extraímos do mencionado «Anuário Estatístico da Sociedade das Nações» alguns dados relativos aos Continentes, considerados como unidades económicas; e, calculadas as percentagens de decréscimo das importações, exportações e comércio total, confeccionámos o quadro seguinte, que se nos afigura assaz elucidativo:

QUADRO N.º 1

REGIÕES	Anos	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO		COMÉRCIO TOTAL				
		Valor em milhões de antigos dólares-ouro	Decréscimo, em %, da importação de 1929 para		Valor em milhões de antigos dólares-ouro	Decréscimo, em %, da exportação de 1929 para		Valor em milhões de antigos dólares-ouro	Decréscimo, em %, do comércio total de 1929 para	
			1933	1934		1933	1934		1933	1934
			%	%		%	%		%	%
África . . . . .	1929	4.699			4.488			3.482		
	1933	780	54,1	54,5	854	42,6	48,0	4.631	48,3	51,5
	1934	773			769			4.542		
América . . . . .	1929	8.383			9.595			17.978		
	1933	2.484	73,9	75,4	2.797	70,8	70,5	4.981	72,3	72,8
	1934	2.062			2.833			4.895		
Oceania . . . . .	1929	970			884			1.854		
	1933	266	72,6	70,5	423	52,1	58,5	689	62,8	64,8
	1934	286			367			653		
Ásia (sem a U.R.S.S.) . . . . .	1929	4.670			4.926			9.596		
	1933	1.716	63,3	63,5	1.705	65,4	64,1	3.421	64,3	63,8
	1934	1.704			1.768			3.472		
Europa (sem a U.R.S.S.) . . . . .	1929	49.410			45.654			35.064		
	1933	7.359	62,1	63,6	5.709	63,6	65,4	13.068	62,7	64,4
	1934	7.066			5.411			12.477		
U. R. S. S. . . . . .	1929	453,2			481,6			934,8		
	1933	179,2	60,5	73,6	254,7	47,1	55,1	433,9	53,6	64,5
	1934	119,7			216,4			336,1		
Mundo inteiro sem a Europa, mas com a U.R.S.S. . . . . .	1929	16.475			17.370			33.545		
	1933	5.425	68,3	69,4	6.031	65,3	65,7	14.156	66,7	67,5
	1934	4.945			5.953			10.898		
Mundo inteiro . . . . .	1929	35.585			33.021			68.606		
	1933	12.484	64,9	66,2	11.740	64,4	65,6	24.224	64,7	65,9
	1934	12.041			11.361			23.375		

Do exame do quadro anterior infere-se que, de facto, como atrás afirmámos, o ano de 1934 ainda não representou para o comércio internacional o almejado ponto de reversão. Não se vislumbra, sequer ao menos com aproximação, a data em que se inverterá o sentido do fenómeno, por mais que incorrigíveis optimistas estejam sempre a divisar no horizonte tintas côr de rosa. O sobredito quadro permite-nos fazer outras constatações de certo alcance, a saber:

1.ª — No mundo inteiro, os valores da importação, da exportação e do comércio total sofreram entre 1929 e 1934 quebras médias que giram à volta de 65 por cento, ou seja,  $\frac{15}{20}$  aproximadamente.

2.<sup>a</sup> — Nos Continentes europeu e asiático os decréscimos não se afastam sensivelmente das médias mundiais.

3.<sup>a</sup> — No Continente africano as quebras do comércio total oscilam em torno de 50 por cento, sendo essas quebras ligeiramente maiores para a importação do que para a exportação, mas ficando em qualquer destes ramos muito abaixo das médias mundiais.

4.<sup>a</sup> — Na Oceania a deminuição do comércio total não anda muito distante da média mundial, mas o afastamento entre os decréscimos de valor da importação e da exportação é muito grande, em detrimento da segunda, ao contrário do que sucede no Continente africano.

5.<sup>a</sup> — No Continente americano as quebras em qualquer dos dois ramos das trocas internacionais são superiores às médias mundiais, regulando por 73 por cento e sendo ligeiramente maiores para a importação do que para a exportação.

O quadro anterior põe ainda em relêvo com luminosa evidência a importância da Europa em relação aos outros Continentes. Em 31 de dezembro de 1933, as estimativas oficiais atribuíram à Terra inteira a população de 2.058 milhões de almas, dos quais pertenciam ao Velho Continente, com exclusão da Rússia, 387 milhões, isto é, 18,5 por cento do total. Pois estes 18,5 por cento realizam trocas internacionais de maior valor do que aquelas que são efectuadas pelos restantes 81,5 por cento! Se a comparação se fizesse tomando, como base, a superfície territorial, seria ainda mais chocante a conclusão porquanto o território europeu, sem a Rússia, pouco mais representa do que magros 4 por cento da superfície das terras do nosso planeta.

É certo que a intensidade das trocas internacionais é apenas um dentre os muitos índices da actividade geral, mas os restantes índices, quer os que se referem à vida material, quer os que se reportam à vida espiritual, estão em plena concordância com êste. Somos dos que crêem piamente que a luminosa, a refulgente civilização europeia atingiu já o seu apogeu e está agora entrando, irresistivelmente, no ramo descendente da sua trajectória. O tempo trabalha contra ela. Mas, desde a hora que passa até ao momento em que outros Continentes possam deixar a Europa para trás, como fariam companheiros juvenis a um velho campeão de corridas cujo coração se mostrasse incapaz de resistir à fúria duma correria, ainda a Terra descreverá um rôr de elipses em torno do foco solar. Na própria senilidade e cansaço do Continente que há três milênios vem sendo o foco irradiante do pensamento humano e sob cujo gládio se têm curvado todos os povos do orbe há indiscutível majestade. Emancipam-se por êsse mundo além as suas criações históricas, mas estas semelham planetas reflectindo, como espelhos mais ou menos baços, a luz do astro europeu.

### 3 — Variáveis de que depende a queda do valor do comércio internacional

O conhecimento dos números que definem a quebra dos valores do comércio externo dos povos não nos habilita a formar idea exacta do problema. Aquella quebra é determinada pela concorrência de duas causas distintas: variações nos pesos das mercadorias importadas e exportadas e variações nos preços unitários dessas mercadorias. Como todos sabem, ambas essas variações veem exercendo-se no sentido da baixa. Chamemos  $Q$  à quebra, em percentagem, do valor global das importações,  $Q'$  à quebra, em percentagem, do pêsso global das importações, expresso em toneladas, e  $Q''$  à quebra, em percentagem, do valor médio da tonelada importada. É evidente de per si que  $Q$ ,  $Q'$  e  $Q''$  estão relacionados da seguinte maneira:

$$1 - \frac{Q}{100} = \left( 1 - \frac{Q'}{100} \right) \times \left( 1 - \frac{Q''}{100} \right),$$

$$\text{ou } 100 - Q = \frac{(100 - Q') + (100 - Q'')}{100},$$

100

$$\text{ou ainda } 100 ( Q' + Q'' - Q ) - Q' Q'' = 0$$

Escusado seria acrescentar que esta mesma relação se verifica para as exportações e para o comércio total.

Se as estatísticas da Sociedade das Nações não fôsem omissas no que toca ao pêsso das mercadorias transaccionadas por alguns povos, fácil se nos tornaria deduzir o valor das médias mundiais e continentais de  $Q$ ,  $Q'$  e  $Q''$ , tanto para o comércio total como para qualquer dos seus dois ramos. Infelizmente, faltam-nos, entre outros, os elementos respeitantes ao Canadá, Índia, China e Inglaterra, cuja importância na movimentação comercial entre as várias nações do orbe desnecessário será encarecer.

Na impossibilidade de chegarmos a conclusões exactas, contentemo-nos, pois, com conclusões, aproximadas. Dentre os povos citados no quadro 106 do referido «Anuário Estatístico», escolhamos sete dos mais preponderantes sob este ponto de vista e elaboremos um quadro em que se ponham em destaque os quantitativos e valores das importações, exportações e comércio total — números a extrair dos quadros 106 e 108 — e em que se registem ainda alguns elementos calculados por nós, a saber: o valor médio da tonelada e as quebras  $Q$ ,  $Q'$  e  $Q''$ , quer para as importações, quer para as exportações, quer para o comércio total. Eis o quadro resultante:

QUADRO N.º 2

DESIGNAÇÃO DE ALGUMAS VARIÁVEIS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	Argentina		Estados- Unidos		Alemanha		Bélgica-Luxemburgo		França		Holanda		Itália	
	1929	1933	1929	1933	1929	1933	1929	1933	1929	1933	1929	1933	1929	1933
<b>IMPORTAÇÕES</b>														
Valor das imp. em milhões de dólares-ouro	820,0	228,9	4.338,6	4.118,9	3.203,4	4.001,3	987,8	442,1	2.282,3	4.114,5	4.108,4	486,4	1.139,7	387,2
Importações em milhares de toneladas-métr.	43.040	6.934	50.985	26.567	66.778	35.393	45.074	30.697	59.462	48.433	30.989	24.082	27.474	18.569
Valor médio, em dólares-ouro, da ton. imp.	62,88	33,03	85,08	42,42	47,96	28,20	21,94	43,42	38,38	23,01	35,70	20,48	41,48	20,85
Queda do valor das importações de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q)	72,4		74,2		68,7		58,3		51,2		56,4		66,0	
Queda do quantitativo das importações de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q')	46,8		47,9		47,0		34,9		48,5		22,3		32,4	
Queda do valor médio da tonelada importada de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q'')	47,5		50,5		44,0		38,7		40,0		43,5		49,7	
<b>EXPORTAÇÕES</b>														
Valor das exp. em milhões de dólares-ouro	908,2	285,9	5.457,4	4.279,5	3.211,6	4.160,4	883,6	390,1	1.965,5	724,2	799,7	294,8	801,4	312,4
Exportações em milhares de toneladas-métr.	16.703	43.777	37.475	32.386	54.770	44.833	25.840	19.236	39.906	25.169	16.302	12.769	4.789	3.931
Valor médio, em dólares-ouro da ton. exp.	54,37	20,75	89,73	39,54	58,54	27,74	34,49	19,57	49,25	28,77	49,06	22,85	467,34	79,39
Queda do valor das importações de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q)	68,5		75,2		63,9		55,9		63,2		63,5		61,4	
Queda do quantitativo das exportações de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q')	47,5		43,6		23,6		22,8		36,9		24,6		47,9	
Queda do valor médio da tonelada exportada de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q'')	64,8		55,9		52,7		42,8		41,6		53,4		52,6	
<b>COMÉRCIO TOTAL</b>														
Valor do com. total em milhões de dólar-ouro	1.728,2	514,8	9.495,7	2.398,4	6.444,7	2.161,7	1.874,4	802,2	4.247,8	4.838,7	4.906,1	777,9	1.944,1	699,3
Comércio total em milhares de ton. métr.	29.743	20.708	108.460	58.953	124.548	77.226	70.944	50.693	99.368	73.602	47.294	36.851	32.263	22.500
Valor médio, em dólares-ouro, da tonelada importada e exportada. . . . .	58,64	24,80	87,55	40,68	32,71	27,99	26,39	15,84	42,75	24,68	40,31	21,41	60,16	31,08
Queda do valor do comércio total de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q)	70,2		74,7		66,3		57,1		56,7		59,2		64,0	
Queda do quantitativo do comércio total de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q')	30,4		45,7		36,5		28,6		25,9		22,7		30,3	
Queda do valor médio da tonelada importada e exp. de 1929 para 1933 (em %). . . . . (Q'')	57,6		53,5		47,0		39,9		44,6		47,6			

Admitamos que a média mundial da quebra  $Q'$  do pêsô das mercadorias transaccionadas é idêntica à média da quebra dos sete países registados no quadro anterior. Servindo-nos das médias mundiais da quebra  $Q$  dos valores da importação, exportação e comércio total no ano de 1933 e aproximando-as até à unidade (vide quadro n.º 1), podemos calcular, mercê da fórmula que liga entre si  $Q$ ,  $Q'$  e  $Q''$ , a quebra  $Q''$  do valor médio da tonelada transaccionada. Os resultados a que chegámos são registados a seguir:

	Importação	Exportação	Comércio Total
$Q =$ . . . . .	65 . . . . .	64 . . . . .	65
$Q' =$ . . . . .	35 . . . . .	31 . . . . .	33
$Q'' =$ . . . . .	46 . . . . .	48 . . . . .	48

É claro que estes resultados estarão afastados da verdade em função do distanciamento existente entre as médias da quebra da tonelagem do comércio internacional no mundo inteiro e nos sete países acima mencionados. Não andaremos muito arredados da verdade afirmando que o êrro deva ser insignificante. A ser isto verdade, podemos fixar-nos na conclusão seguinte:

*Entre 1929 e 1933 a queda do valor-ouro do comércio internacional não difere muito de  $\frac{13}{20}$  e derivou da concomitância de dois factos: uma queda da tonelagem transaccionada aproximadamente igual a  $\frac{1}{3}$  e uma baixa dos preços unitários regulando por 50 por cento.*

#### 4 — Decréscimo da tonelagem das transacções internacionais

Nesta altura do nosso estudo, dispomos já dos dados numéricos suficientes para nos lançarmos, sem mais detença, na via, ora rectilínea, ora sinuosa, das deduções e induções.

Verificámos no capítulo anterior que a tonelagem do comércio internacional ficou reduzida a duas terças partes no transcurso dos quatro anos que vão de 1929 a 1933. Se, com a mania inquisitiva peculiar aos humanos, nos resolvermos a perguntar aos entendidos ou aos simples curiosos quais as razões determinantes do fenómeno, ouviremos de suas bocas esta resposta invariável: *a retracção das trocas internacionais deve-se ao sub-consumo e ao sentido autárquico das nacionalidades hodiernas*, traduzido na elevação dos direitos aduaneiros e em subterfúgios de tóda a ordem para se impedir a penetração de mercadorias estrangeiras. Se o interrogado fôr indivíduo aferrado à tradição, é inevitável que se lance em diatribes contra a excessiva mecanização da economia contemporânea, fenómeno que originou o desemprego de milhões de actividades particulares e a correlativa restrição do poder aquisitivo das massas. Se, ao contrário, o interrogado fôr indivíduo de espírito propenso à idea de um cola-

boracionismo fraterno entre os povos, é certo e sabido que se porá a trevejar contra a estreiteza de vistas de quantos estejam provocando, na hora que passa, a super-excitação dos nacionalismos económicos.

Detenhamo-nos, nós também, na análise dêste problema. É inegável que o valor nominal do salário global das grandes massas trabalhadoras foi restringido não só pelo acréscimo do caudal do desemprego, mas ainda pela baixa suportada em muitos casos pelas remunerações individuais. É bom, porém, não deixar no olvido o sincronismo dêstes factos económicos com a redução dos preços dos géneros e artigos de tōda a ordem, redução que, para as mercadorias sujeitas a trocas internacionais, regulou em média, como vimos, por 50 por cento. Se o custo da vida tivesse baixado nesta mesma razão, como, por outro lado, o decréscimo do nominal dos salários do proletariado não atingiu proporções equiparáveis, chegaríamos lógicamente à conclusão de que o poder aquisitivo desta classe social, em vez de ter diminuído, teria aumentado. Guardemo-nos, porém, de raciocínios precipitados por omissão de certas circunstâncias que concorrem nos vários fenómenos. Na realidade, aquele poder aquisitivo sofreu sensível quebra, entre outros motivos, porque os Estados, sem nenhuma excepção, por *fas* ou por *nefas*, adoptaram uma política de empolamento das pautas alfandegárias e de excessos tributários de que resultou uma tendência para a alta dos produtos transaccionados no mercado interior, anulando-se assim, em parte, a tendência para a baixa dimanante de causas económicas. Desta forma a descida real do custo de vida foi insignificante. E, quando aqueles meios financeiros pareceram insuficientes para se atingir êste resultado, não se esqueceram os governantes do recurso mais ou menos voluntário às desvalorizações monetárias, forma expeditiva de redução do valor, em ouro, dos salários. Tōdas estas circunstâncias tornaram ainda mais acentuada e, portanto, mais frisante a característica fundamental das sociedades capitalistas: a existência duma grande maioria de sêres humanos que esgotam o seu poder aquisitivo, antes de satisfeitas as necessidades intrínsecas da sua condição social, a par de uma minoria que satisfaz as suas necessidades e os seus caprichos antes de chegar ao esgotamento do seu poder aquisitivo, cujo excedente se acumula sob a forma de novos capitais.

Assim, pois, os trabalhadores manuais e intellectuais, êles que, já no período anterior, gemiam por impossibilidade manifesta de satisfazerem muitas das suas mais gritantes necessidades tiveram de realizar o autêntico milagre de se tornarem ainda mais parcimoniosos. Por outro lado, as classes remediadas e abastadas restringiram os seus dispêndios, por isso que à moda de gastar muito e fazer de rico sucedeu a moda de gastar pouco e fazer de pobre, como se um vago remorso, de-envolta com um vago receio, fizesse penetrar nas consciências individuais a convicção de que não convém estadear um luxo e um bem-estar insolentes no meio da miséria colectiva.

Tudo isto explica amplamente o sub-consumo. Não vá, porém, imaginar-se

que êle atingiu proporções tão calamitosas como à primeira vista parece indicar a baixa, em valor ou mesmo em quantidade, do comércio internacional, baixa tanto mais sugestiva quanto é certo que, em condições normais, a tendência é para o aumento, já que todos os anos algumas dezenas de milhões de novos seres veem juntar-se à densa caterva humana. É fora de dúvida que, hoje em dia, cada um dos povos trata de produzir dentro das fronteiras próprias muitos daqueles gêneros e artigos que outrora mandava vir do exterior. A êste fenómeno económico chamámos atrás «o sentido autárquico das nacionalidades hodiernas».

Que os povos fortes e progressivos, pelo menos aqueles que possam ser alcunhados, com justiça, de vedetas da civilização, se revoltem contra o refôrço do protecçionismo pautal e outros procedimentos governativos mais ou menos eivados de espírito proibicionista é coisa fàcilmente compreensível. Já não achamos, porém, justificável que certos economistas de «meia tigela» dos povos fracos e atrasados abundem nas mesmas ideas e considerem as medidas daquela espécie como verdadeiros crimes contra a sábia ordenação da natureza. E, se não, vejamos.

A racionalização económica — fenómeno da mais alta transcendência social, de que o egoismo e a inércia intelectual dos homens não souberam ainda tirar todo o partido possível, transformando-a, por absurdo, em causa geradora dos mais graves inconvenientes — a racionalização económica, dizíamos, permite aumentar em relação a cada unidade produzida, a quantidade do trabalho mecânico, com a correlativa deminuição da quantidade de trabalho manual incorporado na mesma. Acrescente-se a isto que a racionalização organiza a ordem de seqüência da actividade económica e os movimentos dos trabalhadores manuais por forma tão lógica e rítmica que, se por um lado cresce a proporção da energia mecânica em relação à energia manual, por outro lado decrescem o somatório geral das modalidades de energia utilizadas e o tempo invertido nas operações de fabrico, de cultivo, de conservação e de transporte. Para a mesma carga tributária, o mesmo nível de tecnicidade, o mesmo número de horas da semana de trabalho, o mesmo rendimento da mão de obra e o mesmo valor médio unitário dos salários, o «prix de revient» dos vários gêneros e artigos seria nos diversos povos tanto mais baixo quanto maior fôsse o volume da produção de coisas da mesma espécie, o que dependeria de três ordens de factores: o grau atingido no processo evolutivo das concentrações económicas; a maior ou menor redução do número de tipos industriais; o poder de absorpção do mercado interno, a seu turno dependente do volume populacional e do poder aquisitivo médio de cada um dos elementos da colectividade.

Se todos os povos tivessem atingido nível idêntico de progresso material e espiritual, ainda assim a sua indústria e a sua agricultura forneceriam, pois, produtos com «prix de revient» diversos, sendo menores para os povos que dispusessem de maior capacidade de absorpção interior. Nestas condições, se as

barreiras alfandegárias fôsem derribadas como muralhas hoje inúteis de velhos burgos medievais, os países menos populosos ver-se-iam inundados pelos géneros e artigos dos países mais populosos.

Se a esta circunstância acrescentarmos a de que, na realidade, a concentração económica e a técnica, elementos fundamentais no conceito de racionalização, se encontram nas potências de primeira ordem em fase de adiantamento incomparavelmente superior à dos povos que marcham na cauda da civilização, hemos de concluir que, sem todos os meios de defesa de que estes, aflitivamente, veem lançando mão, nenhum dos ramos da sua actividade produtora poderia continuar laborando. Esgotados os meios de aquisição de mercadorias estrangeiras, aos míseros habitantes dessas regiões só restaria, pois, o triste recurso da emigração em massa para outras zonas mais felizes, se, porventura, com a actual superabundância de mão de obra, ainda se encontrasse alguma que lhes quisesse escancarar as portas.

Os nacionalismos económicos surgem, por conseguinte, como o clássico mal menor, como a «suprema ratio» dos desesperados. À medida que estes fôrem encurtando a distância que os separa dos povos progressivos, ir-se-á por certo atenuando a sua intransigência e agressividade, em suma o seu sentido autárquico. No intervalo assiste-se às mil e uma peripécias dêstes fenómenos curiosos de ensimesmamento nacional, traduzido em revigoroamento mais ou menos fictício, mais ou menos real, das suas energias intrínsecas.

À tese das especializações nacionais nos domínios da matéria e até do espírito, a era contemporânea fêz assim suceder a tese das universalizações nacionais. Cada país deve bastar-se a si próprio — tal é o lema orientador dos nacionalismos económicos. As sanções contra a Itália, com motivo na agressão desta contra a Abissínia, estão-na levando a novas arremetidas nesta direcção e sentido. Tenta-se dêste modo fazer suceder aos equilíbrios naturais dos organismos complexos, obtidos pela compensação dos desequilíbrios das suas partes, os equilíbrios fictícios estabelecidos, coactivamente, pelo equilíbrio perfeito de cada uma das suas partes. ¡Obra bizantina, valha a verdade! Para os povos tudo é preferível, porém, a esta coisa trágica: morrer.

Sendo isto assim, não é lícito admitir que aquela queda de um têtço na tonelagem das mercadorias sujeitas a intercâmbios internacionais corresponda, em verdade, a reduções da mesma ordem de grandeza na actividade económica dos povos.

## 5 — A baixa dos preços

A queda do valor do comércio internacional é, em grande parte, função da descida dos preços, consoante tivemos ensejo de constatar. Esta queda explica-se, sem esforço, pela eterna lei da oferta e da procura. Os aperfeiçoamentos da técnica contemporânea foram tão grandes que a capacidade das organiza-

ções produtoras dos vários povos cresceu desmedidamente. A oferta tornou-se por isso muito superior à procura, do que resultou o afundamento dos preços. O remédio consistiu na adaptação do rendimento efectivo daquelas organizações à capacidade absorvente dos mercados interno e externo. Isto acarretou duas conseqüências imediatas: o aumento das legiões dos sem-trabalho e uma situação embaraçosa para as próprias empresas produtoras que só poderiam remunerar convenientemente os capitais nelas invertidos desde que trabalhassem a pleno rendimento. A tendência natural dessas empresas é para a amplificação dos quantitativos produzidos, o que mantém, com carácter endêmico, o já referido desnivelamento entre a oferta e a procura.

Há quem se assuste exageradamente com esta derrocada dos preços. Supomos que esses tais se equivocam redondamente nos seus juízos pejorativos. Uma de duas: ou a baixa dos preços não chegou até ao ponto de acarretar prejuízos para as entidades produtoras ou atingiu e ultrapassou esse limite. Na primeira hipótese, o fenómeno não passa de ajustamento benéfico dos preços ao condicionalismo material da época contemporânea, que já não permite aos capitais activos e passivos aquelas remunerações exorbitantes e imorais da segunda metade do século passado. Na segunda hipótese, trata-se de uma reacção natural do meio, tendente a reduzir a proporções mais conformes com as necessidades reais os vários ramos da actividade económica dos povos, provocando para isso a falência de certo número de empresas. Há ainda o caso de determinados serviços públicos, até hoje preferentemente confiados à administração particular, — tais como os transportes ferroviários e marítimos —, deixarem de tornar-se remuneradores para o capital privado. Um tal facto encarrega-se de nos fazer a demonstração de que esses serviços atingiram o grau de maturidade necessário e suficiente para que o Estado tome conta deles e os faça compreender na sua engrenagem.

A baixa de preços vem afectando sobretudo os géneros e artigos que não são produzidos sob o amparo das pautas aduaneiras, destinando-se em larga escala à exportação. Esses produtos têm de defrontar-se nos mercados consumidores externos com a concorrência de produtos similares oriundos de várias zonas da Terra. É, pois, natural que o próprio Estado tenha interesse em facilitar a sua colocação recorrendo para tanto aos mil e um artificios compendiados sob a designação genérica de «dumping». Os Estados facilitam assim certas especializações das máquinas económicas nacionais. Pelo que diz respeito, porém, aos produtos não sobrantes, os Estados, pelo contrário, curam de reservar para eles a capacidade aquisitiva do mercado interno, impondo à competência estrangeira o entrave de direitos aduaneiros por vezes excessivos, ou o de medidas clara ou disfarçadamente proibicionistas. Estabelecem-se assim duas tendências contraditórias dentro de cada país: uma visando a baixar os preços de certos géneros e artigos, a outra visando a elevar os preços dos restantes géneros e artigos.

O intervencionismo estatal na economia dos povos vai tornando-se, dia a dia, maior. Como, porém, os factores económicos ainda se não encontram no grau de condicionamento necessário para que esteja abolido o jôgo das suas mútuas acções e reacções espontâneas, surgem frequentemente fenómenos acesorios, tais como aquelas desvalorizações forçadas das moedas a que já aludimos e que se traduzem em diminuição, mais ou menos duradoira, dos «prix de revient» e permitem, portanto, a concorrência da exportação nacional com a de outros povos até então melhor situados para tal efeito.

O que é lamentável, isso sim, é que, consoante dissemos, as classes trabalhadoras, por culpa dos defeitos da estrutura social, não consigam ainda extrair do fenómeno da baixa dos preços tôdas as vantagens que lhe deviam ser inerentes. A humanidade esfalfa-se em tateamentos tantas vezes absurdos antes de resignar-se a aceitar certas reformas muito simples na aparência, ou, melhor, no enunciado, muito complexas na realidade. Citaremos, para exemplificação, a redução dos horários de trabalho e a fixação do salário mínimo. Lá se chegará, porém, embora da maneira mais imprevista.

Em artigo publicado no mês de janeiro do ano corrente no jornal espanhol «Ahora», Ossório y Gallardo referia-se às concessões que, sob a pressão dos acontecimentos, o bolchevismo russo fai fazendo, pouco a pouco, em matéria do direito de herdar e de testar. E, por outro lado, o ilustre articulista punha em relêvo as limitações que os Estados capitalistas vão introduzindo no direito de herdar e o crescente empolamento da fracção dos capitais transmitidos que os mesmos Estados vão reservando para si. Ossório y Gallardo, à laia de moralidade a extrair do exposto, fantasiava a abertura de um túnel, numa das testas do qual trabalhasse uma «équipe» bolchevista, enquanto na outra trabalharia uma «équipe» capitalista, ignorante da finalidade da primeira. Os dois grupos acabariam por encontrar-se e dar-se as mãos quando o túnel estivesse inteiramente perfurado. Até se atingir êste resultado, muito sangue haveria, porém, de correr por virtude das rivalidades dos dois grupos que, sem o saberem, se dirigiriam para o mesmo ponto.

E veio tudo isto a propósito da baixa dos preços acusada insofismavelmente pelas estatísticas do comércio externo. Sintoma de crise — dizem alguns. Nós diremos antes: sintoma de vida, porque a vida consiste na permanente adaptação dos seres vivos às condições do meio exterior. ¿É difícil por vezes essa adaptação? ¡Que importa! Quer o queiramos, quer não queiramos, ela acabará por verificar-se.

## 6 — Perspectivas de futuro

Há pessoas com predisposição natural para o optimismo, como há outras com a tendência diametralmente oposta. As primeiras podem vangloriar-se de que lhes assiste razão quando nos colocamos na plano da vida histórica: com

efeito, ensina-nos a história que, a-pesar-de abundarem no seu transcurso calamidades de toda a espécie — fomes, pestes e guerras —, a marcha da civilização tem sido sempre ascensional, como se a sua tradução geométrica fôsse uma senoide, com seus altos e baixos desenvolvendo-se em torno de um eixo que formasse com o horizonte um ângulo positivo. A seu turno, os pessimistas parecem estar na boa doutrina quando nos situamos na plano das vidas individuais: de facto, na maioria dos casos, a trajectória vital dos seres humanos é perturbada por incidentes desgraçados, sendo fraca a percentagem daqueles que conseguem escapar a esta regra antipática. O homem deve, pois, adoptar, de ordinário, atitude pessimista quando os seus raciocínios se refiram a espaços de tempo limitados, atitude optimista quando a sua visão se dilate até aos limites do futuro longínquo. Entenda-se, porém, que uma concepção realista das dificuldades presentes de modo algum deve amortecer o seu espirito de combatividade. É que o homem não luta apenas por si e para si, está prêso aos seus contemporâneos e às gerações futuras pelos laços duma solidariedade social que nada, a não ser a morte, pode e deve quebrar.

Os optimistas castiços pretendem ver na quási estabilização dos elementos do comércio internacional durante o biénio de 1933-34, depois do acelerado movimento descensional característico do quadriénio anterior, um sintoma de que a crise das trocas entre nações chegou ao seu ponto mais baixo e de que não se fará esperar uma reacção no sentido ascendente, por virtude da qual os mortais serão transportados até aos plainos paradisíacos da prosperidade. Mais ainda os afervoram nesta crença as informações de jornais e revistas de que em certos países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, se verificou em 1935 uma notável excitação da actividade geral que, pelo menos no que toca à primeira destas nações, tem profundas reflexões na amplitude do seu comércio externo.

Sujeitemos à fria análise esta concepção optimista dos acontecimentos. Em primeiro lugar, chamaremos a atenção dos nossos leitores para a circunstância de que a melhoria episódica da situação económica de alguns povos coincidiu com o agravamento da posição de muitos outros — vidé França, Itália, Bélgica e Holanda — contituindo, por conseguinte, um índice de mediocre alcance. A verdade é que, sob este ponto de vista, só pode revestir-se de alguma significação o aspecto global do problema de que nos vimos ocupando. Quando surgirem as estatísticas relativas a 1935 e respeitantes à universalidade dos povos, terá chegado então o momento de afinarmos as nossas faculdades dedutivas. Em segundo lugar, poremos em relêvo que, ainda quando viesse a registar-se em 1935 um pequeno alívio no estado económico da humanidade, isso só poderia demonstrar que se haveria dado início à marcha ascensional da recuperação desde que estivessem realizadas as condições objectivas para tal efeito.

¿Quais são essas condições? Fundamentalmente, são duas, a saber:

1.<sup>a</sup> *A organização económica dos povos deve ser conformada de modo a absorver todos os trabalhadores válidos.*

2.<sup>a</sup> *Os salários atribuídos ao proletariado devem permitir-lhe a satisfação das necessidades intrínsecas da sua condição social.*

Só assim se amplificará o poder aquisitivo das grandes massas humanas. Só assim se intensificará a actividade económica dos povos, considerada sob todos os aspectos: produção, distribuição e consumo. Se, não havendo sido atingidas aquelas condições e não havendo sido realizado o acréscimo do valor global dos salários em todo o universo, um país qualquer aumentar a sua exportação, isto ter-se-á conseguido em detrimento da exportação de outro ou de outros países. Eis a razão por que não achamos convincente o argumento de que em 1935 a Inglaterra e os Estados Unidos foram teatro duma reacção económica mais ou menos episódica.

Ainda que tenha sido preenchida a primeira daquelas condições, desde que a segunda o não seja, a crise não terá fim. Repare-se a este respeito no caso alemão que se nos afigura amplamente significativo. A política hitleriana conseguiu a reabsorção de alguns milhões de desempregados, mercê de um artifício: a redução do número de dias de trabalho dos operários ocupados e o correlativo decréscimo dos salários anuais de cada indivíduo. Praticamente, o hitlerismo manteve o valor da remuneração colectiva do operariado germânico, repartindo, porém, esse quantitativo por maior número de unidades e efectuando assim uma distribuição mais equitativa da miséria pela corporação dos trabalhadores. Resultado: o poder de compra do agregado populacional não cresceu e, portanto, a situação económica da Alemanha não acusou sensíveis variações.

Supomos que não merecerá a alcunha populacheira de «profeta das dúzias» quem prognosticar que algumas dezenas de anos transcorrerão ainda antes de que sejam preenchidas as condições supra-mencionadas. Até lá viveremos em estado endémico de crise, de que a depressão do comércio internacional constitui uma das múltiplas manifestações. O nome de crise parece-nos mesmo pouco próprio. Crise é, neste caso, equivalente a gestação de um mundo novo que vive já em estado fetal nos flancos da sociedade contemporânea. Até à fase do parturejamento haverá intercalações de períodos de acalmia no estado normal de perturbação, sucedendo-se rapidamente uns aos outros os precários equilíbrios instáveis que irão sendo plasmados no meio social por forma mais ou menos espontânea, mais ou menos coactiva.

Para encontrarmos na história dos dois últimos milénios épocas comparáveis à actual, teremos de remontar à queda do Império Romano do Ocidente sob a pressão barbaresca e, mais recentemente, à Revolução Francesa. Após o primeiro destes acidentes históricos, o mundo só reconstituiu um equilíbrio estável alguns séculos mais tarde, o que não admira, dada a lentidão que então caracterizava o «processus» das transformações político-sociais. O liberalismo, que foi a consequência transcendental da Revolução Francesa, só se implantou

no Velho Continente, com carácter de quâsi generalidade, sessenta anos depois da eclosão desta.

Nada, pois, de pressas excessivas e, de resto, inúteis. Demos tempo ao tempo. A crise há-de acabar quando os fados o consentirem, e, enquanto não acaba, deveremos, filosòficamente, instalar-nos dentro dela, aguardando a chegada de melhores dias. Pena será que a maioria dos homens actuais tenha de morrer, como Moisés, à vista da «Terra da Promissão», mas sem poder calcá-la com seus próprios pés.





# VIDA LITERARIA E ARTISTICA

## A indústria do forasteiro em Portugal

CONCEITOS ERRADOS

POR AQUILINO RIBEIRO

Sabe-se ao certo na repartição de Estatística o número de forasteiros que, em média e de modo periódico, entram em Portugal, estanceiam nas suas praias e termas, visitam os monumentos e museus? Parece que sim. E pesam consideravelmente na balança económica ou, por outra, são dignos de atenção especial os turistas que na roda do ano percorrem a terra portuguesa? Dêste cômputo há que excluir um ou outro desgarrado que, por acidente, veio dar à nossa costa; passageiros do *bateau ivre* que tanto lança âncoras na enseada do Tejo como em Trebizonda ou Tromsøe; estudantinas nacionais; *équipes* de jogos; gente de romaria e arraial. Esses não contam por fortuitos de todo uns, determinados outros por móveis que sobrepassam a faculdade de viajar a sabor do instinto ou do gosto. E o português, nosso irmão, que passa por localidades que vê pela primeira vez como cão por vinha vindimada, sempre despiciente e cheio de pechisbeques e museus Grévin que viu lá por fora, quando não é inculto ou sandeu, na maioria dos casos não é turista que traga honra nem proveito.

O turismo tem sido, no entanto, objecto duma sorte de cruzada, requintando certos Pedros Eremitas na teoria de ressuscitar mercê de tal indústria os áureos tempos com a Índia a desfazer-se em especiarias e o Brasil a desentranhar-se em diamantes. Pode afirmar-se sem receio de desmentido que, ultimamente, a nenhuma especulação se entregou o português com mais esperança de resolver os complexos problemas da sua prosperidade. Nenhuma outra, também, terá mobilizado mais gente e despertado maior frenesi. Hoje não há aldeola, de Valença a Tavira, que possua retábulo na matriz ou pelourinho no largo, que se não julgue fadada para Meca de turistas, considerando injúria da sorte o alheamento em que o resto de Portugal e o mais orbe estão da sua maravilha. A força de fazer a propaganda da antiqualha indígena, de glorificar com intenção generosa ou mesteiral, para o caso pouco importa, o que se

nos afigura com direito a ser apreciado, a poder ainda de lirismo e de retórica, criou-se uma forma inédita de sebastianismo, todos os soalheiros do país de olhos no boqueirão das ruas por onde entre a caravana de ingleses, *bonet* de quadradinhos, *kodak* a tiracolo, grandes sapatos, grandes orelhas, e, sobretudo, *porte-monnais* a rebentar com libras. Deram origem a êste patos certas confusões, deploráveis em matéria de arte, mormente. Assim, confundiu-se a coisa de admiração regional com a coisa de admiração universal. A pedra de Dington, se é verdadeira, reúne predicados bastantes à admiração do velho e novo mundo; a espada de D. Afonso Henriques, dando de barato que fôsse com ela que andou a acutilar moiros, pois que não constitui espécimen raro ou precioso de armaria, tem jus, quando muito, à reverência dos portugueses. A igreja românica que a afanosa corporação dos arqueólogos exumou do seu anonimato, o castelo roqueiro com adarves de silharia, a ermida que um coronel amador e um arquitecto local restauram em obediência a problemática traça bizantina, o edifício que ambiciona ser o primeiro da península em tal estilo, merecem a atenção do investigador, do andarilho, do amador ou fanático dos bens da casa lusitana, mas daí até pretender que venham de cascos de rôlha britânicos, franceses, tudescos, visitar estas relíquias dos tempos é delírio acabado e denota ausência completa do sentido das proporções. O mesmo há que dizer àqueles que desvanecidamente decantam a paisagem em que primeiro abriram os olhos ou passaram a lua de mel como única e exclusiva no vasto universo e que supõem destinada à recreação panteísta dos Child-Herold da terra. Não, o Senhor não foi tão parcial em distribuir as suas bênçãos pelos povos; há nêles um pouco de tudo e do bom como nas boticas e sal-sicharias. Crer que nos pertence o monopólio das mais interessantes é ilusão nefasta, embora se esfalfem a soprá-la *snoobs*, escrevinhadores sem assunto e ignorantes, trindade augusta que não sabe ter uma sombra de piedade pela singeleza do seu próximo. Esta febre de sublimação foi-se até criar uma geografia do turismo, em que certas localidades figuram de «centros» congestionadas como se vêem de viajeros, e outras, tais corpos da via láctea, são agrupadas em «triângulos», graças às linhas de auto-estradas e de caminhos de ferro coalhadas de máquinas vertiginosas carreando gente. E quem lhe granjeou tal nomenclatura senão as suas famosas marmeladas, o serem berços de Magriços, o terem sido campo de batalhas afonsinas, o possuírem pedras de escrita indecifrada, velhas paredes erguidas pela confraria andante dos alve-nês? O mal não era grande se a fantasia se quedasse na exaltação verbal. Mas desde que as superstições passam a ter presa sôbre o concreto, deixam de ser inócuas como esta que nos promete um Eldorado trazido nos sacos de viagem de excursionistas, vagabundos ricos e ociosos, amadores de coisas antigas ou simplesmente peripatéticos. Quem se não lembra do milhão a dois milhões de americanos que desembarcariam em Lisboa, mal descerrasse portas a exposição de Sevilha? Desde o Cais de Sodré a Vila Real de Santo António seria

um vaivém de milionários e príncipes da Grã-Ventura. O oiro que iriam espor-  
tulando alastraria por cidades e campos, mais denso e fertilizante que o limo  
do Nilo. Porque assim o afirmavam os arúspices e economistas infalíveis, vá os  
particulares de se arrojarem a emprêsas adequadas, de-certo onerosas, e as  
comissões que regem os municípios de decretar o caio e pintura das frontarias,  
o acatitamento das baiúcas e locandas, o rebôco de tudo o que era velho, o  
lustro de tudo o que era recente, desde o molhe do Tejo ao molhe do Guadiana.  
Ficou uma faixa de terra novinha em fôlha... por fora. Mas do americano não  
se lobbrou raça nem dólar. «Ao menos — puderam exclamar os empreiteiros  
dêste lôgro colossal — limpou-se muita porcaria, executaram-se muitos melho-  
ramentos que, a não ser assim, só com um terramoto». É verdade; no encardido  
interior, porém, ninguém tocou. Na física das povoações humanas dá-se o  
mesmo fenómeno de pigmentação que nos indivíduos; a fisionomia vem de  
dentro. Breve se volveu por isso ao sarro clássico, esfregado uma vez para não  
causar engulhos aos delicados estômagos de milionários.

Tão fantasmagórica política continua, de resto, a praticar-se. Não obrigam  
as comissões concelhias a trazer, à volta de Lisboa, muros de prédios, muros  
de quinta limpos e escarolados com absoluto menosprêzo da higiene e salubri-  
dade da habitação prôpriamente dita? O raro estrangeiro que cruze as paragens  
saloiias ofuscará os olhos em tanta alvura; o diabo são os tristes farrapos,  
documentos cruciais de miséria e de fome, pilhados em flagrante delicto de sor-  
didez ao secar na crista de paredes branquíssimas. E estes lugarejos e estas  
muralhas, perdidas no sertão, quedam imagens perfeitas dos sepulcros caídos  
da Escritura.

Freqüentemente se ouve a pessoas de ar conspícuo e incapazes de facécia  
menos espiritual em família: a onda de forasteiros que inunda Espanha, França,  
Itália, não podia ser desviada e com vantagem para o nosso país? Não temos  
Lisboa com as Janelas Verdes, o Panteão de S. Vicente, os Jerónimos, a inacre-  
ditável Alfama, infinitas perspectivas da cidade das sete colinas? Não está a  
poucas horas Viseu com o seu magnífico Grão Vasco, Tomar com a sua tra-  
dição medieval, Batalha, a esplêndida, Alcobaça tão *sui generis*, o Pôrto com  
mil coisas e loisas, dignas de reter o olhar dum Ruskin? Temos. Temos tudo  
isso e não chega. De facto, o que atrai o turista é o mostruário. E do mostruário  
o que vale é o antigo; o que constitui pergaminhos de nobreza, os monumentos  
e a arte. Todo o esforço que se tente neste sentido é louvável. Daí o ser a obra  
do Dr. José de Figueiredo eminentemente nacional e fecunda.

Mas, antes de mais: não há bastante de mitológico na noção que entre nós  
se tem do turismo? Não se parte do princípio que meio mundo vive ou pode  
viver doutro meio que deambula? Ora, ao que notam os tratadistas, o homem  
viajado está para o homem que fica em casa na proporção de um para cem mil.  
E este 1/100.000, grande felizardo que dispõe de capitais para derreter, de  
tempo para matar, de bom humor para sentir os rictos vários duma mesma más-

cara, por via de regra não bota até a nossa terra. «Porque há percevejos nas camas dos hotéis — dizem uns; porque as estradas eram más — alegavam outros; porque se não dão facilidades a quem desembarca — notara Beltrano». Não faltará quem incrimine a desvairada política da opposição, os garotos que são malcriados, os catraeiros que são gatunos, os gatos que enxameiam o Bairro-Alto, os babeiros que secam nos triângulos de pau às janelas e até as Tágides que, com mêdo dos barracões à beira do rio, deixaram de vir à tona da água. Um irreverente exclamará: «Mas há alguma coisa que ver nesta pasma-ceira?» Já Eça recomendava que se não tirasse mais crosta a Portugal que se estragava; deixassem-no naquele ponto em que se torna recomendável o revólver aperrado. Tudo graça e graçolas, mais exuberantes nos lábios do alfacinha que a alface nas hortas.

Mas observemos o homem das sete partidas, multiforme. Há um que se pode dizer filho do Baedeker. Este guia meticuloso e formal elabora a espécie, amamenta-a, afeiçoa-a e, por conseguinte, governa-a. Quem não viu no Luvre, em bancos à rodá da Vénus de Milo, as filas extáticas de mandíbulas, porque o livre prescreve: «aqui um minuto de elevação»? É esta a variedade mais densa que corre o mundo. Não é paradoxo: outrora, porque havia turistas, houve Baedeker; hoje, porque há Baedeker, há turistas. Mas nem por ser o mais vulgar deixa de ser o mais exigente este mimoso da sorte? *Touriste*, segundo o étimo, significa homem que *fait un tour*. Tal expressão implica a idea de giro, o mais voluntarioso e fantástico. Não se trata de movimentos acidentais como as revoltas do pião depois de soltar-se da baraça. Trata-se de itinerário sabido, fixado pelo instinto, que é soberano nas directivas da vontade reflexa e tem as suas razões em tudo. Nada de fortuito; nada de imprevisto. E porque assim seja, esta circunstância inculca ao turista de semelhante categoria outro terreno de excursões que não o *jardim da beira-mar*. Mais claramente; êste figurão quer o universo na palma da mão, museus, *cabarets*, catedrais, lindas mulheres, vertigem, tudo o que de raro e hipercivilizado se descobre nos livros de Bourget, de Duvernois, e do antigo caixeiro de modas Dekobra. A *ditosa pátria* terá desta especieria que farte para temperar a vilegiatura do regalão? De modo algum, e honra lhe seja.

Há, por degrau de importância, o turista que viaja para se divertir. Teatros, *music-halls*, restaurantes de alto requinte, aventuras românticas em século tão prosaico, possíveis nas grandes Babilónias, singularidades do luxo e da arte, são o seu pábulo. Disto também escasseia a nossa terra. A extraordinária e imoral personagem que existe aos cardumes em Paris, Berlim, Londres, na nossa Lisboa, para não ir mais longe, julgar-se-ia em alguma Cartuxa, em período de exercícios espirituais. Que lhe poderia fornecer a capital além dêsses estabelecimentos de batotinha e *boston* sedições, com *papillons* tristes e criados solertes que, logo à entrada da porta — oh cortesia lisboeta! — vos mandarão tirar o

chapéu se vindes habituado, do *Abbaye* ou do *Rat-Mort*, a guardá-lo na cabeça?!

Após êste há o turista que foge do lugar-comum, anda pelo mundo de romaria àquilo que é belo, impressionante por arte ou mimo da natureza. No nosso Portugal, solar antigo e fidalgo, encontra-se desta poeira doirada dos séculos. Mas falemos com franqueza: à parte as Janelas Verdes, com Nuno Gonçalves e os primitivos portugueses, que de inédito e singular oferece a nossa terra para que se passe a fronteira? Mas bem; que técnicos, críticos, amadores insaciáveis afrontem as distâncias para visitar as belezas lusitanas, compreende-se; seria pueril supor, no entanto, que Jerónimos, Batalha, os painéis de Nuno Gonçalves, a custódia de Belém, o museu dos Coches, por muito notáveis que sejam, tenham o condão de fazer deslocar arraiais de gente como as Pirâmides, as Linhas de batalha, o Paris simultaneamente do Luvre e da ramboia.

Que géneros mais há de turistas? Há o andante por *spleen*, que não sabe o que há de fazer ao tempo e ao dinheiro. É já hoje raro como o elefante branco; adiante.

Há um outro, e o seu número é legião, que, viajando por necessidade, pode fazer de Portugal o seu bulevar, quer de rumo às Américas, quer de rumo à restante Europa. Para colhê-lo, não é preciso estender os braços; somos uma encruzilhada nas grandes linhas atlânticas e, em boa lógica, não deve achar melhor percurso. Quando se dotar o país de aeroportos, cais de fácil acostagem, entrepostos livres no Tejo, turistas desta classe serão como tordos em demanda da faixa ocidental. E pernoitando na terra para tomar no dia seguinte o zepelin, o avião plurimotor, o transatlântico, se o souberem segurar, de ave migratória tornar-se-á hóspede habitual à vista dum céu, no gôzo dum clima, que fazem crer que Ulisses, êsse grande sibarita, amante das deusas, lambareiro do fino, aqui acostasse numa nau côncava e, erguendo tenda e amando moça indígena, lançasse os fundamentos da urbe lusitana.

Cruz Quebrada, Fev. 1936.



## BIBLIOGRAFIA NAVAL

# A MARINHARIA DOS DESCOBRIMENTOS DE A. FONTOURA DA COSTA

POR CÉSAR FERREIRA

É agradável, se bem que perigoso, falar da obra do Comandante Fontoura da Costa, a qual, com a sua costumada intuição do sentimento das originalidades apropriadas, denominou A MARINHARIA DOS DESCOBRIMENTOS.

De facto este título, exprime com característica precisão, os variados assuntos que a ciência náutica dos descobrimentos abrangia, e que na obra do Comandante Fontoura da Costa são tratados.

Esta denominação A MARINHARIA é por assim dizer a enciclopédia dos conhecimentos náuticos, e se modernamente ela veio a comportar novos ensinamentos, absolutamente desconhecidos dos nossos descobridores dos séculos xv e xvi, deve dizer-se, no que se refere pròpriamente à navegação, que os argumentos actuais não são mais do que o desenvolvimento, aperfeiçoamento, melhoramento, etc., dos da dos descobrimentos.

Pois bem, a *Marinharia* do Comandante Fontoura da Costa é a enciclopédia dos conhecimentos náuticos portugueses até 1700.

É possível que nem todos os argumentos, princípios, proposições, conhecimentos, experiências, dados, observações, etc., dos nautas daquela época, tenham sido completamente esgotados nesta obra, mas o que não há dúvida é que são todos indicados, os seus princípios expostos, a sua explicação científica justificada, a sua histórica evolução desvendada, e até a sua aplicação prática experimentada.

Não é a obra completa?!

Não é perfeita?!

É para discutir?!

Sem dúvida.

Mas, no entretanto, é actualmente a mais vasta coordenação de todos os

assuntos que dizem respeito aos conhecimentos náuticos dos portugueses, que se tem publicado, podendo até dizer-se, que abrange também, todos os que àquela época se referem e até a todos os povos.

Esta obra será de futuro, sem dúvida alguma, o catetismo, a que terão de recorrer tôdas as pessoas que, interessando-se pelos assuntos de arqueologia naval, quizerem colher uma indicação, obter um nome, verificar uma referência, certificar-se de um conhecimento, seguir uma derrota, etc.

Não é o Comandante Fontoura da Costa um consumado arqueólogo naval?!

\* \* \*

Não pretendemos apresentar o Comandante Fontoura da Costa.

É bem conhecido e admirado em variados sectores da actividade nacional, apreciado e estimado no estrangeiro.

É indispensável, para se poder avaliar no estrangeiro a sua *Marinharia dos Descobrimentos*, analisar resumidamente a sua obra passada.

Extraordinariamente inteligente, de espírito cintilante, tôda a sua vida é a afirmação consolidada do valor das suas deslumbrantes qualidades mentais.

Aluno ou mestre, funcionário público ou ministro, camponês ou agricultor administrador de roça ou governador colonial, matemático ou investigador, em tôdas estas manifestações da sua vida prática deu provas fáceis e brilhantes.

De espírito irrequieto e incansável, larga o giz da sua aula da Escola Naval, para se ir sentar nas cadeiras de ministro ou para se ir embrenhar nos matagais das selvas coloniais.

Por onde passa deixa sempre vestígios vincados do seu talento, e notavelmente da sua originalidade.

Mas é na Escola Naval que o Comandante Fontoura da Costa afeiçoa mais o seu espírito.

É na leccionação da sua cadeira de Navegação que êle põe todos os requintes da sua arte; e então faz obra perfeita e completa.

Esgota os assuntos, colecciona livros, cria conceitos, faz alunos, cultiva admiradores e prepara mestres.

Em suma, faz escola!

Em todos os oficiais de marinha, em todos os seus alunos, deixou um amigo, firmou uma dedicação.

A Marinha está cheia das suas histórias, de acontecimentos da sua vida, uns verdadeiros, outros atribuídos, todos cheios de originalidade, de graça, de espírito.

Conte-se um; é dos atribuídos.

\* \* \*

F., era administrador de uma roça em uma das nossas colónias africanas, roça propriedade de uma grande companhia colonial, com sede no Continente,

ê portanto, administrada por um numeroso conselho de administração capitaneado por um chamado administrador-delegado.

Chegado à África e tomando conta da administração da roça. F., começou não só a introduzir melhoramentos na administração, impondo novas directivas que a sua concepção determinava, mas também a definir novos métodos nas culturas que o seu vasto estudo lhe sugeria que experimentasse.

De tudo o que fazia, preparava circunstanciados relatórios, que enviava para a sede da companhia, e que apreciados pelo conselho de administração eram pretexto para crítica, da parte do administrador-delegado, que cioso da sua experiência devida a uma prolongada estadia nas colónias, não aceitava de bom grado, as inovações do novo administrador da roça.

Apoiado na autoridade que lhe dava não só essa sua experiência, como também no seu cargo de administrador-delegado, fatigava-se nas cartas que mandava para a roça, a dar inúmeros conselhos sobre todos os detalhes da sua direcção e administração, o que muito aborrecia F.

As coisas chegaram a tal ponto, as idiotices que o administrador lhe escrevia eram de tal quilate que F. pensou em dar-lhe uma lição mestra, e em certo dia de boa disposição e para resposta a determinado conselho e instrução que lhe enviara o administrador-delegado, respondeu-lhe assim:

II.<sup>mo</sup> Senhor Administrador Delegado da Companhia Tal...

Amigo e Senhor:

LISBOA

Acuso recebida a prezada carta de V. Ex.<sup>a</sup> datada de tantos de tal, e tomei boa nota das recomendações que V. Ex.<sup>a</sup> me dá para que plante unicamente cacoeiros machos.

Acho a idea excelente, e eu também já tinha pensado nisso, tendo até contando essa minha idea ao administrador da roça vizinha da nossa, senhor Fulano, homem muito conhecedor destes assuntos de agricultura colonial exactamente por aqui estar há bons 40 anos.

E sabe V. Ex.<sup>a</sup> o que êle me disse?!

«Oh seu grandíssimo burro! Então V. não sabe que plantando só cacoeiros machos, êles não dão fruto? São precisas as fêmeas para os machos darem qualquer coisa».

Embaraçado com esta resposta é que ainda não me resolvi a experimentar essa boa idea, o que agora vou fazer conforme as estimadas ordens de V. Ex.<sup>a</sup> e pelo que se confessa

Att.<sup>o</sup> Ver. e Obg.<sup>o</sup>

\* \* \*

F.

Falámos do autor; vamos falar da obra.

Começa o trabalho do Comandante Fontoura da Costa por apresentar nuns «Preliminares» uma glorificação do *Infante D. Henrique, de brilhante*

*inteligência lusa, aliada à mais enérgica persistência britânica, duro, prático, audaz, valente até à temeridade e misticamente casto.*

Presta-se também homenagem ao *Príncipe perfeito, D. João II*, visto que, se o Infante D. Henrique foi o *genial idealizador do gigantesco plano dos Descobrimientos portugueses, que tiveram nesse extraordinário homem o seu engenhoso iniciador, D. João II, da mais rija têmpera dos de Aviz, e, ao mesmo tempo, grande diplomata, foi o melhor continuador dêsse espantoso plano.*

Em poucas palavras, disse o Comandante Fontoura da Costa tudo o que se podia dizer a respeito dos caracteres dos dois grandes vultos dos descobrimientos portugueses.

Quere o comandante Fontoura localizar o sítio escolhido pelo Infante para instalar a sua organização, dar realização à sua idea, e perscrutar os homens de que se fêz rodear.

*O sudoeste algarvio foi o local escolhido por D. Henrique. Jácome de Maiorca deve ter sido o seu principal colaborador.*

Para documentar todos os seus trabalhos, procurou o autor munir-se de todos os elementos que podiam reconstituir a actividade naval naquela época.

Refere então alguns documentos perdidos e dos quais se tem conhecimento através de vagas e imprecisas referências.

São postos em especial relêvo dois documentos henriquinos que *deveriam ser notavelmente interessante: o primeiro é um livro em espanhol, escrito pelo próprio D. Henrique, denominado «Secreto de los Secretos de la Astrologia», que pertenceu a Fernando de Colombo, filho do descobridor da América; o segundo um roteiro que de seus descobrimientos havia feito ou mandado fazer, o mesmo infante.*

A ciência náutica dos descobrimientos, afirma o Comandante Fontoura da Costa, foi *genuinamente portuguesa*, e esta afirmação considera-a completamente demonstrada com os trabalhos já existentes, devidos a *Luciano Cordeiro, o Inglês Ravenstein, Joaquim Bensaúde, Luciano Pereira da Silva, Almirante Moraes e Sousa e Dr. Jaime Cortesão.*

A afirmação do Comandante Fontoura da Costa, é rigorosamente apropriada, nada tendo de exagerada nem de inspirada por nenhum sentimento de nacionalismo.

O valor da epopeia portuguesa é completo; a sua apreciação e o seu aprêço, indiscutíveis.

O progresso da ciência e da arte náutica, na navegação e nas descobertas marítimas, é obra exclusiva e totalitária dos portugueses.

Colombo, Vespúcio, a cartografia náutica dos franceses, dos ingleses, dos holandeses, a italiana, são tudo derivativos secundários e acessórios dos portugueses.

É característica, neste ponto de vista, a classificação que o autor faz da

navegação dividindo-se em três etapas, correspondentes à *adolescência, juventude e virilidade, e a saber: A MARINHARIA; A ARTE DE NAVEGAR e A CIÊNCIA NAUTICA.*

Não é inoportuno fixar as fontes de que se serviu o Comandante Fontoura para elaborar o seu estudo:

#### A — FONTES DIRECTAS:

- 1) — 1496 — ZACUTO (ABRAHAM) — Almanach perpetuum. Leiria.
- 2) — 1506-8 — VALENTIM FERNANDES — Várias colecções de viagens e roteiros.
- 3) — 1505-8 — DUARTE PACHECO PEREIRA — Esmeraldo de situ orbis.
- 4) — 1509 — (?) — Regimento do astrolábio e do quadrante.
- 5) — 1514 — JOÃO DE LISBOA — Livro de marinharia. Tratado da agulha de marear.
- 6) — 1520 — ANDRÉ PIRES — Regimento de navigacion y rotero de muchas y várias navegaciones para muchos lugares.
- 7) — 1518 — VALENTIM FERNANDES — Reportório dos tempos.
- 8) — 1521 — Reportório dos tempos.
- 9) — 1519 — (?) — Tratado da sphaera do mundo, etc. Regimento da declinação do sol.
- 10) — 1537 — PEDRO NUNES — Tratado da sphaera. Tratado em defen-sam da carta de marear. Tratado sôbre certas dúvidas da navegação.
- 11) — 1538 — D. JOÃO DE CASTRO — Roteiro de Lisboa a Goa.
- 12) — 1538-9 — Primeiro roteiro da Costa da Índia, desde Goa a Diu.
- 13) — 1541 — Roteiro em que se contém a viagem que fizeram os portugue-ses no ano de 1541 de Goa a Suez. Roteiro do mar Roxo.

#### B — FONTES INDIRECTAS:

- 1) — 1912 — JOAQUIM BENSAÚDE — L'astronomie nautique au Por-tugal à l'époque des grandes découvertes.
- 2) — 1915 — LUCIANO PEREIRA DA SILVA — A astronomia dos Lusíadas.
- 3) — 1915-26 — Várias monografias sôbre a náutica dos descobrimentos.
- 4) — 1914 — JOAQUIM BENSAÚDE — Histoire de la science nautique portugaise (Resume).
- 5) — 1917-22 — Les légendes allemandes sur l'Histoire des découvertes mari-times portugaises.

- 6) — 1921 — LUCIANO PEREIRA DA SILVA — A arte de navegar dos Portugueses desde o Infante a D. João de Castro.
- 7) — 1924 — MORAIS E SOUSA — A ciência náutica dos pilotos portugueses nos séculos xv e xvi.
- 8) — 1925 — ANTÓNIO BARBOSA — Instrumentos náuticos da época dos descobrimentos marítimos.
- 9) — 1932 — JAIME CORTESÃO — Influência dos descobrimentos dos Portugueses na História da civilização.

\* \* \*

Começa então êste estudo pelos *Instrumentos náuticos de navegação*, com referências ao *astrolábio* e ao *quadrante náutico*, à *balestilha* e aos *instrumentos similares*, ocupando-se com especial interêsse das *observações astronómicas* nos descobrimentos, no século xv.

Os *Regimentos da estrêla do norte*, isto é, o *Regimento das horas da noite pela estrêla do norte e suas guardas*, e o *Regimento do norte*, são argumentos de um novo capítulo.

É bem interessante esta parte do estudo feito pelo autor, pois bem se reconhece como apareceram as primeiras necessidades dos navegadores portugueses de procurarem adaptar à navegação os conhecimentos de astronomia existentes então, e bem assim a evolução natural, forçada e investigada das novas fórmulas resultantes.

O Comandante Fontoura não tem dúvidas que foram os nossos navegadores que imaginaram vários pequenos instrumentos para facilitar a aplicação do *Regimento do Norte*, instrumentos de-veras curiosos e *derivados das rodas que D. Duarte inventou para as horas da noite*.

Nos *Regimentos da altura do polo pelo sol* são tratados em alíneas separadas os seguintes argumentos:

- a) Regimento da altura do polo ao meio dia;
- b) Tábuas solares;
- c) Os regimentos da altura do polo em todo o tempo que houver sol (processos de Pedro Nunes).

No *Regimento da altura do polo ao meio dia* estão focados a importância e o valor da consideração das *sombras* na determinação da latitude do lugar, e a atribuição do seu descobrimento ao astrónomo cordovês Azarquiel (século xi).

Foram no entretanto os portugueses que generalizaram aquela regra, aplicada por Azarquiel só no hemisfério norte, aos dois hemisférios e sempre para uso da navegação.

Referência ao *Regimento da declinação*, ao *Regimento de Évora*, ao *Regi-*

*mento da distância zenital, ao Regimento da distância polar norte, são motivos de uma análise detalhada de todos os conhecimentos registados nos escritos da época dos descobrimentos, adquiridos e aplicados pelos astrónomos e nautas portugueses.*

Vasto é o capítulo referente às *Tábuas solares*, e curioso e notável é o registo de tôdas as tábuas dispersas pelos variados manuscritos da época e espalhadas pelas bibliotecas do mundo, mas às quais está sempre ligado o labor dos navegadores portugueses.

Não pode deixar de fazer-se especial referência, sempre que se tratar dêste assunto, ao «*Almanach perpetuum*» de Zacuto, e a melhor homenagem que se lhe pode prestar é ler as palavras de aprêço saídas da pena do Comandante Fontoura:

*«O imortal monumento astronómico do século xv, devido ao sábio judeu salamanquino Rabi Abraham bar Samuel bar Abraham Zacuto, foi impresso em Leiria, com a data de 25 de Fevereiro de 1496, conhecendo-se duas edições da mesma cidade e ano.*

*Estas edições de 1496 são em latim, lingua para a qual o Almanaque foi traduzido do hebraico por mestre José Vizinho, que também traduziu os cânones para a mesma lingua e para espanhol, numa delas; na outra Zacuto calculou as tábuas astronómicas do seu Almanaque e escreveu os respectivos cânones em Salamanca, de 1473 a 1478, onde, protegido do bispo D. Gonçalo de Vinero, era professor em Estúdio particular, mas não na Universidade.*

*Em 1492 acolheu-se a Portugal, onde passou ao serviço de D. João II, por motivo da expulsão dos judeus do território espanhol, ordenada pelo infeliz édito de 31 de Março do mesmo ano. Do nosso país também teve de sair em 1496 por idêntico motivo!*

*O almanaque de Zacuto e o seu próprio autor, tiveram a máxima influência na Náutica Portuguesa, sobretudo nas tábuas da declinação do sol, que passaram a ser calculadas pelas astronómicas do illustre e perseguido judeu.*

O Comandante Fontoura discrimina as tábuas contidas no Almanaque de Zacuto e faz a descrição da sua aplicação.

Em outras referências trata da *Tábua do regimento de Munich, das Tábuas quadrienais da declinação*, de Zacuto, para a viagem do Gama, das *Tábuas quadrienais da declinação*, de Nicolas, e doutras posteriores.

Refere-se também às *4 tábuas dos lugares do sol* de Pedro Nunes e às *Tábuas directas da declinação* tiradas daquelas e não esquece as *Tábuas da distância polar*.

Tôdas estas tábuas tinham como último objectivo a determinação da declinação do sol, e para tornar mais simples e mais mecânico êsse trabalho, que devia ser feito em regra no mar e pelos pilotos, que não tinham um desenvolvimento grande em cosmografia e astronomia, os *mareantes dos descobri-*

mentos determinavam também essa declinação por meio de instrumentos, entre êles os *quadrantes da declinação*. Por último, trata dos *Regimentos da altura do polo em todo o tempo que houver sol*, nos processos de Pedro Nunes.

Pode dizer-se que é com estes processos do *genial Pedro Nunes* que começa a navegação observada do mar alto; é a *determinação da latitude a qualquer hora do dia*, com uma primitiva resolução do chamado triângulo de posição.

\* \* \*

Novo capítulo agora dedicado aos *Regimentos do Cruzeiro do Sul e de diversas estrêlas*, começando por fundamentar a descoberta do *Cruzeiro* devida aos portugueses.

É de facto Cadamosto, ilustre navegador italiano, mas ao serviço do Infante que regista na sua relação da primeira viagem à Guiné a configuração do *Cruzeiro*, a que chamou *Carro do Sul*.

Mestre João que acompanhou Cabral no descobrimento do Brasil denomina-o *Cruz*, na célebre carta que enviou de Vera Cruz, ao Rei, em 1 de Março de 1500.

No livro do Comandante Fontoura vem reproduzida esta *importantíssima carta, escrita em português da época, com um esbôço das estrêlas do Cruzeiro, pelo seu autor divididas e denominadas*.

Vem com a reprodução, a *leitura feita pelo Dr. António Baião, e uma versão em linguagem actual pelo saudoso professor Pereira da Silva*.

Por ser muito curiosa e interessante esta carta aqui a deixo transcrita na versão em linguagem actual.

#### VERSÃO DA CARTA DE MESTRE JOÃO EM LINGUAGEM ACTUAL, PELO MALGRADO PROFESSOR LUCIANO PEREIRA DA SILVA

Senhor: O bacharel mestre João, físico e cirurgião de Vossa Alteza, beijo vossas reais mãos. Senhor: porque, de tudo o cá passado, largamente escreveram a Vossa Alteza, assim Aires Correia como todos os outros, sòmente escreverei sòbre dois pontos. Senhor: ontem, segunda-feira, que foram 27 de Abril, descemos em terra, eu e o piloto do capitão-mor e o piloto de Sancho de Tovar; tomámos a altura do sol ao meio dia e achámos 56 graus, e a sombra era sententrional, pelo que, segundo as regras do astrolábio, julgamos estar afastados da equinocial por 17 graus, e ter por conseguinte a altura do polo antártico em 17 graus, segundo é manifesto na esfera. E isto é quanto a um dos pontos, pelo que saberá Vossa Alteza que todos os pilotos vão tanto adiante de mim, que Pêro Escobar vai adiante 150 léguas, e outros mais, e ou-

tros menos, mas quem diz a verdade não se pode certificar até que em boa hora chegemos ao Cabo da Boa Esperança e ali saberemos quem vai mais certo, se êles com a carta, ou eu com a carta e com o astrolábio. Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-mundo que tem Pêro Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-mundo não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa antigo e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina. Ontem quasi entedemos por acenos que esta era ilha, e que eram quatro, e que de outra ilha veem aqui almadias a pelear com êles e os levam cativos.

Quanto, Senhor, ao outro ponto, saberá Vossa Alteza que, acêrca das estrêlas, eu tenho trabalhado o que tenho podido, mas não muito, por causa de uma perna que tenho muito mal, que de uma coçadura se me fêz uma chaga maior que a palma da mão; e também por causa de êste navio ser muito pequeno e estar muito carregado, que não há lugar para coisa nenhuma. Sômente mando a Vossa Alteza como estão situadas as estrêlas do (Sul), mas em que grau está cada uma não o pude saber, antes me parece ser impossível, no mar, tomar-se altura de nenhuma estrêla, porque eu trabalhei muito nisto e, por pouco que o navio balance, se erram quatro ou cinco graus, de modo que se não pode fazer, senão em terra. E quasi outro tanto digo das tábuas da Índia, que se não podem tomar com elas senão com muitíssimo trabalho, que, se Vossa Alteza soubesse como desconcertavam todos nas polegadas, riria disto mais que do astrolábio; porque desde Lisboa até às Canárias desconcertavam uns dos outros em muitas polegadas, que uns diziam, mais que outros, três e quatro polegadas, e outro tanto desde as Canárias até às ilhas de Cabo Verde, e isto, tendo todos cuidado que o tomar fôsse a uma mesma hora; de modo que mais julgavam quantas polegadas eram, pela quantidade do caminho que lhes parecia terem andado, que não o caminho pelas polegadas. Tornando, Senhor, ao propósito, estas Guardas nunca se escondem, antes sempre andam em derredor sôbre o horizonte, e ainda estou em dúvida que não sei qual daquelas duas mais baixas seja o polo antártico; e estas estrêlas, principalmente as da Cruz, são grandes quasi como as do Carro; e a estrêla do polo antártico, ou sul, é pequena como a do norte e muito clara e a estrêla que está em cima de toda a Cruz é muito pequena. Não quero alargar mais, para não importunar a Vossa Alteza, salvo que fico rogando a Nosso Senhor Jesus Cristo que a vida e estado de Vossa Alteza acrescente como Vossa Alteza deseja. Feita em Vera Cruz no primeiro de Maio de 1500. Para o mar, melhor é dirigir-se pela altura do sol, que não por nenhuma estrêla; e melhor com o astrolábio, que não com quadrante nem com outro nenhum instrumento. Do criado de Vossa Alteza e vosso leal servidor.

*Johançes*

artium et medicinæ bachelarius

Na obra que se está apreciando veem em detalhe todos os ensinamentos que aos argumentos em questão se referem, e que bem mostram a meticulosidade com que mestre Fontoura arrumou os seus conhecimentos.

\* \* \*

A altura de leste-oeste, como se dizia então, ou o problema da longitude para a determinação do ponto no mar, como se diz hoje, é assunto de largas referências em novo capítulo do Comandante Fontoura.

Argumento interessante para os modernos navegadores, pois, na verdade, os nautas dos descobrimentos pouco avançaram nesse campo, o que não é para admirar, visto tratar-se de um problema dos mais complicados que apareceram na navegação, bastando lembrar que *êle só veio a ter finalidade prática cêrca de três séculos mais tarde, quando os matemáticos, e os astrónomos, associados aos artistas, puderam fornecer aos mareantes fórmulas simples, tábuas logarítmicas e astronómicas precisas e instrumentos perfeitos.*

\* \* \*

A simples enunciação da epígrafe dêste novo capítulo: *A agulha de marear, a variação da agulha, o desvio e a atracção local* dá idea, especialmente para a gente de mar, da importância e alcance dêstes argumentos, tratados com a excepcional competência do Comandante Fontoura.

Curiosos e interessantes são os detalhes que se contêm nos diferentes parágrafos dêste capítulo: ora navegadores de profunda penetração na escuridão da vida primitiva dos navegadores, ora conclusões de provada documentação, ora explicações artificiosas ou lógicas de misteriosos hieroglifos, ou demonstrações em pura matemática de antigas fórmulas empíricas, tudo são jóias de elevado valor, espalhadas pela erudição do seu autor, que tornam bem fascinante o fulgurante brilho do valor dos navegantes portugueses.

A descrição da agulha de marear com a sua evolução desde os tempos mais remotos contém observações que não se podem deixar sem reparo.

Diz o Comandante Fontoura:

*A piedade cristã levou, na idade média, a marcar com uma cruz o leste de alguns mapas-mundi, naturalmente porque no Mediterrâneo, assim ficava orientada a Terra Santa (O Paraíso).*

Como esta, tantas outras de curiosa e penetrante perspicácia.

Sobre a variação da agulha, melindroso conhecimento da época dos descobrimentos, o autor penetra em todos os meandros da misteriosa ciência não só dos sábios como também dos pilotos e capitães, perscrutando-lhes as opiniões,

adivinhando-lhes os pensamentos, justificando-lhes as práticas, e dando-lhes valor ao espírito.

A descoberta da variação, a sua determinação, o valor atribuído, observado e calculado! Que temas para belas lições de navegação astronómica que o Comandante Fontoura sabe fazer.

Pois assim são, as belas páginas da sua obra, lições de navegação da época dos descobrimentos.

Chega-se ao fim do século XVI e acabam os mistérios da variação da agulha; começaram os nossos pilotos a determinar a variação da agulha, ao nascer e ao pôr do sol, usando as tábuas da largura urtiva (amplitude) e seu regimento, da autoria de João Baptista Lavanha, que o piloto-mor Ferreira Reimão (1612) diz serem de 1600.

Mas mais: até o próprio desvio da agulha é descoberta dos Portugueses, obra do glorioso D. João de Castro.

Foi de facto êste ilustre oficial de marinha quem, pela primeira vez, não só notou a influência do ferro e dos metais magnéticos nas agulhas, dando origem ao chamado desvio, como também a atracção local.

É interessante reproduzir as referências feitas nos roteiros do celebrado marinheiro que a estes propósitos se referem e que estão transcritos na obra do Comandante Fontoura:

Sobre o desvio:

*...êste dia quis obrar com o instrumento das sombras para verificar a variação das agulhas... Acheia-as tão desconcertadas, que foi coisa espantosa... Isto me teve muito suspenso, até que entendi a causa, e foi um berço que estava no mesmo lugar, onde eu queria fazer as operações, o ferro do qual berço chamava a si as agulhas e as fazia desviar desta maneira:... e assim algumas outras que fiz paragem do Brasil, onde achei notáveis diferenças, que foi por as fazer perto donde estava alguma peça de artilharia, âncoras, ou qualquer outro ferro, como se passava a tôdas as partes da nau, buscando lugar conveniente a esta obra.*

Sobre a atracção local, estava em Dezembro de 1538 D. João de Castro no Ilhéu de Chaul, e notando que a agulha em posições muito próximas, em terra e no mar, apresentava variações muito diferentes escreveu:

*«A isto não sei assinar outra causa, salvo que como quer que fiz estas considerações muito pegado com a terra onde tinha por vizinho um rochedo e penedia, já pode ser estes penedos serem de espécie e natureza do manhete, ou a matéria e composição deles ser ferrenha, e por esta causa atraírem para si o ferro da agulha desviando-o do seu natural lugar.»*

Não deixa o autor da *Marinharia dos Descobrimientos* esquecido nenhum dos mais insignificantes motivos sobre os conhecimentos dos nossos marinheiros daquela epopeia, e assim, não deixa de registar até factos e individualidades que aos nossos feitos dizem respeito.

A propósito do desvio da agulha bem frisa o Comandante Fontoura que não havendo dúvida alguma de que foi descoberto por D. João de Castro, a história ainda regista *Guilherme Denys* (1666) *como sendo quem primeiro vagamente o presentiu.*

Foi no entretanto o alemão G. Hellman que observou ter sido D. João de Castro o primeiro a reconhecer a atracção local.

Vem agora o capítulo n.º 7:

*As cartas de marear*: 60 páginas de forte documentação histórica, gloriosa apoteose dos cosmógrafos e matemáticos portugueses, em nada ofuscada pelo radioso deslumbramento do génio de Pedro Nunes.

Esta parte da obra é por assim dizer a compilação de tudo que existe já conhecido e pelo qual se prova insofismavelmente a prioridade dos portugueses nos descobrimentos.

De facto, é nas cartas marítimas, na sua história, evolução e análise, que se encontram as melhores provas daquela indiscutível prioridade, e, nestas circunstâncias, pode-se imaginar, quanta satisfação, que regosijo, que ufania, sente todo o português quando visiona tôdas estas realidades, que a mais imaginativa fantasia dificilmente saberia criar.

Pois isto é um sonho vivido na leitura desta parte da obra do Comandante Fontoura. Para a apreciar só lendo-a tôda, muitas vezes!...

Numa referência bibliográfica, não é licito deixar sem transcrição os vínculos elegantemente tecidos dessa misteriosa renda.

A-pesar-das *cartas de marear*, serem por assim dizer as filhas dos *portulanos*, em especial dos *portulanos mediterrânicos*, só com aquelas aparece a *escala* das latitudes, só com a criação portuguesa dos *Regimentos da altura*, se sentiu a necessidade imposta pelas exigências da navegação do alto.

Afirma o Comandante Fontoura que as *cartas graduadas foram introduzidas na Nautica pelo Infante D. Henrique, para cuja realização, se soube rodear de bons técnicos, entre os quais sobressaía, como dissemos, o célebre mestre Jácome — fazedor de cartas de marear.*

Descreve então a origem das cartas e a sua técnica; e justifica e analisa cada uma das diferentes espécies: — cartas de marear rectangulares e cartas de marear quadradas.

Completa êste estudo, a reprodução não só das mais interessantes cartas de marear, entre elas a primeira de Pedro Reinel, de antes de 1505, mas também, em lindas policromias, de algumas rosas dos ventos das cartas de marear portuguesas.

\* \* \*

As *pomas*, ou seja as esferas (esperas), e a *légua*, com a medição do grau de arco na medição antiga e na medida dos portugueses são assuntos de curiosa documentação.

Notável é a circunstância de Duarte Pacheco ter atribuído ao grau português o valor de 506 estádios que corresponde a 106,560 km. e difere do exacto, 111 km., determinado modernamente pelos mais rigorosos processos de geodésia, só de 4 %.

Estudadas as cartas, é lógico que se analise como foi feito o seu aproveitamento e aplicação, na arte de navegar.

Mas neste capítulo, é mister que se dê a palavra a Pedro Nunes, o insigne cientista da navegação.

Pode-se dizer que foi êle que transformou tôdas as antigas navegações, fazendo-lhes perder o carácter de simples arte, para lhes dar uma assinalada forma de ciência.

O Comandante Fontoura põe em destacado relêvo a obra de Pedro Nunes, especialmente interessante neste ponto de vista, estudando as passagens dos seus dois *Tratados sôbre certas dúvidas da navegação*, e *Tratado em defensam da carta de marear*, êste último escrito em 1534 e o outro bastante antes.

Completem estes tratados a sua grande obra prima, *Tratado da esfera*, publicado juntamente com aqueles dois primeiros, que eram destinados aos mareantes portugueses.

É certo que Pedro Nunes, servindo-se da sua vasta cultura e do seu génio matemático, imaginou e resolveu os mais complicados problemas de astronomia applicados à navegação. É fora de dúvida, que também inventou processos e instrumentos para lhes dar prática resolução, tendo-se até servido de D. João de Castro para obter a verificação experimental dessas suas *arrojadas teorias*.

Está escrito na *Marinharia dos Descobrimentos: afirma Rodolfo Guimarães que entre os manuscritos inéditos de Pedro Nunes, hoje provàvelmente perdidos, havia os seguintes:*

- 1) — *Tratado do planisfério geométrico.*
- 2) — *Tratado da maneira de delinear o globo para uso da arte de navegar.*

Isto é um curso completo de astronomia e navegação, que nenhum outro posteriormente excedeu ou sequer atingiu.

Pode-se dizer que Pedro Nunes foi o precursor de tôda a navegação moderna, de que Mercator foi o feliz intérprete.

Diz o Comandante Fontoura:

*Gerard Kremmer, de Rumpelmonde, que a posterioridade só conhece pelo seu nome latino de Mercator, cursou a Universidade de Lovaina em 1530 onde foi discípulo e depois grande amigo e assistente de Gemma Frisius. Nesta cidade se conservou até 1552, ano em que, receando as perseguições da terrível inquisição passou a Duinsburg. Era um notabilíssimo cosmógrafo, cartógrafo, gravador e manufacturador de instrumentos astronómicos.*

*Em 1537, com Gaspar Mirica ajudou Gemma Frisius na construção do globo conhecido pelo nome dêste último.*

*Em 1541, fabricou Mercator o seu globo terrestre loxodrómico, com as loxodromias dos 8 rumos de cada quadrante, traçadas a partir de vários pontos situados em várias latitudes.*

*Um exemplar deste grande monumento cosmográfico foi descoberto em Gand no ano de 1868; um outro exemplar, hoje talvez perdido, pertenceu ao grande geógrafo inglês John Dee que o adquiriu em Lovaina do próprio construtor em 1547.*

*Aquele globo que Mercator dedicou a Nicolau Perrenot (pai do cardinal Grannela) tem cêrca de 41 cm. de diâmetro e 129 cm. de circunferência.*

Com Mercator é pôsto o problema da prioridade da descoberta da loxodromia, mas o Comandante Fontoura esgota o assunto e afirma:

*Foi Pedro Nunes quem imaginou, primeiramente estudou e fez construir as linhas dos rumos, de 1534 a 1537; a prioridade pertence-lhe.*

A-pesar-do autor da *Marinharia dos Descobrimentos* não deixar de enaltecer, com provada documentação, sempre o valor dos trabalhos dos portugueses, não deixa de prestar homenagem ao mérito alheio, e no que diz respeito a Mercator, mostra-se o Comandante Fontoura um seu entusiástico admirador.

É porque, sem dúvida alguma, foi Mercator um dos maiores pioneiros da navegação moderna.

*A grande habilidade manual de Mercator, aliada à sua imensa cultura cosmográfica, permitiu-lhe construir esse seu maravilhoso globo de 1541, servindo-se dos trabalhos originaes de Pedro Nunes e dos instrumentos por este inventados e por êle, Mercator, aperfeiçoados.*

*A toponímia do globo mostra a grande influência das informações portuguesas.*

*Ao nosso Pedro Nunes pertence a glória inicial, a Mercator a de uma execução inteligente e praticamente modelar.*

Em novo capítulo e com a epigrafe de *cartas reduzidas*, é estudada a evolução das cartas desde a grande carta de Mercator de 1569 até à moderna cartografia.

Este estudo é a meritória apoteose da obra de Mercator, à qual ficou ligada a de Pedro Nunes.

Vai esta crónica cheia de transcrições do livro do Comandante Fontoura, mas na verdade é difícil perpassar tantas passagens dessa obra e deixar de focá-las, impulsionado pelo sentimento de admiração pelos homens daquela época.

A propósito dos *antecedentes da carta de 1569* escreve o Comandante Fontoura:

«O inglês John Dee, ao qual nos referimos, relacionou-se com Mercator em Lovaina no ano de 1547; mais antigas deviam ser as relações daquele geó-

grafo com o nosso Pedro Nunes, chegando a ser tão íntimas que Dee, em 1558, ao achar-se doente, nomeou seu testamenteiro literário o nosso grande cosmógrafo. Miss Taylor publicou a carta que, com esta notícia, êle dirigiu a Mercator em 20 de Julho dêste mesmo ano; dela transcrevemos as seguintes passagens em latim, com a respectiva tradução que devemos à amabilidade do reverendo Ruela Pombo:

«...Unde si meum haud queat opus vel absolvi, vel emitti, dum ipse sim superstes, viro illud legavi eruditissimo, gravissimoque, qui artium mathematicarum unicus nobis est relictus et decus et columen — nimirum D. Pedro Nonio Salaciensi—illumque, obnixè nuper oravi, ut, si quando posthumum, ad illum deferetur hoc meum opus, benigne humaniterque sibi adoptet, modisque omnibus, tanquam suo, utatur: absolvere denique, limare, ac ad publicam philosophantium utilitatem propolire, ita dignetur, ac si suum esset maxime.

Et non dubito, quin ipse (si per vitam valetudinemque illi erit integrum) voti me faciet compotem — cum et me tam amet fideliter — et in artes christianæ reipublicæ summe necessarias, graviter incumbere, sit illi a natura insitum, voluntate, industria, usuque confirmatum...»

«...Por isso, se a minha obra não puder ser publicada enquanto eu fôr vivo, leguei essa empresa a um homem eruditissimo e gravissimo — que é para nós o único depósito, a honra e a coluna das artes matemáticas — em verdade o sr. Pedro Nunes, de Alcácer do Sal: e, há pouco pedi-lhe com instância que, se quando morrer, lhe fôr entregue êste meu trabalho, benigna e humanamente o adopte como seu, assim se digne de finalmente o acabar, limar e rever com cuidado, para utilidade pública dos sábios, como se fôsse absolutamente trabalho seu.

E não duvido incumbi-lo gravemente, porque êle próprio (se o meu trabalho, pela minha vida e saúde, lhe fôr entregue íntegro) me fará compartilhar do louvor, visto que também me considera muito dedicadamente, e assim o meu trabalho, por sua capital natureza é incluído nas artes necessárias àquela Cristã República — confirmado pela vontade, indústria e uso...»

Que honrosas referências a Pedro Nunes!

Não tem dúvida o autor da *Marinharia*, que Mercator releu bastante os *tratados* do mestre português e procurou corrigir os defeitos da carta plana quadrada para uso da navegação, indicados por Pedro Nunes, baseando-se nas suas críticas científicas, que procurou perceber e descortinar.

Faz-se em seguida a descrição da carta de 1569, com a teoria da projecção de Mercator, não lhe faltando as hipóteses que se bordaram sôbre os princípios da concepção de Mercator.

Não fica ainda esgotada a análise do valor da obra de Mercator, e o autor da *Marinharia dos Descobrimentos* põe em foco a comparação do uso das cartas de Mercator, com os recursos de que se serviam os nossos navegadores para obviar aos inconvenientes das cartas quadradas.

E neste sentido, faz-se na obra uma descrição detalhada dos troncos das léguas, sendo interessantes tôdas as referências que sôbre êste argumento são apresentadas.

Os troncos particulares das léguas eram *escalas de conversão do comprimento dos graus equatoriais (portanto de latitude na carta plana quadrada) — expresso em léguas — em comprimento dos graus dos respectivos paralelos da esfera, na latitude a que se referem, também expresso em léguas.*

Os erros que vinham para a medida das distâncias com os troncos eram de facto sem importância, se as cartas não fôsem de tão incompleta precisão como eram.

Curiosos são alguns dos artificios de que se serviram os navegadores portugueses para compensar os erros resultantes das insuficiências das cartas de marear, e o autor apresenta alguns.

Como conclusão dêste argumento diz o Comandante Fontoura:

*A dificuldade da escolha dos paralelos médios, durante a travessia, ou o emprêgo de um só, naturalmente mal eleito, a impossibilidade da obtenção da longitude observada, a grosseira avaliação da velocidade do navio e, ainda, a má determinação da variação da agulha são motivos que bem evidenciam os enormes erros cometidos, geralmente, na aterragem do Cabo da Boa Esperança!*

**QUE DIFÍCIL ERA NAVEGAR NAQUELES TEMPOS!**

## AS MARÉS

O conhecimento das marés é muito antigo; perde-se na noite dos tempos.

*Os fenícios já haviam conhecido a hora do preiamar, na conjunção da lua com o sol, isto é, o estabelecimento, em Cadiz.*

Veem depois indicações de posteriores conhecimentos, mas é Duarte Pacheco, no seu *Esmeraldo*, quem primeiro foca com mestria o interessante problema das marés.

Desenvolve-se êste tema na determinação das horas das marés pela rosa horária e pelo cálculo, com a indicação do *estabelecimento*, e a conhecida *correção devida à idade da lua*.

Íntimamente ligado às lunações, e portanto às marés, aparece oportunamente um capítulo dedicado ao *Cômputo calendárico juliano*.

Como parágrafos dêste argumento veem referências históricas sôbre a determinação da *letra dominical* e do *número áureo*, com a fixação das *epactas*, e regras para a determinação da Páscoa, e das festas mudáveis.

## OS ROTEIROS PORTUGUESES ATÉ 1700

Os roteiros são o maior monumento português deixado pelos navegadores dos descobrimentos.

*Fomos os primeiros no rotear para novas terras, fomos naturalmente os primeiros a escrever e depois a aperfeiçoar os respectivos livros; e durante muitos séculos por eles se regularam tôdas as marinhas que foram a essas terras. Copiados, traduzidos, e mais tarde apropriados ainda os vemos em obras estrangeiras do século XVIII.*

Riquíssima é a colecção de roteiros portugueses, já no número, já na variedade, muitos de autores desconhecidos, outros da autoria dos nossos mais célebres navegadores, hoje espalhados pelas mais variadas bibliotecas e museus do mundo, onde são guardados como dos mais preciosos exemplares.

Teve o autor desta crítica, com a colaboração do Sr. Frazão de Vasconcelos, a honra de por sua iniciativa promover na Biblioteca da Marinha, da Escola Naval, em Lisboa e em 1934, uma exposição de roteiros portugueses, à qual o Comandante Fontoura da Costa deu extraordinário brilho, realizando uma notável conferência que denominou «Este livro é de rotear», em que compilou uma larga bibliografia dos roteiros portugueses até ao ano de 1700,

No seu novo trabalho, «A Marinharia dos Descobrimentos», vem agora um estudo crítico e analítico dêstes roteiros, com o esboço histórico a respeito da génese dos anteriores aos dos descobrimentos, completada com a descrição e apreciação dêstes.

Matéria de erudição, nesta obra fica compilada a mais completa enumeração dos livros que se referem à nossa epopeia marítima.

Acessoriamente veem as *conhecenças das terras, os sinais de terra, os sinais das tormentas*, fechando-se o capítulo com os conhecimentos de antanho sôbre os ventos e as correntes.

\* \* \*

Entra-se agora no argumento mais importante da *Marinharia dos Descobrimentos*:

## OS PRECURSORES DA TÁBUA DO PONTO

Verdadeiros pioneiros da moderna navegação astronómica, cuja origem no século XV é *genuinamente portuguesa*, foram os nossos navegadores.

*Preciosos documentos dos séculos XV e XVI*, afirma o comandante Fontoura, *mostram-nos a Toleta e o Cânon português, os quais são, nas suas for-*

mas primitivas de tabulação, os verdadeiros precursores da actual tábua do ponto.

A *Toleta de marteloio* que tantas discussões tem motivado é estudada no trabalho do Comandante Fontoura de uma forma decisiva e compreensível, com a interessante explicação matemática da sua constituição e aplicação.

*Toleta* quer dizer, parece, tábua; e *marteloio*, talvez, assim o julga o Comandante Fontoura, *marinheiro*; de maneira que *Toleta de marteloio* quererá representar tábua ou tabela do marinheiro.

Tinha como objectivo resolver mentalmente os triângulos rectângulos rectilíneos que representavam as variações das posições geográficas do navio em resultado de um caminho andado segundo os diferentes rumos. Dividia-se em duas partes a *suma* e o *avanço de retórno*, correspondentemente aos dois problemas: dada a hipotenusa e o ângulo adjacente determinar o valor dos dois catetos; ou dado um cateto e o ângulo oposto determinar os outros dois lados.

Não perderam os portugueses a ocasião de aproveitar para a sua navegação tão precioso conhecimento de geometria matemática, e o *Regimento português das léguas* outra coisa não é, senão a generalização das tábuas, na resolução dos triângulos rectilíneos, com especial aplicação à navegação.

O *Regimento das léguas* que aparece no *Manual de Munich vem dos tempos de D. João II, possivelmente da autoria do mestre José Vizinho, em 1843 ou 1844*; mas, aparecendo depois em quasi todos os livros e manuscritos peninsulares que trazem as alturas do polo, como finalidade dessas tabelas, veio a cair-se na *tábua do ponto*, a primeira devida a Norwood, publicada em 1637, na sua obra «*The Seamans Pratices*».

*Ja já entrado o século XVII quando perdemos a nossa preponderância na navegação; não admira, por isso, que o Regimento das léguas continuasse a ser usado pelos nossos mareantes até meados do século seguinte.*

## PILOTAGEM

*A condução da navegação do navio conserva em Portugal o tradicional nome de pilotagem.*

(Pilotagem. Instruções sôbre os deveres do encarregado de pilotagem. Publicação da Escola Naval. Lisboa, 1929, pag. 3).

É esta a epigrafe com que o Comandante Fontoura abre êste capítulo da sua *Marinharia*.

É o fecho da obra e magistral lição do professor Fontoura, sôbre a arte de

navegar na grandiosa época dos Descobrimentos, tal qual as fazia na Escola Naval, tratando-se da navegação moderna.

Nada lhe falta!

*Os preparativos da viagem.*

*A viagem com a sua navegação estimada e a navegação por alturas, como se dizia então.*

O tradicional ponto do meio dia já se fazia na nossa marinha doutrora, utilizando o sol, de mais precisa observação, *considerando-se o mais exacto.*

Como meios de atenuar o desconhecimento da longitude exacta, aproveitavam os nautas de então o *nordestear* e o *noroestear da agulha*, permitindo-lhes êsse conhecimento avaliar com mais aproximação, a *distância do navio a costas conhecidas.*

Como finalidade da pilotagem vem o parágrafo das aterragens, isto é, o encontrar a terra, demandada do largo.

É muito curiosa e interessante, especialmente para o oficial de marinha esta última descrição da parte de navegação da *Marinharia*, ajuizando-se da dificuldade que tinham os navegadores de então em aportar a uma ilha isolada nos oceanos, ou em reconhecer e identificar uma costa.

Sobre o *governo dos homens do leme*, o Comandante Fontoura transcreve a opinião insuspeita do inglês *Richard Howkins* (1622) sobre o governo dos navios espanhóis e portugueses do século XVII, que aqui também se deixa registada:

*«Nesta questão do governo, os espanhóis e os portugueses, excedem de facto tudo o que eu tenho visto; refiro-me ao cuidado que tomam, no que é essencial em navegação.*

*E eu gostaria que nisto e em todos os seus trabalhos de disciplina e reforma, seguissemos os seus exemplos. Em cada navio de importância, no convés de meia nau ou no tombadilho, têm êles uma cadeira ou um assento, do qual, enquanto navegam, o piloto ou os seus ajudantes, nunca deixam, de dia ou de noite, de estar à vista da agulha, e têm outra diante dêles por onde vêem o que fazem e são sempre testemunhas do bom ou mau governo de todos os homens do leme.»*

A esta nota diz o Comandante Fontoura:

*Interessante juízo sobre a forma por que os precursores do oficial de quarto já vigiavam o governo dos nossos marinheiros do leme; governo que, nas aterragens junto das costas e com mau tempo, atingia uma importância máxima.*

Ficou descrita a traços largos a importante obra do Comandante Fontoura

da Costa «A Marinharia dos Descobrimentos», e por êste simples resumo não se pode fazer idea completa do seu alcance.

O seu autor, espirito continuamente insatisfeito, não deixará de, em trabalhos subseqüentes, detalhar e esclarecer os pontos mais interessantes da sua obra. O crítico desta crónica faz votos, por que o seu antigo mestre tenha vida dilatada, para a poder completar com uma documentação completa e constituir o pedestal que virá a ser coroado com o manumento que agora se aprecia.

Como fecho da obra, o Comandante Fontoura apresenta um conjunto de conclusões que compilam os princípios, processos, instrumentos, experiências, soluções, etc., que, exclusivamente obra dos portugueses, permitiram a realização da grande epopeia marítima dos séculos XV a XVII.

É a êste resumo que se pode chamar:

*A prioridade dos trabalhos dos portugueses nos descobrimentos marítimos.*

O trabalho do Comandante Fontoura, será mais uma das grandes pedras, a aumentar a ciclópica pirâmide dessa já indiscutivelmente fundamentada prioridade, que a cegueira alheia pode não querer vêr, mas... não pode fazer desaparecer.

## CONCLUSÕES

«...c'est tout d'abord en Portugal que l'on posa les problèmes d'astronomie nautique et que leur solution fut trouvée...»

(Joaquim Bensaúde, Introduction à l'édition fac-similé du Regimento do Estrolábio e do Quadrante. Munich, 1915, pág. 17).

Evidenciámos nos capítulos anteriores a forma, teórica e prática, por que os astrólogos e os mareantes portugueses criaram a *marinharia*, elevando-a seguidamente a uma incipiente ciência, que os estrangeiros sòmente depois desenvolveram até atingir a ultra-perfeição actual.

Foram principalmente os progressos lusos de navegação que permitiram os grandes descobrimentos, com tôdas as suas consequências politico-sociais.

Concretizemos o que se deve aos portugueses na *marinharia* e sua evolução para a ciência náutica, cujos princípios ainda souberam fornecer:

### 1.º — OS INSTRUMENTOS DE OBSERVAÇÃO

- a) — A adaptação do astrolábio e do quadrante ao uso náutico e a sua introdução a bordo.
- b) — A idea fundamental do actual nónio (Pedro Nunes).

## 2.º — OS ASTROS

- a) — A adaptação para o uso a bordo e a formulação dos respectivos Regimentos das horas da noite e da altura do polo pelo norte (polar).
- b) — A adaptação marítima e a respectiva formulação de vários Regimentos, evolutivamente aperfeiçoados, da altura do polo pelo sol.
- c) — A confecção da primeira tábua solar única, deduzida de tábuas ignoradas; e da segunda, calculada pelas astronómicas do Almanach perpetuum de Zacuto.
- d) — A organização das primeiras tábuas solares quadrienais, para 1497-1500 (viagens do Gama e de Cabral), também deduzidas das de Zacuto.
- e) — A confecção das segundas tábuas solares quadrienais, para 1517-1520, deduzidas das de Zacuto por Gaspar Nicolas.
- f) — O reconhecimento, o isolamento e a denominação da constelação austral Cruzeiro do Sul e a organização dos seus Regimentos.
- g) — A formulação dos Regimentos da altura do polo pelas meridianas de várias estrêlas, cuja identificação acharam.

## 3.º — A AGULHA DE MAREAR

- a) — O aperfeiçoamento da sua instalação e a adopção da suspensão de balança, anteriormente à Cardan.
- b) — A realização prática da primeira agulha de marear.
- c) — A adopção dos termos nordestear e noroestear, como expressões bem definidas do valor e sentido (E ou W) da futura variação da agulha.
- d) — A indicação e a utilização dos processos práticos para o cálculo do nordestear e do noroestear da agulha, pelo norte (polar), pelo sol e pelo sul.
- e) — O cálculo da primeira tábua das amplitudes do sol (Lavanha, 1600) e a sua simplificação e aperfeiçoamento (Manuel de Figueiredo, 1608) tal como ainda hoje se usa.
- f) — A invenção do fantástico, mas discutidíssimo, processo do cálculo da altura de leste-oeste (longitude) pela variação da agulha. E, como útil consequência, o primeiro esboço duma carta de isogonas (Cristóvão Bruno).
- g) — O primeiro reconhecimento e registo do desvio da agulha e da atracção local (D. João de Castro, 1538).

#### 4.º — AS CARTAS DE MAREAR

- a) — A transformação das cartas rectangulares em cartas quadradas.
- b) — A adopção do grau (equatorial) de  $16^{2/3}$  léguas e, depois, de  $17^{1/2}$  após o reconhecimento prático da pequenez do primeiro valor.
- c) — A adopção e a utilização, nas cartas quadradas, de um ou mais meridianos e do equador, graduados.
- d) — O reconhecimento e a enunciação dos defeitos das cartas quadradas (Pedro Nunes).
- e) — A idealização e o estudo da linha do rumo — loxodromia — com a sua principal característica e o seu traçado em globos (Pedro Nunes).
- f) — A idea noniana da transformação das cartas quadradas em cartas reduzidas, com uma escala constante para os meridianos e as dos paralelos proporcionais a «sec. Lat. média».
- g) — A invenção dos troncos particulares das léguas (Lavanha, 1600), para uso nas cartas quadradas, destinados a atenuar os reconhecidos defeitos destas cartas.

#### 5.º — OS ROTEIROS

- a) — A organização evolutiva de minuciosos Roteiros, que foram vantajosamente adoptados (e alguns reproduzidos textualmente) por tôdas as marinhas europeias.
- b) — A literatura roteirista portuguesa constitui um monumento nacional, que nação alguma possui.

#### 6.º — A PILOTAGEM

- a) — A invenção dos vários processos de pilotagem, os quais foram universalmente usados até quâsi ao fim do século XVI, continuando ainda alguns a ser empregados durante grande parte do de seiscentos.
- b) — O reconhecimento das costas descobertas e das visitadas, o qual permitiu a rápida evolução da sua cartografia.

\* \* \*

Para se fazer uma pálida idea do que foi o esforço dos portugueses no desvendar o conhecimento do mundo, reproduz-se aqui uma figura da «*Marinha dos descobrimentos*» onde se mostra a evolução da cartografia africana.

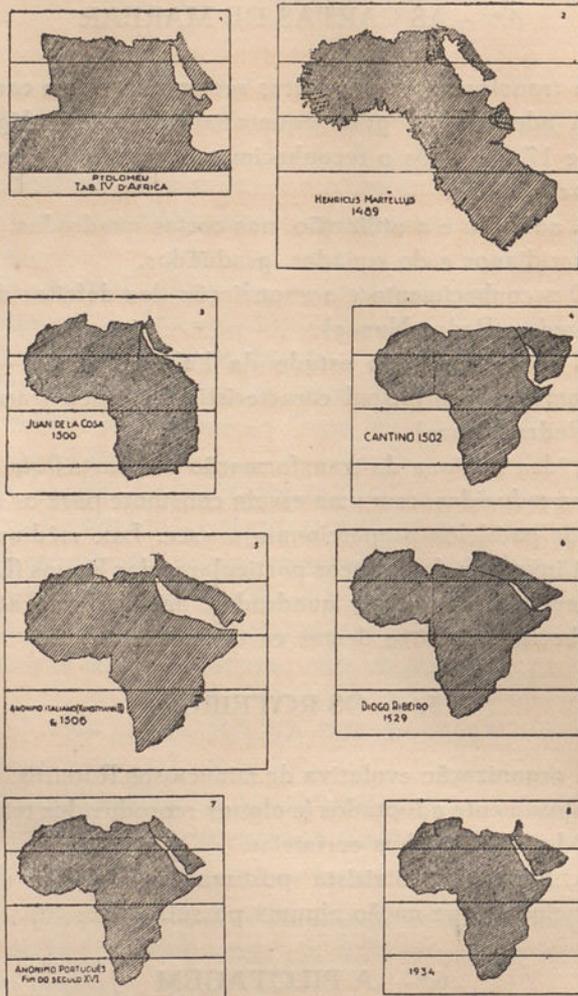


FIGURA 137

A evolução cartográfica do continente africano com os descobrimentos portugueses (cartas planas quadradas.)

- 1 — Ptolomeu — *Tabula IV d'Africa* (Século II).
- 2 — Henricus Martellus Germanus — Da *Carta* executada em 1489, após os descobrimentos de Bartolomeu Dias até ao Rio do Infante. O original faz parte do *Códice Ms. do British Museum*, denominado *Insularium illustratum* (Add. Ms. 15.760). Foi reproduzida em *fac-simile* pelo conde de Lavradio (Londres 1553), Nordenskiöld (*Periplus*, 1997) e M. Charles de La Roncière (1925).
- 3 — Juan de La Cosa — Piloto que acompanhou Cristóvão Colombo na sua segunda viagem (1493-1496) e Alonso de Hojeda (1499-1500). A sua *carta* foi executada no regresso desta última viagem. O original é pertença do Museu Naval de Madrid. Foi reproduzida em *fac-simile* no *atlas* do Visconde de Santarém e em outras publicações.
- 4 — Alberto Cantino — *Carta* executada em Lisboa, no ano de 1502, por cartógrafos portugueses. O original encontra-se na Biblioteca Estadocense de Mo-

dena. Foi reproduzido em fotografias por Stevenson (1906).

5 — Kunsmann II — *Carta* de um anónimo italiano c. 1506. O original pertence à Biblioteca do Estado Maior, em Munich. A parte americana foi reproduzida em cromolitografia por Kunsmann e na íntegra, em fotografias, por Stevenson.

6 — Diogo Ribeiro — Cartógrafo português ao serviço da Espanha, onde desenhou a sua *carta* em 1529. O original pertence à Biblioteca do Vaticano. Foi reproduzida em *fac-simile* no *atlas* do Visconde de Santarém e por Nordenskiöld (*Periplus*, 1897).

7 — Anónimo português do fim do século XVI — O original pertence à Real Biblioteca Vallicelliana de Roma. Foi reproduzida em *fac-simile* por G. Caraci (Florença, 1927).

8 — *Carta actual* (1934).  
(As *cartas* foram amavelmente reduzidas à mesma escala pelo comandante Américo Tomaz).

Por ela se vê que 50 anos de trabalhos dos portugueses bastaram, para trazer a forma impossível da África ao seu quási completo e exacto conhecimento.

\* \* \*

A admiração e a amizade que consagramos ao nosso querido mestre Fontoura, não cegaram nossa vista, ao avaliarmos esta última revelação das aptidões da sua erudição.

A apreciação que ousámos registar na nossa memória não teria valor, se ela não fôsse o eco unísono de um brado de admiração geral.

A veneranda «Academia das Ciências de Lisboa» não resistiu ao imperioso dever de chamar para o seu seio tão aristocrático espírito como é o do Comandante Fontoura.

A finura do seu trato, a generosidade dos seus sentimentos, o romanesco das suas ideas, o brilhantismo da sua inteligência, a vastidão da sua cultura, são atributos de um carácter, que honrarão sobremaneira essa douta agremiação.

Lisboa, Novembro de 1935.





# VIDA COLONIAL

## Actualidade Colonial

POR JOÃO PINHEIRO

Depois de proclamada pela Itália a necessidade da sua expansão demográfica, para justificar a conquista da Etiópia, surge de novo o mesmo problema em relação à Alemanha, alegando Hitler a mesma necessidade e ainda a insuficiência de matérias primas de que carece a sua indústria.

Embora discordando dos meios violentos empregados por Mussolini para a satisfação do seu desejo, reconheceu o governo inglês a legitimidade das suas aspirações. ¿Tendo a Itália, com menor número de habitantes do que a Alemanha e uma densidade de população inferior, vastíssimos territórios coloniais, que irá responder a Inglaterra quando a questão já anunciada por Hitler fôr posta claramente no tabuleiro internacional?

A característica da política do chefe do governo alemão consiste em colocar o mundo perante factos consumados. Assim procedeu no que diz respeito ao rearmamento da Alemanha e à militarização da Renânia, sabendo muito bem que a Europa não quer a guerra e contando que tudo fará para a evitar. Mas para a aquisição de colónias é necessário o concurso de terceiros e, para o conseguir, deve munir-se, previamente, de poderosos argumentos.

O direito de preferência em relação à Itália será um deles. Hoare e Eden, admitindo a possibilidade de melhor justiça na distribuição de matérias primas, abriram o caminho, tendo de julgar-se aquela expressão, não no seu sentido literal, porque como diz J. Gignoux, trata-se «não da posse de matérias primas, mas sim da dos territórios que as produzem». Doutra maneira nem a Alemanha nem qualquer outro país precisam de licença de ninguém para obter as matérias primas para as suas indústrias, sabendo-se que a produção daquelas excede as necessidades mundiais.

Surge agora a pergunta importuna: ¿onde irão buscar-se êsses territórios? Lloyd George, num estranho «à vontade», que nem as suas responsabili-

dades nem os seus cabelos brancos desculpam, aconselha na Câmara dos Deputados, na sessão de 5 de Fevereiro, que os apetites coloniais alemães se satisfaçam à custa das colónias holandesas, belgas e portuguesas. Já em Novembro do ano passado, o arcebispo católico Mgr. Hinsby escrevia ao «Times», para sossegar a sua pacífica consciência, lembrando que a bem da paz se sacrificassem as colónias belgas e portuguesas. E para justificar a sua espontânea interferência, esclarecia que os territórios das colónias destes dois países são muitas vezes superiores aos das respectivas metrópoles. O reverendo tem apenas esta razão geográfica que, a ser procedente, deveria aplicar primeiramente à Inglaterra, inferior 146 vezes ao seu domínio colonial, desproporção incomparavelmente superior à dos países e das colónias indicadas.

Certamente o beatífico príncipe da igreja não deixaria de aproveitar-se de um sono reparador em prêmio da sua generosa sugestão.

\* \* \*

Antes de continuar as minhas considerações sobre o actual momento colonial julgo oportuno comentar as palavras do antigo primeiro ministro inglês.

Quanto às colónias holandesas pode assegurar-se Lloyd George de que elas nunca irão parar ao domínio da Alemanha ou da Itália porque o Japão prefere um vizinho pacífico e trabalhador a outro truculento e perigoso. Além disso o Japão respeita e teme a solidariedade anglo-franco-holandesa na defesa comum das Índias, mas já não sucederia a mesma coisa no dia em que essa coincidência de interesses se rompesse em proveito de um estrangeiro. Tanto êle como o famoso arcebispo tinham obrigação de conhecer a história da Alemanha e da Itália como nações coloniais. Para a documentar bastaria saber que na véspera da eclosão da grande guerra, em 1914, havia mais alemães em Paris do que os residentes nas suas colónias e, neste momento, há mais italianos em qualquer das grandes capitais da Europa e da América do que os espalhados pelas suas colónias de África, excluídos os combatentes da Etiópia. Fêz, é certo, a Itália, um grande esforço colonizador na Tripolitânia, transformando uma grande parte do deserto e instalando ali 1.500 famílias italianas, mas dos 900.000 hectares postos à disposição da Comissão Colonizadora na Cirenaica, de clima europeu e de rara fertilidade, e cujo aproveitamento devia ser financiado por instituições de crédito, ainda não foi aproveitada coisa que se visse, pela iniciativa particular a que eram destinados.

Portugueses e espanhóis herdaram o sangue aventureiro dos primeiros navegadores do Mediterrâneo e do Atlântico, e foi o espírito da aventura a primeira determinante que os levou por esse mundo fora, arrostando todos os perigos e suportando todos os sacrifícios, deixando por toda a parte imortais padrões do seu gênio criador. E das campinas selvagens fizeram brotar novas nações, filhas do seu esforço e da sua raça. A juntar a tudo isto podem

Sir Lloyd George e o arcebispo anotar o seguinte: nem Portugal nem a Espanha tinham necessidades demográficas de expansão, cabiam, perfeitamente, na sua terra onde, depois disto, se multiplicaram.

Alemães e italianos preferem núcleos de população já formados que lhes dêem a segurança de clientes para as suas explorações comerciais, mas nunca os souberam edificar. Que os italianos não fundem cidades brancas na Eritreia e na Somália, de clima hostil, compreende-se — os portugueses edificaram-nas na zona tropical — mas que conservem a Líbia com uma densidade de população inferior a 0,5 habitante por quilómetro quadrado, e inferior a um habitante, excluído o deserto, só se compreende concluindo-se que não são colonizadores. ¿Se as suas colónias lhes sobram para que querem as dos outros? ¿Se os alemães têm facilidade de adquirir as matérias primas precisas às suas indústrias, e facilidade de se expandir pelos territórios metropolitanos e coloniais dos outros povos, para que desejam na sua posse colónias que, está provado, não povoam também?

Resumirei a reacção provocada pelas palavras levianas do político inglês.

\* \* \*

Sentiu-se profundamente a Bélgica, e a sua imprensa traduziu, unânime-mente, a repulsa pela atitude de Lloyd George. O comentário mais incisivo foi feito pelo jornal «L'Avenir Belge», de 8 de Fevereiro, nos seguintes termos: «Se os belgas e os holandeses admitiram que a fronteira militar da Inglaterra estava no Reno, não estão dispostos a permitir que os despojem do seu domínio colonial em recompensa da sua missão de cobertura de segurança».

Já em Setembro do ano passado, em resposta às declarações de von Ribbentrop reclamando as antigas colónias alemãs, pura e simplesmente, a imprensa belga repeliu a possibilidade de restituir Ruanda Urundi, enumerando os sacrifícios de sangue e de dinheiro que esta colónia custou à Bélgica, provocada e invadida.

O rosário é tremendo: mortos 257 oficiais e sub-oficiais belgas, 2.500 sub-oficiais e soldados congolezes e 20.000 carregadores, não incluídos os feridos, os doentes e os inválidos.

Também como reacção à ambição alemã, a Câmara de Comércio de Pretória votou em 22 de Agosto a seguinte moção: «Os nossos interesses estão unidos aos dos Estados africanos mais fracos que nós, e não podemos permitir, sem jogar a nossa própria existência, que sejam anexados por uma potência de primeira ordem. Pela mesma razão não consentiremos que tenham êsse destino os territórios sob mandato. A nossa divisa deve ser: É proibido tocar em África».

O «Star», o grande jornal de Johannesburg, comenta nos números de 4 e 6 de Janeiro, com aspereza, as declarações feitas no parlamento inglês:

«Dir-se-ia que um novo estado de espírito se está desenvolvendo na Inglaterra. As pessoas que o têm consideram as colónias como um fardo e não concedem a sua confiança aos britânicos estabelecidos nelas. Tenho ouvido ingleses, mesmo em África, que, ignorantes ou esquecidos da história, acreditam que a Alemanha tem direito de reaver as suas colónias. Puro sentimentalismo. Pela sua conduta, pelo tratamento dispensado aos indígenas, antes e durante a guerra, perdeu inteiramente êsse direito. Nenhum povo, a não ser o sul-africano, tem autoridade para dizer a última palavra a êste respeito. Os sul-africanos derramaram ondas de sangue e gastaram o seu ouro com o fim altruista de conquistar êste território para o Império. Encontramos numerosos túmulos espalhados por tōda a parte».

É sempre neste tom que a imprensa sul-africana repele tōdas as palavras e tōdas as negociações que conduzam a entregar uma parte dos territórios de África, seja qual fôr, à Alemanha. É que a recordação dos acontecimentos dolorosos passados há apenas duas dezenas de anos, está ainda viva na consciência e na saudade de todos aqueles que foram autores ou testemunhas da tragédia que ensangüentou o mundo. Se alguns perderam a memória, não é justo nem é humano que lhes seja consentido, esquecidos os mortos, que preparem mais alguns milhões de sepulturas para os vivos.

\* \* \*

¿Qual será a razão desta brotoeja colonialista que atacou, ultimamente, determinados governantes?

Já escrevi nesta Revista que um governador colonial francês, a um inquérito sōbre os produtos coloniais aconselháveis a cultivar, respondeu que era o homem o principal.

Reste, o actual governador geral do Congo francês, recebido no princípio dêste ano pela Academia das Ciências Coloniais, desenhou o seu programa de govêrno, todo consagrado àquele fim, pelas condições de assistência, de higiene, de ensino e de trabalho, que vai criar e desenvolver na nova colónia sob o seu govêrno, e já tinha criado e desenvolvido na Costa do Marfim, onde esteve.

Ora o homem, na actual orgânica económica criada pela crise, se constitui um elemento de prosperidade como consumidor, é uma unidade prejudicial como produtor, e, regra geral, não pode atribuir-se a primeira qualidade se não tiver o segundo defeito. Ou virá agravar a defeituosa mecânica da produção e do consumo ou irá engrossar o número crescente de desempregados.

¿Para que cultivar então o homem?

G. Mornet em um artigo publicado em «Le Monde Colonial Illustré» divide os desempregados em dois grupos. No primeiro inclui os desempregados da produção (operários de indústria, de edificações, mineiros, pescadores, etc.).

No segundo compreende os que prestam serviços (empregados de comércio, bancários, profissões liberais, etc), e conclui que uma medida económica que fizesse desaparecer os desempregados do primeiro grupo, acarretaria, automaticamente, a extinção ou, pelo menos, o desaparecimento de uma grande parte dos do segundo. Para isso aconselha que as despesas feitas em obras públicas na metrópole, no intuito de ocupar grande número de braços, se desviem para as colónias onde a sua eficiência será maior e com mais vasta projecção no futuro. As obras públicas na metrópole são em grande parte duplicações ou acrescentamentos, e, quando não são uma coisa ou outra, aumentam progressivamente o ritmo da produção preparando o agravamento da situação actual. Nas regiões deshabitadas das colónias criariam uma vida nova, florescente e autónoma, atraindo novas gentes, organizando novos métodos de trabalho em crescente prosperidade. «É pois, diz, na execução deste programa que podemos encontrar, com maior segurança e mais eficazmente, um remédio para a crise metropolitana.

Baseando-se nesta doutrina, a Conferência Económica da França Metropolitana e de Além-mar, organizou um programa de trabalhos a fazer nas colónias. Para começar resolveu pedir ao govêrno um subsídio anual de 150 milhões de francos, deduzidos dos 4 biliões votados para obras na metrópole, convencida de que o êxito desta iniciativa forçará o govêrno a aumentar êsse subsídio, sem prejudicar o orçamento geral de Estado, por isso que êle se irá buscar à importância consignada para o mesmo fim na metrópole.

\* \* \*

A conjugação da obra de Reste e da doutrina de Mornet, se não é o produto de uma robusta inteligência colectiva, é, pelo menos, o reflexo de um grande instinto criador.

Tornando-se cada vez mais difícil o entendimento geral para extinguir a crise que aflige a Humanidade, a Europa suportando o pêso maior do sofrimento, ferida em cada dia, mais insistentemente, pelo «dumping» amarelo, na sua força produtora, será coagida, mais tarde ou mais cedo, a servir-se das mesmas armas para sua defesa. Transportará então para os territórios das matérias primas a sua engrenagem industrial, aproveitando-se da mão de obra indígena, em melhores circunstâncias de preço.

Se êsses territórios estiverem já suficientemente preparados para receberem esta radical transformação, diminuirá consideravelmente o esforço que tiver de fazer-se.

Novos problemas surgirão então, mas o homem está condenado a uma luta perpétua e incessante na defesa da própria vida, já que não soube organizar em comum as fáceis condições da sua felicidade.

Presentiriam êste resultado o governador colonial citado, quando se

esmera na conservação e desenvolvimento dos indígenas sob a sua direcção, e o escritor transcrito, quando defende a necessidade de acelerar as possibilidades económicas das colónias de preferência ao melhoramento material das metrópoles?

Certamente isto não passou pela cabeça de Hitler, porque esta concepção contraria as suas tendências aristocráticas e a sua doutrina e conceitos de raças privilegiadas. E são essa doutrina e êsses conceitos forte oposição às suas ambições coloniais. Pretende conservar intacta a pureza da raça alemã, defendendo-a do contacto de outras raças suspeitas, e quer misturá-la com os negros, com perigo de a conspurcar?!

Em certas zonas equatoriais, hostis à formação de núcleos importantes de população branca, o instinto colonizador dos portugueses condú-los a contribuir com o seu sangue para base de novas nacionalidades. Julgando-os com intuitos pejorativos, os alemães fizeram correr mundo à conhecida frase: «Deus fêz os brancos e os pretos, e os portugueses fizeram os mulatos».

É para agradecer o terem-nos, ao menos, reconhecido uma faculdade criadora.

Por sua vez, êles cruzavam cavalos e burros com zêbras, em Dar-es-Salam, para juntar à domesticidade dos primeiros a resistência das últimas, na intenção de aproveitar os híbridos em transportes de guerra em África.

No nosso caso predomina o instinto de propagação da espécie, no caso dêles o da destruição. E nós não inventamos qualquer frase para os definir.



# VIDA INTERNACIONAL

## CONSIDERAÇÕES SÔBRE A GUERRA

POR NUNO RODRIGUES DOS SANTOS

### II

#### CAUSAS DO FENÔMENO

##### § 1.º — *Introdução*

Mas porquê? — a eterna incompatibilidade entre aglomerados duma mesma espécie.

Compreende-se: o primitivo é o observador apavorado dum Universo em penosa construção. Tudo em seu redor — é luta esforçada e cruenta. A clareza do dia parece bater-se com a treva da noite; à imobilidade rígida das árvores opõe-se a agitação cruel dos ventos; sôbre a rocha dura tombam, raivosamente coléricas, águas perfuradoras; os animais, perseguem-se, entre si, forçados pela Natureza a alimentarem a vida própria com o sacrifício de vidas alheias (1). É neste ambiente trágico, de guerra e de luta, que o Homem se começa formando. Um egoísmo profundo, uma desconfiança permanente, uma crueldade sem limites norteiam a sua instintiva conduta. A fêmea é-lhe necessária e aos filhos prende-o um sentimento estranho de origem ancestral. Para além daqueles entes — tudo o mais é perigoso desconhecido. Em princípio os seus músculos e a capacidade inventiva da sua embrionária inteligência só procuram espalhar, para além do seu reduzido grupo — a destruição e a morte. Mas o inimigo mais poderoso e mais tenaz é a fera de garra adunca e de voracidade inextinguível. Ela assalta-o e persegue-o sem descanso: perturba-lhe o sono, dificulta-lhe a vida. O Homem sente-se isolado e fraco, ante perigos tão sérios e tão frequentes. A União impõe-se — e fomenta-a o próprio instinto

---

(1) Segundo Nadaillac, citado pelo Prof. Angelo Vacaro no livro «Luta pela Vida», «não há raça alguma, povo algum digno de consideração, grupo geográfico importante da Humanidade que não tenha praticado a antropofagia e os sacrifícios humanos».

de conservação. Estabelece-se a primeira aproximação sólida e estreita. E com ela o perigo reduz-se ou desaparece.

¿O que provoca as hostilidades entre os novos grupos? ¿E o que é que os leva a novas fusões? Aquelas brotam, ainda, irresistivelmente, da desconfiança geral (2), dos costumes antropofágicos, do hábito adquirido. Duma maneira geral pode dizer-se que a Guerra é, ainda, um produto exclusivo de fortíssimas necessidades biológicas. As espécies entrechocam-se violentamente no jôgo complexo da selecção — e os termos e as fases dêsse jôgo vão reflectir-se e prolongar-se no processo evolutivo de cada espécie. Mas o primeiro ensaio de expansão frutifica — aumentando a segurança colectiva, o rendimento do trabalho em progressiva divisão, o bem-estar geral — e sôbre essa verificação assentam novas, repetidas tentativas expansionistas.

Além disso, o frágil corpo de concepções religiosas que — sob influência, sobretudo, do *Mêdo* (3) — o Homem havia criado no ambiente familiar começa ganhando um certo carácter objectivo ao ter de harmonizar-se com os sistemas idênticos das famílias aproximadas. São, digamo-lo, as primeiras normas de conduta e as primeiras limitações artificiais da vontade que surgem à consciência tímida do racional.

A evolução continua. Constituem-se as Tribus. Umas, tomadas de hábitos mais relativamente pacíficos e sedentários, fixam-se geogràficamente, no gôzo de regiões férteis; outras, mais vibrantes e menos favorecidas pelo meio, entregam-se ao nomadismo.

As causas do fenómeno começarão, de ora em diante, a variar, com frequência, no tempo e no espaço. Ainda predominam os sentimentos da época anteriormente vivida (a desconfiança, o egoísmo, a crueldade) mas nota-se já um evidente melhoramento resultante do êxito das aproximações realizadas. Quere dizer: aqueles sentimentos entram de ganhar um certo carácter colectivo; acompanham a evolução social, transferindo-se do fôro afectivo do indivíduo para o da família e do desta para o do grupo que se lhe siga. A convivência humana não vigora, apenas, sôbre as bases do sangue e de necessidades psicológicas; assenta já em necessidades externas reconhecidas pela razão. Agora os grupos estáticos defenderão o património comum (a região habitada e o mais que nela haja) — das pilhagens e conquistas dos grupos errantes; o prestígio dos seus usos e costumes — das violações e desrespeitos das Tribus inimigas. Amplifica-se, pois, o número dos factores guerreiros. Além disso, com a formação dos primeiros grupos acode a necessidade premente do Direito — conjunto

---

(2) Segundo Ortega y Gasset, cremos que nos folhetins de «El Sol», «Que es el conocimiento» — o *apêrto de mão* e a *saudação romana* ainda usada hoje, explicam-se com o facto dos primitivos, ao encontrarem-se, costumarem mostrar-se mutuamente as mãos nuas e desarmadas.

(3) «Sistema dos Mythos» Oliveira Martins.

de normas reguladoras das relações sociais; não já imposições morais ou religiosas, mas autênticas imposições jurídicas, revestidas, por isso, dum mínimo de carácter coactivo — proveniente da reacção organizada da colectividade. Mas o grupo na sua função zeladora do Direito — não age, apenas, dentro de si próprio; a sua actividade judicial exercendo-se sobre os seus componentes vai, muitas vezes, atingir os componentes de grupos alheios. E porque o rudimentar Direito vigente tem exclusivo carácter local — o grupo ferido encontra, para a sua iniciativa repressora, a opposição e a resistência do grupo a que pertence o considerado criminoso. Ora isto, que se foi verificando com as famílias até à organização do primeiro Direito Penal, ditado e aplicado pela primeira entidade oficial que se revestiu de poderes políticos — continuou notando-se, depois, com mais amplos agregados (4). E daí novos motivos bélicos muito graves. Mas a evolução social continua. A similitude de caracteres aproxima os grupos mais vastos (as Tribus) que, naturalmente, pela procriação, tendem, também, a alargar-se no número dos componentes e na extensão dos domínios ocupados. É a cidade que vai nascendo com aspectos políticos, económicos e religiosos.

Em cada região os grupos estabelecidos ganham uma maneira de ser directamente imposta, por um lado, pelos acontecimentos da evolução sofrida (influências ancestrais) e, por outro lado, pelas influências ambientes (o clima, a alimentação, a actividade económica, etc.). A pouco e pouco vai-se dando a relação dos grupos fixados em regiões fechadas por fronteiras geográficas quasi intransponíveis (montanhas, mares, florestas virgens, etc.). E quando a curiosidade, o acaso ou as necessidades expansionistas de cada aglomerado, levam elementos seus a devassar regiões afastadas — um novo factor de guerras irrompe violentamente: é o sentimento da raça. Verificam-se diferenças fundamentais entre os homens de aqui e os homens de além — na língua falada, na cor da pele, no tamanho e forma do corpo — para não nos referirmos já aos costumes, ao progresso material, ao grau de civilização de cada conjunto humano. Estamos — pode dizer-se — no momento crítico em que se revelam e concertam os elementos necessários à lenta constituição futura das Nações.

Paremos aqui.

## § 2.º — *O individuo e os grupos ante o Direito*

No ligeiro e apressado escôrço histórico que viemos traçando no capítulo

---

(4) Ainda hoje se reconhece facilmente, no fundo de muitos conflitos internacionais, uma projecção amplificada deste velhíssimo fenómeno: o grupo nacional em armas — na ciosa defesa da sua soberania desrespeitada, ou intimamente solidarizado com o componente que se julga ferido nos seus legítimos interesses pela acção dum componente qualquer doutro grupo semelhante.

anterior deixámos suficientemente vincada uma idea que reputamos fundamental: a idea de que existe latente no Homem uma profunda predisposição guerreira. Herdou-a êle das espécies inferiores que precederam e geraram a sua; desenvolveu-a êle durante os primeiros séculos da sua longa e atribulada existência em obediência às imposições dos seus instintos e por força de circunstâncias ambientes. A tendência guerreira ficou-lhe, assim, — digamos — impregnada na célula. Depois — não deixou mais de a cultivar. Até ao advento da Revolução Francesa — as élites nacionais eram constituídas por guerreiros. As classes superiores só se ocupavam com a Guerra. A conquista do Poder pela burguezia veio atenuar — mas não banir — êste estado de coisas. No entanto, povos há, ainda (a Alemanha prussificada, o Japão renascido, a Itália moderna) em que o vício permanece inalterável na mentalidade popular.

Lenta e demorada foi a elaboração dos princípios destinados a dominarem e condicionarem esta tendência nata do buliçoso bípede; vagarosa e irregular foi a construção do Direito. Com êle — as condutas individuais limitam-se; continuam isentos de tais limitações os grandes procedimentos colectivos. A Sociedade (pequena ou grande), desde que organizada politicamente — está apta a opor-se aos desmandos e abusos de cada um dos seus componentes. No quadro, porém, das relações sociais mais vastas, inter-grupos, ela não passa dum dos elementos que não encontram uma organização superior capaz de refrear os seus apetites excessivos e de castigar os seus atentados à integridade dos elementos congêneres.

Como veremos mais adiante, cada grupo que se forma cria, desde logo, uma vida especial, independente sob inúmeros aspectos das vidas dos indivíduos que o formam e quasi antagonica das vidas dos grupos semelhantes. O grupo na sua lenta evolução histórica, organiza um corpo de sentimentos, gera um quadro de interesses e fomenta um jôgo de usos e costumes — que lhe são absolutamente próprios e que constituem aquilo que Gustavo Le Bon chamava a *alma colectiva* (a «alma da espécie», a «alma da raça», a «alma nacional», etc.) (5). Cada vida colectiva destas, origina, nos seus viventes, uma lógica especial ou seja, uma maneira particular de encarar e compreender os factos. Os grupos não se compreenderão, portanto, facilmente. É o contraste resultante das suas diversas maneiras de ser, apoiado na inexistência de qualquer força que superiormente se lhes imponha — arrasta-os, naturalmente, à prática de actos guerreiros.

O indivíduo — embora vítima, ainda, das solicitações violentistas dos seus instintos — raramente ousa recorrer à sua força física, para dirimir — à margem das leis e das organizações mantenedoras delas — as suas questões. O mesmo, porém, não acontece com maiores agrupamentos — cujo poder guer-

---

(5) Gustavo Le Bon: «Lois Psychologiques de l'évolution des peuples».

reio efectivo, aquilatável pela sua unidade e coesão, lhes garante uma liberdade destituída de limites jurídicos. ¿Mas qualquer agrupamento está nestas condições? Evidentemente que não! A Família, por exemplo — já pelo destino pacífico que os hábitos e as circunstâncias lhe impuseram, já pela sua subordinação às organizações jurídicas da Cidade ou do Estado — não se encontra, hoje, nas suas antigas condições de agente guerreiro. É uma célula social minúscula, sob certos aspectos tão perfeitamente sujeita e integrada na Ordem Jurídica como o próprio indivíduo. Quere isto dizer, portanto, que o sentimento familiar — certamente, ainda, um dos mais poderosos da alma humana — tem perdido, através dos tempos, muito da sua primitiva agressividade. Racionalizou-se, humanizou-se; e pode e deve atribuir-se êste fenómeno a uma notável vitória das ideas individualistas. Foram elas, realmente, que quebraram à instituição familiar, a rigidez dos seus velhos moldes; foram elas que a tornaram arejada e aberta; foram elas, enfim, que limitaram tōda a acção social da Família à dupla função procriadora e educativa. É assim que a Família, em nossos dias, permanece sólida e íntegra — mas destituída da disciplina interna e do poder ofensivo que lhe permitiam outrora acções efectivas de character bélico.

O que acontece com a Família — já se verifica, também, nos grupos intermédios que vão daquele até ao Estado moderno: a aldeia, a cidade, a provincia. Sōbre tōdas elas pesa a entidade suprema detentora da Soberania ou Poder Político, que dispõe dos meios mais adequados (exército, política, tribunais) para impedir desrespeitos ou violações da ordem interna. Quere-se dizer: sob o ponto de vista sentimental — e desenvolveremos esta tese mais adiante — a evolução histórica realizou-se no sentido de ir transferindo a capacidade bélica dos grupos para os conjuntos sucessivamente formados. Quando um grupo se alarga — verifica-se, pois, um fenómeno: é a passagem das suas duas forças — primeiro, a psíquica, depois, a material — para o serviço do grupo mais vasto constituído. Assim se foram subtilmente tecendo, no convívio humano, os laços sentimentais com raiz no parentesco, no conregionalismo, na concidadania, e, hoje, no compatriotismo. E assim se foi transferindo sob os impulsos do Direito, por sua vez empurrado pela evolução social — a potência bélica, dos grupos menores para os maiores, até quedar, em nossos dias, exclusivamente nas mãos fortes e perigosas do Estado.

### § 3.º — *Questão prévia*

Para que se possa construir, com relativa segurança, uma classificação dos factores bélicos, importa responder prèviamente a uma questão de alto interêsse. Assim, pergunta-se: ¿constitui a Guerra um fenómeno social, resultante das actividades humanas normalmente exercidas — ou tem, pelo contrário, o carácter dum fenómeno natural, sujeito a leis mal conhecidas, como as que presidem aos cataclismos cósmicos, certas erupções vulcânicas, tremores de

terra ou convulsões siderais? Por outras palavras, em demanda de maior clareza: resulta a Guerra da acção e da conduta dos homens (das ideias e sentimentos que os orientam) — ou surge, ela, irresistivelmente, entre os homens, trazida pela mão oculta de qualquer força estranha e desconhecida?

Realmente, para alguns atilados sociólogos e, sobretudo economistas (com o célebre Malthus à frente) — as guerras, como as epidemias, eram inevitáveis reacções da Natureza contra o excessivo aumento da população do Mundo. Tratava-se, portanto, duma medida violenta tomada pela suprema «Ordem Natural» (o mito dos liberalistas) com o fim de restabelecer automaticamente o equilíbrio entre as possibilidades humanas de produção e as suas necessidades de consumo. Como ver, portanto, num conflito guerreiro, o embate de duas ambições políticas ou o choque de dois interesses económicos (nacionais) opostos?

O que havia era, apenas, a Natureza, soberana e sábia, a integrar sistematicamente os homens no *equilíbrio vital*.

Estas teorias, que fizeram época, acham-se há muito desmentidas pelos estudos fecundos dos sociólogos, geógrafos e economistas mais modernos. De facto, sabe-se já que a área habitável do globo terrestre (o ecúmeno atingível) ainda permite um aumento populacional de cerca de quatro biliões e trezentos e vinte milhões (4.320.000.000) de almas, ou seja quasi 400 % do existente (6). A capacidade de produção — mercê dos últimos progressos mecânicos, das concentrações industriais, do desenvolvimento fantástico da divisão do trabalho — promete exceder, em muito, a correspondente capacidade humana de consumo. E, finalmente, os mais modernos e criteriosos estudos históricos mostram-nos, com transparente clareza, em cada caso concreto, o corpo de causas a que há que atribuir a maioria dos grandes conflitos guerreiros. Em todos eles se verifica a influência declarada de certos factores, de acção isolada ou conjunta — nem sempre os mesmos, conforme as circunstâncias de cada época — mas revestidos sempre de carácter social. Assim, até à Idade-Média vigoram as guerras essencialmente *rácicas e religiosas*. Desencandeiam-nas os ódios de origem étnica e os expansionismos religiosos. Além disso, beneficiam ainda, da corrente profissionalização dos mesteres guerreiros. Realmente as massas de *mercenários* formam intrépidas legiões — seduzidas pelos proventos dos *saques*. É que o *ânimo combativo* de tais tropas era excelente prova-o o facto de ter sido com elas que Aníbal conseguiu ferir e amachucar o sólido e tradicional prestígio guerreiro da gigantesca Roma.

Veem depois as guerras medievais de carácter político — originadas pelas ambições pessoais dos reis e senhores. O continente europeu divide-se, para este efeito, em duas partes: a sul e oeste as guerras continuam sendo predominantemente *rácicas e religiosas*; no norte, leste e centro, essencialmente *políticas*.

---

(6) «Geografia Humana», Delgado de Carvalho, 2.<sup>a</sup> Ed., pág. 61.

A Renascença traz o primado do factor económico. A Guerra é levada à África e à Ásia adormecidas — nas caravelas que demandam escravos e especiarias. Finalmente o fenómeno da constituição das Nações — vem fomentar novos conflitos guerreiros que se sucedem, cada vez mais graves e violentos, até nossos atribulados dias.

É certo, porém, que nem sempre a conduta *pre-guerreira* nos surge determinada por factores visíveis e observáveis. A Guerra, como a Revolução, é, normalmente o fecho decisivo duma evolução lenta e muitas vezes imperceptível; é uma projecção no campo internacional, do fenómeno revolucionário nos quadros nacionais. Se na Nação existem oposições permanentes de classes e partidos — na Humanidade verificam-se incompatibilidades ráticas, religiosas, políticas, económicas, etc. Por isso a idea do recurso guerreiro, a intensão bélica permanecem inalteráveis no fundo das consciências — na paciente espera do momento em que poderão exteriorizar-se e generalizar-se, objectivadas na colectividade. E daí o facto de não raras vezes a Guerra surgir ante a surpresa geral, como se nada a houvesse provocado; e daí a tendência dos espíritos religiosos para a atribuírem a secretas determinações divinas.

O estudo minucioso e consciente de qualquer conflito histórico — evidencia-nos, porém, o complexo corpo de factores que mais directa e imediatamente a determinaram. Importa, tão somente, ir um pouco além do instante fugaz da sua eclosão, remontar pacientemente aos primeiros dissídios e acompanhar com reverente interêsse, a evolução sofrida pelas relações entre os depois beligerantes.

Isto feito — não deixa lugar a dúvidas o panorama aberto a olhos prescruadores. Qualquer Guerra surge, assim, como uma consequência lógica, fatal, certa, da cadeia de factos que a precederam.

#### § 4.º — Os factores bélicos

Vejamos, porém, agora, quais são os motivos determinantes das Guerras; o que é que origina fundamentalmente os conflitos bélicos.

Como vimos logo no início dêste nosso apressado estudo, a Guerra é essencialmente um choque de massas, grupos, conjuntos sociais; é uma coalisção material, violenta entre entidades colectivas.

Para que surja, pois, uma Guerra é necessário que dois grupos se procurem mutuamente bater e dominar; é necessário que algo imane, una e inspire os componentes de cada grupo; que um sentimento, uma idea ou uma aspiração comum subordine e confunda tôdas as vontades individuais numa só vontade geral. ¿Mas o que é que pode unir estreitamente os homens impelindo-os a uma acção conjunta exaustiva e violenta como é a Guerra? ¿Consegue-o qualquer sentimento? Mostrámos já que não! A potencialidade bélica vai-se transferindo dos grupos menores para os maiores à medida que estes se vão consti-

tuindo. O indivíduo aliena as suas faculdades guerreiras em favor da Família logo que se integra nesta; a Família transfere o seu poder guerreiro para o Clan uma vez este formado; o Clan cede a sua capacidade bélica à Tribo logo que esta se constitui. E a evolução não pára. Atingida a Nação verifica-se que os sentimentos agregadores anteriores (desde o familiar até ao da candidadania), permanecendo vivos e fortes, perderam, no entanto, ao longo dos tempos — o seu carácter violento e agressivo. Freud diria que se *sublimaram* — nós afirmaremos, apenas que se civilizaram. ¶ Porque entendemos que Civilização não é, afinal, mais do que isto: progressiva banicção do músculo! ¶ Um sentimento, porém, surge contendo em si todo o belicismo recalcado dos anteriores; alimentando-se da Guerra e, por isso mesmo, fomentando-a; provindo, em grande parte, dela, e, por isso, procurando-a! É o sentimento patriótico na sua expressão extrema de *misticismo nacionalista*.

De facto só êle organiza devidamente os homens para a Guerra; só êle os mantém estreitamente unidos e inteiramente dedicados à causa comum.

Gustavo Le Bon dizia («*Enseignements Psychologiques de la Guerre Européenne*», pág. 20, XVII milhar, edição Flamarion) «que os factores principais dos grandes conflitos humanos pertencem a três ordens de causas: biológicas, afectivas e místicas».

Mas esta fórmula é incontestável que obdece a um critério evidentemente empírico. Há que encarar os factos de maneira diversa. Realmente o *factor biológico* — por exemplo — não entrou nos tempos modernos; ficou na *pre-história* e na história primitiva. As *causas afectivas*, por sua vez, cabem, também, dentro das designadas *místicas* — visto que, em nossos dias — como demonstrámos — os simples sentimentos não exacerbados raramente conduzem à Guerra.

Em nosso entender pode dizer-se, duma maneira muito geral, que as Guerras proveem de duas espécies de causas: a) longínquas ou pre-sociais e b) próximas ou sociais.

Residem as primeiras na própria maneira de ser dos homens, entre os seus instintos, na sua conformação psíquica — e são anteriores à sociedade no sentido de que se põem mesmo antes dela, para aquém dela: é, por exemplo, a tendência dos homens para o recurso da força. As segundas há que localizá-las na organização social adoptada — e, são, por isso, de natureza *política* (v. g. - rivalidades de chefes, lutas partidárias, etc.), *económica* (v. g. - disputa de regiões ricas, conquista de mercados consumidores, etc.), *religiosa* (v. g. - expansão duma fê, predomínio de seita, etc.), etc., etc.

Temos, portanto, um poderoso corpo de factores primários, íntimos que não actuam jamais por si sós; constituem como que o óvulo que espera a fecundação; os elementos fecundantes ou as causas mais próximas desprendem-se normalmente do sistema de relações sociais em vigor. Estes factores é que são, digamos, o objecto, ao serviço do qual se colocam os factores remotos.

Em nossos dias, porém, verifica-se claramente — como já o mostrámos atrás — que a Guerra tende a confinar-se, cada vez mais, no campo internacional. É aqui que ela encontra as condições necessárias à sua eclosão e ao seu normal desenvolvimento. Com a deminuição das Guerras Civis coincide, pois, o aumento progressivo das «Guerras Internacionais». Porquê, isto? Porque a *mística nacionalista* que ora absorve e domina a maioria dos espíritos — originou simultâneamente dois fenómenos paralelos e contraditórios: a constituição, por um lado, dentro de cada país, de organizações políticas fortemente autoritárias, aptas a sustentarem e manterem a ordem interna; o agravamento, por outro lado, do estado de tensão latente entre as diversas Nações.

Modernamente a innata tendência guerreira dos homens e o seu absorvente gôsto pelas místicas — factores bélicos remotos — acham-se inteiramente ao serviço dos nacionalismos desencadeados por todo o Mundo. Por sua vez, factores bélicos mais próximos — os nacionalismos doutrinários — alimentam aqueles. ¿Sôbre que assentam estas místicas nacionalistas que trazem mobilizados todos os homens? É secundário. Os nacionalismos (sentimentais e ideológicos), uns ambicionando predomínios económicos, outros alimentando aspirações de expansão política, ainda outros apeteendo desafrontas por ofensas perdidas já na História — todos, afinal, parece caminharem, com pressa talvez inconsciente, para a Guerra, tão paradoxalmente temida e desejada em nossos atribulados dias.

Mas digamos, para terminar, que o factor bélico fundamental é, actualmente, o *misticismo nacionalista*, que domina, inspira e obsessiona todos os espíritos.



# ERRATA

## PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS

Na página 1.049, do número 23, de Março passado, o artigo *Problemas demográficos*, assinado por Salvado de Carvalho, saiu com incorrecções tipográficas que não deixam perceber bem a seqüência daquela lúcida exposição.

Transcreve-se, por isso, com as correcções necessárias o período que delas carecia: — *Constata-se pelo seu exame que na Ásia parece haver tendência para se acentuar cada vez mais a diferença entre o número de homens e o de mulheres, em detrimento das segundas, ao passo que na América e na Oceânia se dá exactamente o contrário, com a produção dum movimento populacional atenuador da superioridade numérica do elemento masculino sobre o feminino.*







# COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

TERRITÓRIO DE MANICA E SOFALA

(AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA)

Capital — BEIRA

**Extensão: — 13:482.200 hectares**

REGIÃO EXTREMAMENTE FÉRTIL, SOB O PONTO  
DE VISTA AGRÍCOLA, PRINCIPALMENTE PARA A  
CULTURA DO AÇÚCAR, DO MILHO E DO ALGODÃO

O pôrto da Beira é servido por magníficas linhas férreas,  
que o ligam com a Rodésia e com a Niassalândia

## PARA INFORMAÇÕES:

EM LISBOA

10 — LARGO DA BIBLIOTECA PÚBLICA — 10  
(Séde da Companhia)

NA BEIRA

Secretaria Geral do Govêrno  
do Território

## COMPANHIAS REUNIDAS

# GÁS E ELECTRICIDADE

Aplicações Industriais do Gás

Fornos para recoser

Fornos para temperar

Fornos para galvanizar

Orgamentos e montagens

Rua da Boa Vista, 31

L I S B O A

Telef. 20011

# SOCIEDADE PORTUGUESA DE CAFÉS

---

---

## LA GARE

CAFÉ

LARGO D. JOÃO  
DA CAMARA

## CHIC

RESTAURANT

P. DOS RESTAU-  
RADORES, 20

---

---

ABERTOS TODA A NOITE

## T. J. Barros Queiroz

Candeeiros eléctricos  
e para petróleo

**T. S. F.**

Aparelhos de várias  
marcas

Material Ferranti  
Lâmpadas

21, Largo de S. Domingos, 24

— LISBOA —

## SANTOS BRITO

### LIMITADA

Telefone 2 5988

Telegramas: **SANBRITOS** — LISBOA

---

### Material eléctrico

Comissões e  
Consignações

Rua do Arco do Bandeira, 5, 3.º

— LISBOA —

# E. E. de Souza & Silva, L.<sup>da</sup>

Casa fundada em 1819

Gravura em todos os géneros, carimbos de metal e de borracha; chapas esmaltadas em tôdas as côres; chapas de metal; selos em branco; etiquetas; alicates para selar a chumbo; carimbos para marcar roupa; anéis em aço e ouro, com monograma; brasões; datadores; numeradores; caixas, tipo de borracha; emblemas para sport e muitos artigos de novidade.

Exposição permanente de lindos bordados da Madeira



Variado sortimento de louças artísticas da fábrica do Outeiro  
A G U E D A

Trabalho esmerado, garantido e preços sem competência

A mais antiga casa de Portugal no género  
RUA DO OURO, 157

A' venda em todas as livrarias:

## **Ditadura, Democracia**

## **≡ ou Comunismo? ≡**

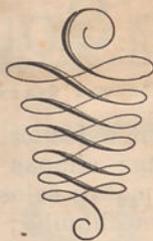
por CUNHA LEAL

Depositários:

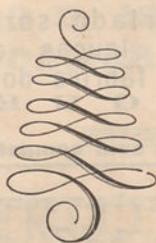
## **Livraria Bertrand**

73 - RUA GARRETT - 75

V A S C O  
D A G A M A  
F E R N A N D E S



A D V O G A D O



A L C O B A Ç A

Adriano António Crispiniano da Fonseca

ADVOGADO

Rua do Crucifixo, 50-1.º

Telefone: 2 4104

LISBOA

UMA OBRA QUE É UMA FORTUNA

# LIVRO DE OURO DAS FAMÍLIAS

**ENCICLOPÉDIA DOMÉSTICA**

**NOVA EDIÇÃO MUITO AMPLIADA**

**COLECÇÃO METÓDICA DE**

## **7.113 RECEITAS**

**1.192 páginas — 200 gravuras**

**Coordenação de SEAROM LAEL**

**O LIVRO DE OURO DAS FAMÍLIAS**

é uma obra indispensável em todos os lares. Guia das boas donas de casa, satisfaz também plenamente quantos sôbre todos os ramos profissionais e artísticos a queiram compulsar, podendo afirmar-se que nela encontrarão incluídos conhecimentos de valia

**Obra de incontestável utilidade para toda a gente**

**No LIVRO DE OURO DAS FAMÍLIAS**

São tratados assuntos que muito interessam á vida prática, como os referentes á:

**Ornamentação do lar — Medicina prática — Socorros de urgência — Mobiliário — Lavandaria — Farmácia doméstica — Jardínagem — Productos alimentares — Colas, gômas, vernizes e tintas — Perfumaria — Iluminação e calefaccção — Segredos do toucador — Conservas — Animais domésticos — Manual do licorista — Metais — Ligas e cimentos — Couros e peles — Animais daninhos — Copa e doçaria — Lavoros femininos — Higiene da beleza — Passatempos — Lavagem de nódoas — Tecidos e vestuario — Adubos — Horticultura — Veterinária, etc., etc.**

**A UTILIDADE DE UMA SÓ RECEITA PAGA O LIVRO!**

**Um grosso vol. de 1192 páginas, encadernado em percalina:**

**Esc. 30\$00.** Pelo correio, á cobrança, **Esc. 33\$00**

**A' venda em todas as livrarias e na sucursal do SECULO — Rossio, 22**

**Pedidos á Livraria Bertrand, Rua Garrett, 73 — LISBOA**

**À venda em tôdas as livrarias:**

# **A Técnica e as Transformações - - Sociais Contemporâneas - -**

por CUNHA LEAL

**Depositários:**

**LIVRARIA BERTRAND**

**Telef. 20535 — 73, Rua Garrett, 75 — LISBOA**

**COMPANHIA DE SEGUROS**

**“TAGUS”**

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE RESPONSA-  
— BILIDADE LIMITADA —  
Fundada em 1877**

**CAPITAL SOCIAL ESC. . . . 1:200.000\$  
CAPITAL EMITIDO E PAGO . . . 500 000\$  
FUNDOS DE RESERVA. . . . 4:000.000\$**

**SEDE NO SEU PRÉDIO  
48-R. do Comércio, 56-LISBOA  
Telefone 2.2183  
End. Tel. SEGUTAGUS — LISBOA**

**EFFECTUA :**  
SEGUROS TERRESTRES, MARÍTIMOS,  
AGRÍCOLAS, VIDA (em diversas modali-  
dades, POSTAIS, GREVES E TUMULTOS,  
ETC.

**AOS MELHORES PRÉMIOS**

Seguros em libras esterlinas  
e noutras moedas

Agentes e correspondentes nas  
principais terras do Continente,  
Madeira, Açores e Ultramar

**SAPATARIA  
CONTENTE, L.<sup>DA</sup>**

**Calçado de grande luxo**

**Calçado de praia**

**Calçado de sport**

Rua do Carmo, 73 — Telefone: 2 4871

Avenida da Liberdade, 120 - Tel. 2 4872

**Empresa de Fiação e Tecidos de Benfica**

**S. A. R. L.**

Fábricas de fiação — Tecidos de malhas e algodão

**Av. Barjona de Freitas — LISBOA**

**TELEFONE** { Benfica 320  
P. B. X. 321

# A. D'ANDRADE & C.<sup>A</sup>

EXPORTAÇÃO — IMPORTAÇÃO

Metais novos, minérios, sucatas de ferro forjado, fundido e metais. Placas d'acumuladores. Terras e resíduos metálicos.

Estamos sempre interessados na compra de oficinas completas, máquinas, ferramentas, automóveis, camions, e navios para demolir. No próprio interesse de compradores ou vendedores dos artigos da nossa especialidade, agradecemos que consultem a nossa Casa antes de fazerem qualquer transacção. Compra de sucatas de metais provenientes de Africa,

Rampa dos Marinheiros (Em frente da estação de Alcântara-Mar)

LISBOA

Dirigir tóda a correspondência ao Telef. 2 2497 — Apartado 168

FIBRO CIMENTO NACIONAL

## “LUSALITE”

TUBOS de 50 a 400<sup>mm</sup> de diâmetro interior  
resistência até 25 quilos por cm<sup>2</sup>

CHAPAS ONDULADAS para telhados

CHAPAS LISAS para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Mercantil Portuguesa, Limitada

RUA DE S. NICOLAU, 121 a 127 — TELEF. 2 3948 e 2 8941

L I S B O A

# SOCIEDADE ASTÓRIA L I M I T A D A

REGUEIRÃO DOS ANJOS, 68

L I S B O A 

TELEFONE P. B. X. 43258

 OFICINAS GRÁFICAS

MONTADAS COM TODOS  
OS REQUISITOS MODERNOS

COMPOSIÇÃO MECANICA  
EM MÁQUINAS « INTERTYPE »  
DE LIVROS, REVISTAS, JORNAIS 

 C O M P O S I Ç Ã O  
I M P R E S S Ã O  
P A U T A Ç Ã O  
E N C A D E R N A Ç Ã O

# LUSTROFIX

O domador  
dos cabelos  
rebelde!



Conserva o penteado irrepreensível.  
Dá um lindo brilho aos cabelos,  
defende-os de todo o desalinho e  
resiste à acção do vento

Perfume distinto

másculo e discreto

Preço: 7\$00

Frasco económico: 20\$00

Um produto da Fábrica **NALLY**

# Companhia do Papel do Prado

— S. A. R. L. —

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaiz (Tomar)  
Penedo e Casal Ermio (Louzã), Vale Maior (Albergaria a Velha)

Premiada em todas as Exposições a que tem concorrido

Medalhas de ouro — Exposição universal de Paris de 1900 —  
Universal dos E. U. do Brasil de 1908 e Industrial Portuguesa de 1929

Execução rápida de papeis em todos os géneros  
tendo sempre em armazém  
papéis para todas as aplicações

Especialidade em papéis de máquina  
contínua de escrever, impressão, mani-  
lhas, afiches e imitação de «Couché»;  
Papel de côr para capas; Papéis de em-  
brulho; Papel Kraft; Vegetal; Papelão  
palha; Papéis de máquina redonda, al-  
maços, Leornes, mezenas, etc. Á venda  
em todos os estabelecimentos de pape-  
laria e armazens

Telefones { DIRECÇÃO 2 3623  
              { ESCRITÓRIO 2 2331  
              { ARMAZEM 2 2332  
              { DO ESTADO 188

Escritório e Depósito: SEDE  
Rua dos Fanqueiros, 270 a 278, 2.º  
LISBOA

49, Rua Passos Manuel, 51  
PORTO